Relatório e Contas 2016

Banco Comercial Angolano

Índice

Aprovação do Conselho de Administração 4

Relatório de Gestão 2016 7

Crescimento BCA 13

Principais Indicadores 19

Estrutura de Governação e Gestão 21

Declaração sobre a Governação Corporativa 23

Informação de Gestão de Risco 29

Visão Macroeconómica 43

Canais de Distribuição 62

Banco Comercial Angolano

Demonstrações Financeiras 65

Balanço 66

Demonstração de Resultados 68

Demonstração de Alterações no Capital Próprio 70

Fluxo de Caixa 71

Notas às Demonstrações Financeiras 72

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 177

Relatório do Auditor Independente 178

Aprovação do Conselho de Administração

Rio Cuchi, Província do Cuando-Cubango.
Planalto Central.

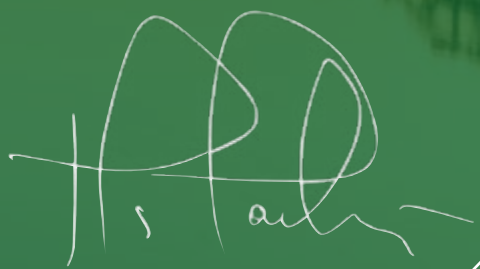
BCA
Banco Comercial Angolano

Os administradores do Banco Comercial Angolano, S.A. são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para corresponder a esta responsabilidade o banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e vão assinadas em seu nome por:

Francisco da Silva Cristovão
Presidente do Conselho de Administração



Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

Luanda, 17 de Abril de 2017

Fortaleza São Miguel em Luanda.

Relatório de Gestão 2016

Relatório de Gestão 2016

O ano de 2016 ficou marcado por desafios complexos para os agentes económicos que operam no território Angolano em geral, e para o Banco Comercial Angolano, em particular. O ambiente macroeconómico continuou difícil, marcado pela baixa do preço do petróleo, que é ainda a principal alavanca da economia nacional, não obstante os esforços iniciados para a diversificação desta, e o elevado nível de inflação e taxas de juros negativas.

No âmbito da Gestão das prioridades, sublinhamos as seguintes tarefas no domínio das normas prudenciais e regulamentares:

- a adaptação do Banco às profundas alterações das regras contabilísticas, com a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS), com efeito a partir de 31 de Dezembro de 2016, tendo resultado em significativos ajustamentos ao nível dos resultados;
- a implementação do novo pacote legislativo prudencial emitido pela Entidade Reguladora, o BNA, com vista à adopção integral dos princípios de Basileia II no mercado financeiro Angolano;
- dotar o Banco de capacidade necessária na implementação da nova figura tributária para a realidade angolana, expressa no Decreto Legislativo Presidencial nº 1/2016, de 24 de Fevereiro, denominada – Contribuição Especial sobre Operações Bancárias, que vigorou durante o exercício económico e financeiro de 2016;
- a adequação do quadro de regulamentos, políticas e procedimentos, sistemas operacionais e tecnológicos, alinhadas com as melhores práticas de combate ao Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (PBC/FT);
- a adopção plena das políticas e procedimentos que permitem a observância das normas do FATCA.

No domínio de acção comercial, temos a realçar o seguinte:

- o aumento e a diversificação da base de clientes;
- a obtenção de depósitos estáveis e mais rentáveis; e
- a diminuição da concentração do risco de crédito, mediante uma maior diversificação da carteira de crédito do Banco.

Em 2016 foram inauguradas 10 novos balcões (3 em Luanda, 2 na província de Benguela, 2 no Cuanza Sul, 2 no Cuanza Norte e 1 na cidade de Huambo). Estão em fase de conclusão os seguintes balcões:

- Cabinda;
- Soyo;
- Caala;
- Ondjiva;
- Huambo – Sede; e
- Centro de Empresas "Edifício Kilamba".

Por questões de racionalidade económica, foram retiradas do plano de expansão 6 agências, cuja construção fica adiada para melhor oportunidade nomeadamente:

- N´Dalatando;
- Soyo (segunda agência);
- Kuito;

- Namibe;
- Porto do Soyo; e
- Benguela (segunda agência).

Com a conclusão até Junho dos 6 balcões em fase final de execução, a nossa rede passará a ser composta por 46 balcões em 13 das 18 províncias do País, e pretende captar uma base de clientes superior a 100.000 nos próximos 3 anos, com 80 a 90% dos quais possuindo cartões de débito, e pelo menos 60% com acesso a canais electrónicos, tais como, a internet e o SMS banking. Também constitui um dos objectivos, o desenvolvimento de novos produtos e de novas linhas de negócios, dando assim por concluído o essencial do Plano de Expansão física das agências.

O futuro ficará reservado para a Banca Digital, projecto em relação ao qual, foram iniciados estudos preliminares.

No domínio dos Recursos Humanos, enquanto prestadores de serviço, é na eficiência e qualificação dos nossos recursos humanos, que reside a chave para a diferenciação da nossa marca.

A par das acções de capacitação dos recursos humanos, com a frequência de formações várias, recentramos a nossa acção mais focada nos clientes. Com efeito, os membros da Comissão Executiva, Directores e Chefes de Departamentos da Estrutura Central, passarão a trabalhar um dia por semana nas agências. Com isto, pretendemos:

1. Melhorar a prestação de serviço ao público;
2. Transferir competências para as agências;
3. Melhorar a percepção dos clientes na marca BCA.

Outras tarefas continuam inscritas no topo da nossa agenda, nomeadamente:

- Conclusão do processo de implementação do Disaster Recovery (Réplica do sistema informático) e do Plano de Continuidade de Negócio;
- Aumento de fundos próprios;
- Prossecução de esforços para se encontrar a solução da Sede Social;
- Início de estudo tendente à migração para uma plataforma informática moderna;
- Início do estudo para a incorporação da Banca Digital, como parte importante das soluções futuras.

A nossa Visão continua a de "Ser um Banco Universal de Referência em Angola, com enfoque no domínio institucional e corporativo, mas com os olhos postos no segmento dos particulares".

A Missão do Banco mantém-se a da "Criação de valor para os nossos stakeholders, com a finalidade de prestação de serviço de excelência aos nossos clientes, que são a nossa razão de ser, e um relacionamento salutar com todos aqueles que nos ajudam a crescer, a consolidar o nosso prestígio, reputação e aumento da quota do mercado".

Relatório de Gestão 2016

Indicadores Financeiros

Activo

Em 2016 o banco registou uma relativa estabilidade dos seus activos globais, comparativamente ao exercício anterior: redução em 6%. Apesar do aumento significativo verificado na rubrica de "Outros Activos", em decorrência dos valores registados em "Operações Cambiais", (mais de 1000%), a redução das "Disponibilidades em Caixa e Bancos Centrais (67%), das Aplicações em Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito (80%), contribuíram para a situação global actual dos Activos.

Passivo

Os passivos totais, sofreram uma ligeira redução de 15%, em decorrência da redução dos depósitos à ordem (19%), assim como dos depósitos a prazo (35%).

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios registaram um aumento de 43%, fruto do Resultado Líquido do Exercício.

Demonstração de Resultados

A margem financeira aumentou em 45%, resultante do investimento efectuado em crédito, tendo contribuído com o crescimento de 64% da margem financeira, e o efectuado em títulos, que foram responsáveis por 36% da margem financeira, apesar da redução em 21% dos juros de aplicações, tanto no país, como no estrangeiro.

Paralelamente, a margem complementar cresceu substancialmente, por influência das comissões recebidas e dos proveitos de operações cambiais, de 73% e 68%, respectivamente.

Proposta de Aplicação do Resultado de 2016

Nos termos da regulamentação especial do Banco Nacional de Angola, nomeadamente, do número 1 do Artigo 76º da Lei das Instituições Financeiras do Instrutivo nº 09/07, das Regras prudenciais emanadas pelo Supervisor e da alínea j) do art.º 19 dos estatutos do Banco Comercial Angolano, propõe-se a distribuição de dividendos na proporção de AKZ 79,63 por acção totalizando 497.707,8 milhares de Kwanzas, e a integração dos restantes resultados do exercício de 2016 no montante de 2.645.869,2 milhares de Kwanzas em Reservas Livres.

Francisco da Silva Cristóvão
Presidente do Conselho de Administração

Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

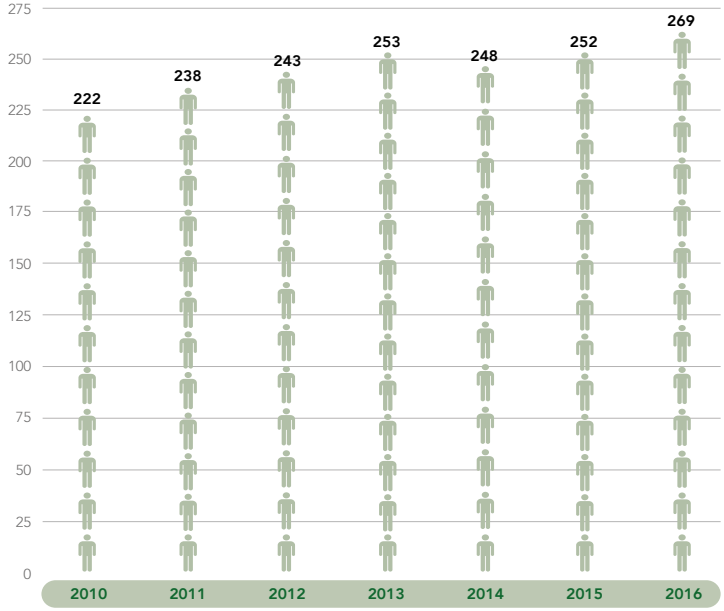
Ponte de madeira sobre o rio Cuando.
Província de Moxico.

Crescimento BCA

Crescimento BCA

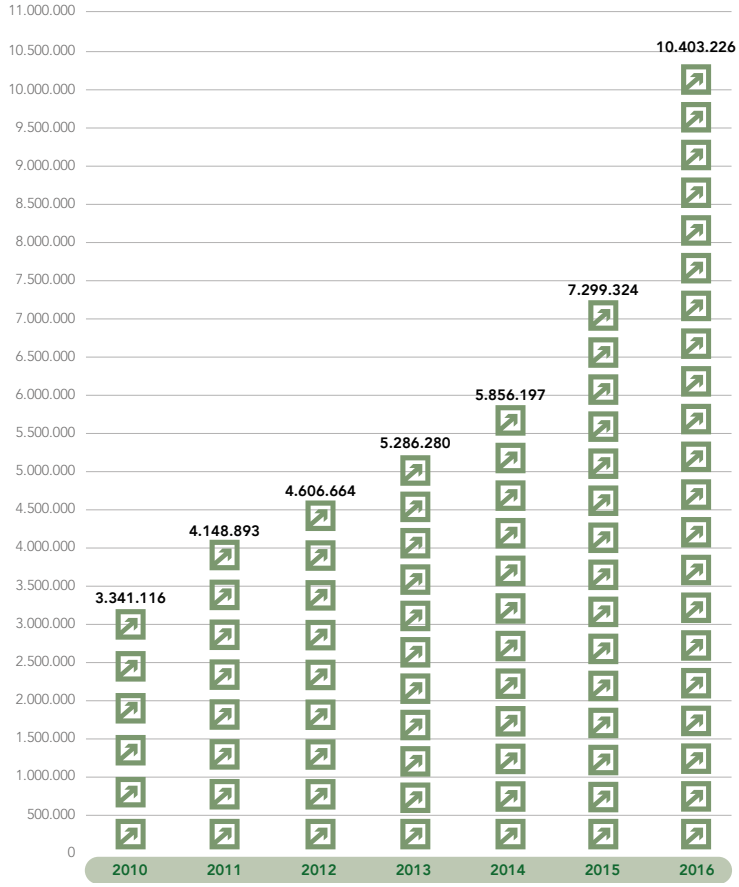
Clientes

Colaboradores / Funcionários

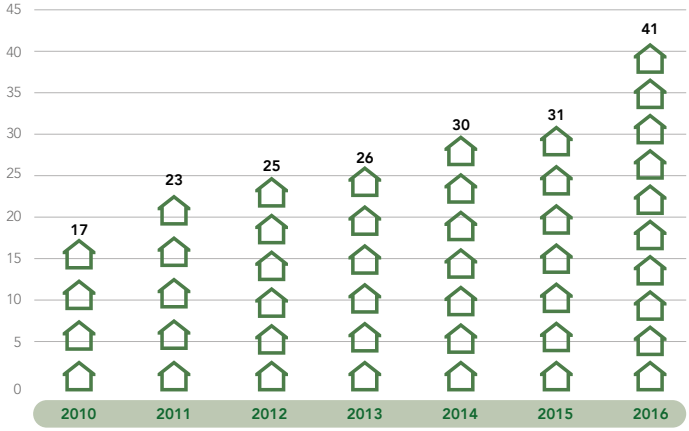


BCA
Banco Comercial Angolano

Fundos Próprios

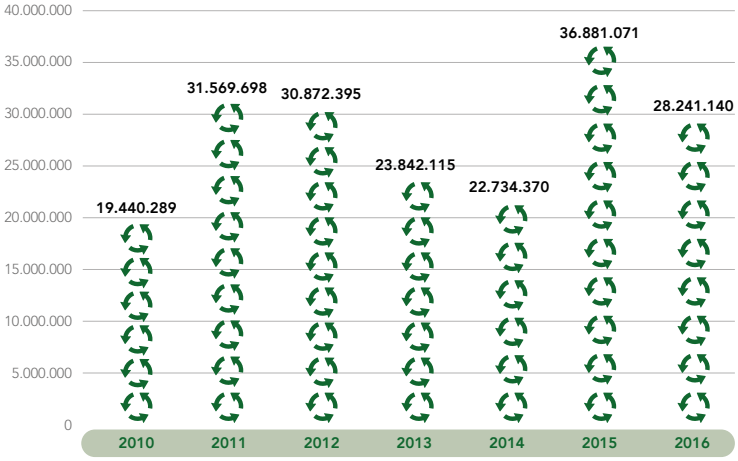


Agências / Balcões

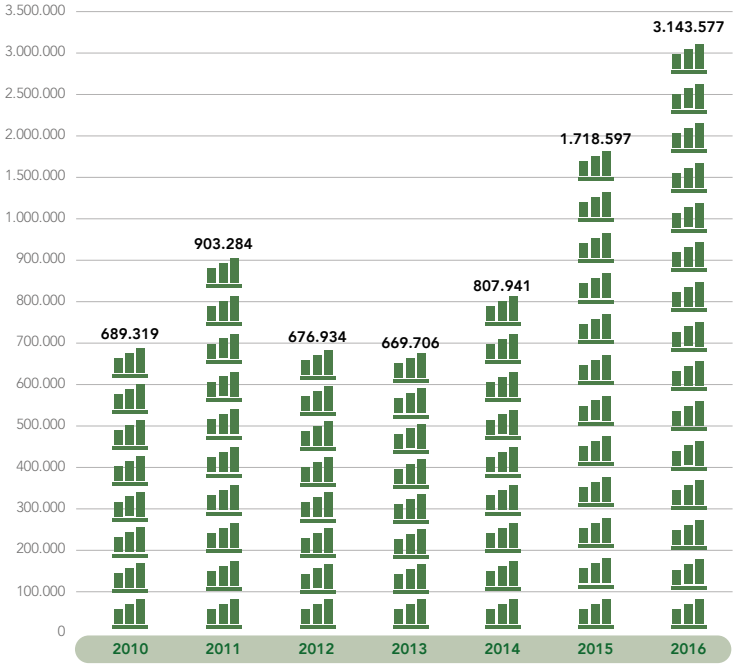


Crescimento BCA

Activos de Clientes

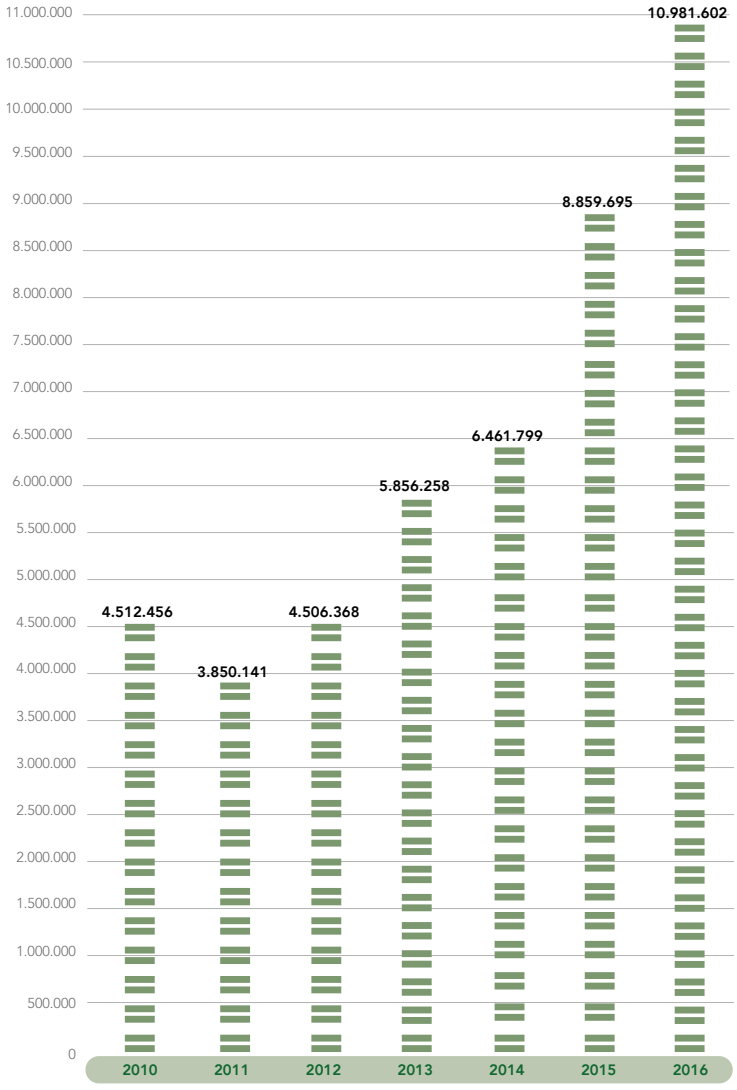


Resultados Líquidos



BCA
Banco Comercial Angolano

Crédito



Miradouro da Lua. Província de Luanda.

Principais Indicadores

	2016 AKZ'000	2016 USD'000	2015 AKZ'000	2015 USD'000
Balanço				
Total do Activo	43.919.888	264.733	46.870.743	346.382
Créditos a Clientes	10.981.602	66.193	8.859.695	65.475
Recursos Totais - Clientes	28.241.140	170.227	36.881.071	272.557
Capitais Próprios	10.403.226	62.642	7.299.324	53.525
Actividade				
Margem Financeira	3.694.621	22.525	2.543.977	21.022
Produto Bancário	7.383.374	45.015	5.149.544	42.553
Custos de estrutura	3.362.245	20.499	2.594.583	21.440
Resultado operacional	4.073.501	24.835	2.196.637	18.152
Resultado líquido	3.143.577	19.165	1.718.597	14.202
Margem Financeira/Produto Bancário	50,0%	50,0%	54,7%	54,7%
Margem Complementar/Margem Financeira	99,5%	99,5%	102,4%	102,4%
Cost-to-Income	45,5%	45,5%	50,4%	50,4%
Custos de estrutura/Activo Médio	7,7%	7,7%	6,0%	6,0%
Solidez e Liquidez				
Crédito Vencido/crédito Total	3,2%	3,2%	3,8%	3,8%
Provisões/crédito vencido	94,0%	94,0%	146,0%	146,0%
Rentabilidade do Total de Activo (ROA)	7,2%	7,2%	3,7%	3,7%
Rentabilidade dos Fundos Próprios (ROE)	35,5%	35,5%	22,5%	22,5%
Rácio Solvabilidade	39,7%	39,7%	47,8%	47,8%
Rácio Imobilizado	54,1%	54,1%	77,9%	77,9%
Limite de endividamento	319,0%	319,0%	593,2%	593,2%
Top 20 empréstimos/Fundos Próprios	85,6%	85,6%	75,3%	75,3%

Cestos-armadilhas para pescas tecidos artesanalmente a partir de juncos. Rio Cubango. Província de Huíla.

BCA
Banco Comercial Angolano

Estrutura de Governação e Gestão

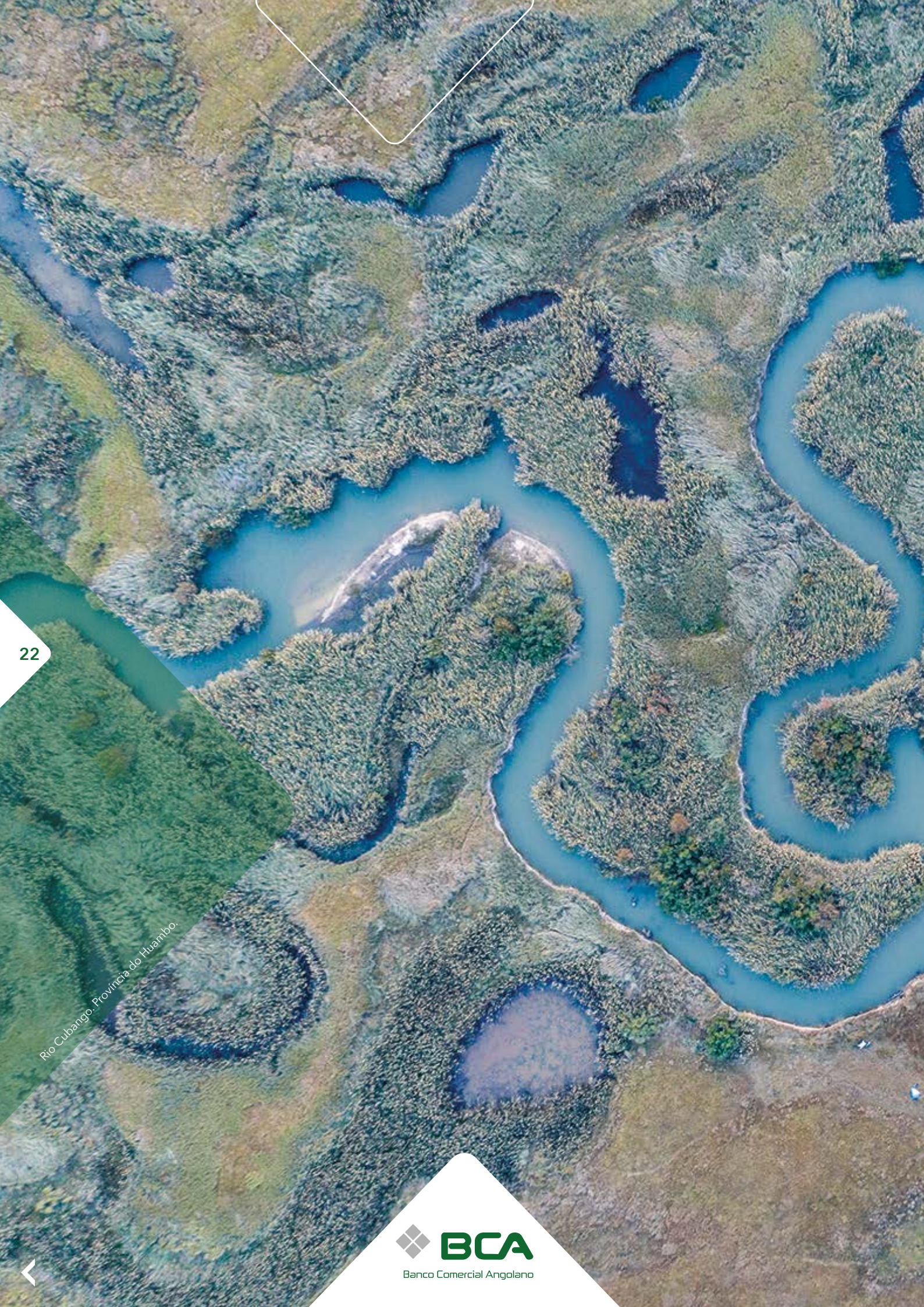
CONSELHO FISCAL	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	AUDITOR EXTERNO
Presidente Paul de Sousa Vogais Esperança Cahango e Domingos Filipe	Presidente Mário António de Sequeira e Carvalho Secretário José Francisco Luis António	PricewaterhouseCoopers

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente Francisco da Silva Cristóvão (Não Executivo)
Administrador António Daniel Pereira dos Santos (Não Executivo - Independente)
Administrador Mateus Filipe Martins
Administrador Mathias Tohana Nleya
Administrador José Carlos de Almeida Marques

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente Mateus Filipe Martins
Administrador Executivo Mathias Tohana Nleya
Adminstrador Executivo José Carlos de Almeida Marques

DISTRIBUIÇÃO DOS PELOUROS		
Presidente da Comissão Executiva Mateus Filipe Martins	Administrador Executivo Mathias Tohana Nleya	Administrador Executivo José Carlos de Almeida Marques

Direcção dos Serviços Administrativos	**Direcção de Gestão de Risco**	**Direcção da Banca de Empresas**
Hernani Lúcio Andre Cambinda (Director Coordenador)	Tatiana Moreira Paiva Muhongo (Directora Coordenadora)	José Marques (Administrador)
Direcção de Infraestruturas e Expansão da Rede	**Direcção de Contabilidade**	**Direcção da Banca de Retalho**
João Manuel Pinto dos Reis (Director)	Helder Lisboa (Director)	Mário Cristiano Tana Leitão (Director)
Direcção de Tecnologias de Informação	**Direcção de Mercados Financeiros**	**Direcção da Agência Central**
Pedro Bernardo (Director)	Bo Kronback (Director)	Cesaltina Pinto (Directora)
Gabinete de Compliance, Políticas e Procedimentos	**Departamento das Reconciliações**	**Direcção Regional Centro e Sul**
Maria Lizeth Lemos (Directora)	Pedro Cristóvão (Chefe de Departamento)	Joaquim Gaspar (Director Regional)
Gabinete de Auditoria Interna		**Departamento da Banca Electrónica**
Hirondina Ferreira (Directora)		Marisa Ribeiro (Chefe de Departamento)
Direcção de Operações		
Antonio Alves (Subdirector)		
Zuleica Pereira (Chefe de Departamento)		
Adolfo Martins (Chefe de Departamento)		
Departamento de Recuperação de Crédito		
Aldina Estevão (Chefe de Departamento)		



Rio Cubango. Província do Huambo.

BCA
Banco Comercial Angolano

Declaração sobre a Governação Corporativa

Declaração sobre a Governação Corporativa

O Conselho de Administração pretende que os mecanismos de boa governação corporativa continuem a ser observados no BCA. Na implementação de boas práticas de governação e visando o cumprimento dos preceitos do Aviso n.º 01/2013 do BNA, sobre a governação corporativa, foi considerado apropriado constituírem-se várias Comissões ao nível do Conselho de Administração, nomeadamente:

a) Comissão Executiva do Conselho de Administração

É constituída por três Administradores Executivos, um dos quais é o seu Presidente. Por delegação expressa dos Estatutos do Banco Comercial Angolano e em conformidade com o Regulamento do Conselho de Administração, à Comissão Executiva foram atribuídos os poderes de gestão corrente da Instituição.

Os três membros da Comissão Executiva têm o seu âmbito de actuação definido nos estatutos do Banco e as suas competências repartidas entre as áreas de suporte, comercial e de controlo, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração e em conformidade com as disposições do Aviso do BNA n.º 1/2013 de 22 de Março.

b) Comissão de Risco, Compliance e Auditoria

É presidida pelo Administrador Não Executivo Independente e da qual fazem parte o Presidente da Comissão Executiva, o Administrador Executivo responsável pelo pelouro financeiro e pela área de controlos; o Director Coordenador para as áreas de Crédito e Risco; o Director da Auditoria Interna e o Compliance Officer.

c) Comissão de Remunerações dos Colaboradores e Nomeações do Quadro Directivo do Banco

Presidida pelo Presidente da Comissão Executiva, integra na sua composição os Administradores Executivos, um Administrador Não Executivo, os Directores Coordenadores, o Director da Banca de Retalho e o Director Financeiro.

d) Comité de Crédito do Conselho de Administração

Presidido pelo Presidente do Conselho de Administração, este Comité é composto por dois administradores não executivos e um administrador executivo. Avalia, discute e aprova os processos de crédito, bem como aprecia e aprova as recomendações do Comité de Crédito de Gestão.

Adicionalmente, não obstante a gestão corrente da instituição ter sido estatutariamente atribuída à Comissão Executiva do Conselho de Administração, foram instituídos ao nível da gestão corrente, vários Comités, nomeadamente:

CMC (Comité de Gestão)

Presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, este Comité é composto por todos os membros da Comissão Executiva (CE) e pelo quadro

directivo do banco. O CMC discute e recomenda a implementação e a alteração de políticas, procedimentos e novos processos. Actualmente as reuniões da Comissão Executiva têm sido alargadas de modo a permitir a participação do quadro directivo do Banco, pelo que, as competências deste comité foram absorvidas pelas reuniões alargadas da Comissão Executiva. Está previsto que este Comité deve reunir mensalmente.

Comité de Crédito de Gestão

Presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, este Comité é composto por todos os membros da CE e as Direcções de Crédito e Risco, Jurídico, Banca de Retalho, Banca de Empresas e Recursos Humanos, Sala de Mercados. Avalia, discute, aprova os processos de crédito até USD 2.000.000 e recomenda o envio dos processos para aprovação pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração para processos de crédito superiores a USD 2.000.000. Igualmente, avalia e decide sobre a aplicação da liquidez do banco em mercados como o MMI e dívida pública. O Comité reúne sempre que existam pedidos de crédito para aprovação.

Comité de Investimentos

Composto por todos os Administradores Executivos e os Responsáveis das Direcções de Crédito e Risco, Jurídico, Banca de Retalho, Banca de Empresas e Gabinete de Compliance, avalia e decide sobre a aplicação da liquidez do banco em mercados como o MMI e dívida pública. O Comité reúne sempre convocado pelo Presidente da Comissão Executiva.

Comité de Crédito a trabalhadores

Presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, é composto pelos Responsáveis das Direcções de Crédito e Risco, Recursos Humanos e Jurídico. Submete para aprovação do Comité de Crédito de Gestão os pedidos de Crédito dos trabalhadores.

Comité de Novos Produtos e Acção Comercial

Composto pelas Direcções de Banca de Retalho, Banca de empresas, Crédito e Risco, Marketing e Tecnologias de Informação e presidido pelo Administrador Executivo para a área de negócios, este Comité avalia, discute, recomenda a implementação de novos produtos financeiros. Também reavalia periodicamente a evolução do mercado e o realinhamento da estratégia para o negócio.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Presidido pelo Administrador executivo para a área financeira, é composto pelos membros da Comissão Executiva e os Responsáveis das Direcções de Contabilidade, Crédito e Risco, Banca de Empresas, Banca de Retalho e Sala de Mercados. O ALCO avalia, recomenda e apoia a gestão do banco, adicionando valor ao negócio através da gestão de liquidez, taxa de juros, riscos cambiais, estruturas dos balanços e gestão de capital. O ALCO reúne, em regra, uma vez por mês.

Declaração sobre a Governação Corporativa

Comité de Recuperação de crédito

Composto por todos os membros da Comissão Executiva e os Responsáveis das Direcções de Crédito e Risco, Jurídica, Banca de Retalho, Banca de Empresas, este Comité avalia, discute e aprova as medidas a adoptar para os processos de crédito em recuperação, o saneamento e envio para contencioso de processos de crédito. Reúne, em regra, uma vez por mês e sempre que necessário, sendo presidido pelo Presidente da Comissão Executiva.

Comité de Gestão de Risco

Presidido pelo Administrador Executivo para a área de controlo, é composto pelos responsáveis das Direcções de Risco, Gabinete de Compliance, Políticas e Procedimentos e o Gabinete de Auditoria Interna. Reúne trimestralmente para analisar os seguintes riscos:

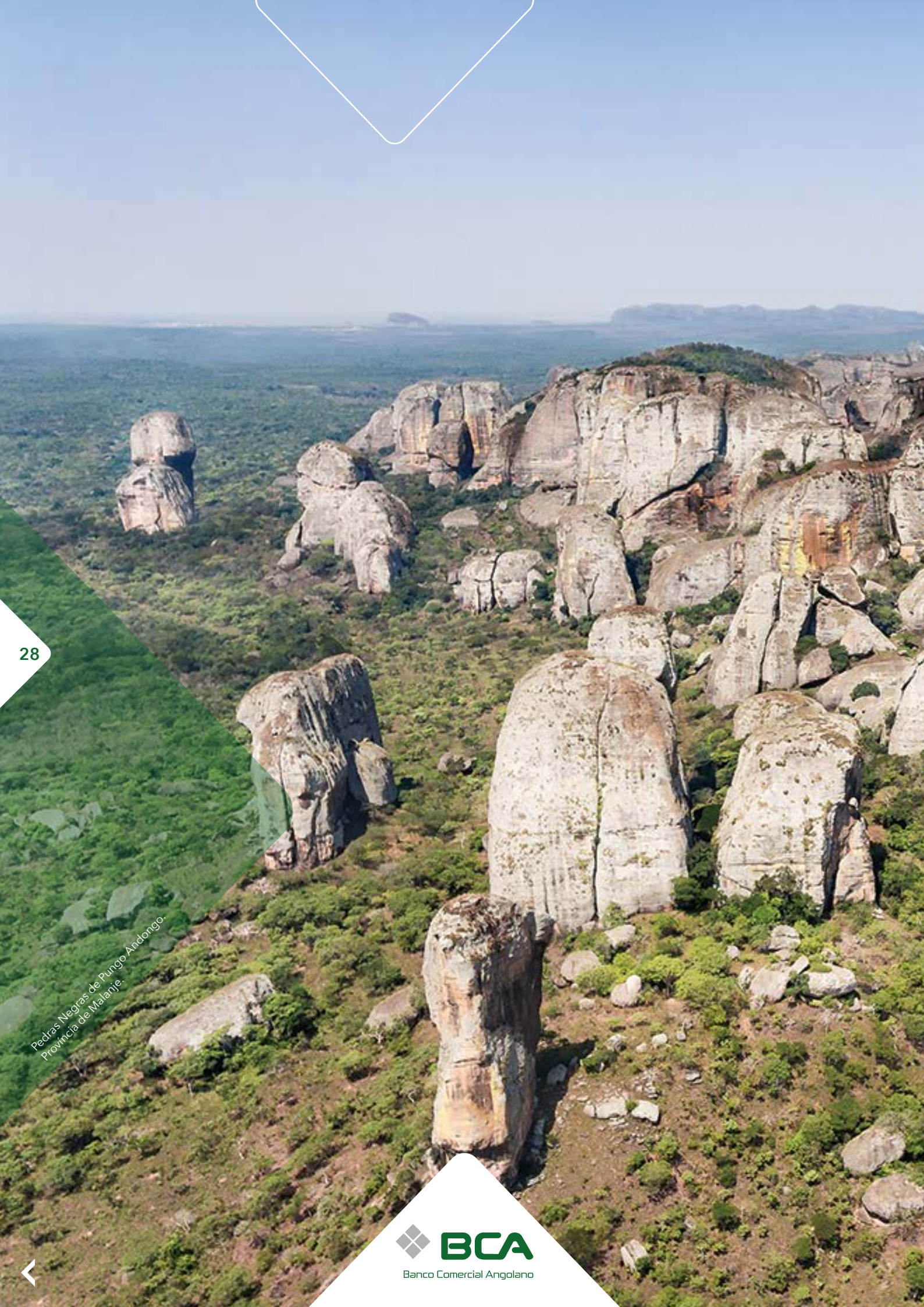
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de branqueamento de capitais; e
- Risco legal e de conformidade.

Grupo de Trabalho para a expansão da rede de balcões

Constituído pelo Presidente da Comissão Executiva, Administrador Executivo responsável pela área comercial, pelo Director Coordenador da Área de Recursos Humanos e Jurídico, Directores da Infraestrutura, Retalho, Corporate, e Tecnologia de Informação, é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, e reúne sempre que convocado pelo mesmo. Este Comité avalia o grau de funcionamento e implementação do plano de expansão e modernização da rede de balcões do Banco.

Comité de Apoio aos Órgãos de Suporte

Constituído pelo Administrador Executivo responsável pela área comercial, pelo Director Coordenador da Área de Recursos Humanos e Jurídico; Directores da Infraestrutura, Retalho, Corporate, e Tecnologia de Informação, é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva. Reúne sempre que convocado pelo seu presidente. Este Comité define a estratégia e acompanha o funcionamento dos órgãos de suporte ao negócio.



Pedras Negras de Pungo Andongo.
Província de Malanje.

BCA
Banco Comercial Angolano

Informação de Gestão de Risco

Informação de Gestão de Risco

Para o Banco Comercial Angolano, o rigor na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na sua linha da política corporativa, para a avaliação de alternativas estratégicas e para o estabelecimento de objectivos consentâneos com a estratégia seleccionada. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo para a consecução dos objectivos do Banco.

A filosofia de risco do Banco Comercial Angolano é orientada para o objectivo de criação de valor para o accionista, através do crescimento sustentável do nível de resultados, de uma forma consistente com as suas expectativas. Por outro lado ela visa, de igual modo, a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

No âmbito do Sistema de Gestão de Risco do BCA são considerados seis tipos de riscos tal como apresentado na figura 1:

A cultura de risco e ética do Banco é consentânea com a filosofia de gestão do risco. O objectivo do BCA a este respeito é de garantir que seja mantida uma cultura de gestão do risco, de acordo com os padrões internacionalmente aplicáveis, em todas as suas operações.

O Sistema de Gestão de Risco rege-se pelos seguintes princípios:

- Comprometimento da CE e do CA na definição, formalização, implementação e revisão do Sistema de Gestão de Riscos, incutindo no BCA uma cultura orientada para a prudência na gestão de riscos;
- Revisão periódica da estrutura orgânica do banco, com vista à distribuição e segregação de responsabilidades de modo que a execução e validação de actividades não sejam atribuídas ao mesmo colaborador;

Figura 1

- Obtenção de dados e informações correctas, precisas, íntegras e fidedignas;
- Todos os colaboradores devem receber formação em matéria de gestão de risco e compliance e devem ser pró-activos neste âmbito em detrimento de uma atitude reactiva.

O Sistema de Gestão de Risco e de Controlo Interno é composto por vários intervenientes, cada um com as suas funções e responsabilidades, destacando-se assim, três grandes linhas de defesa (figura 2):

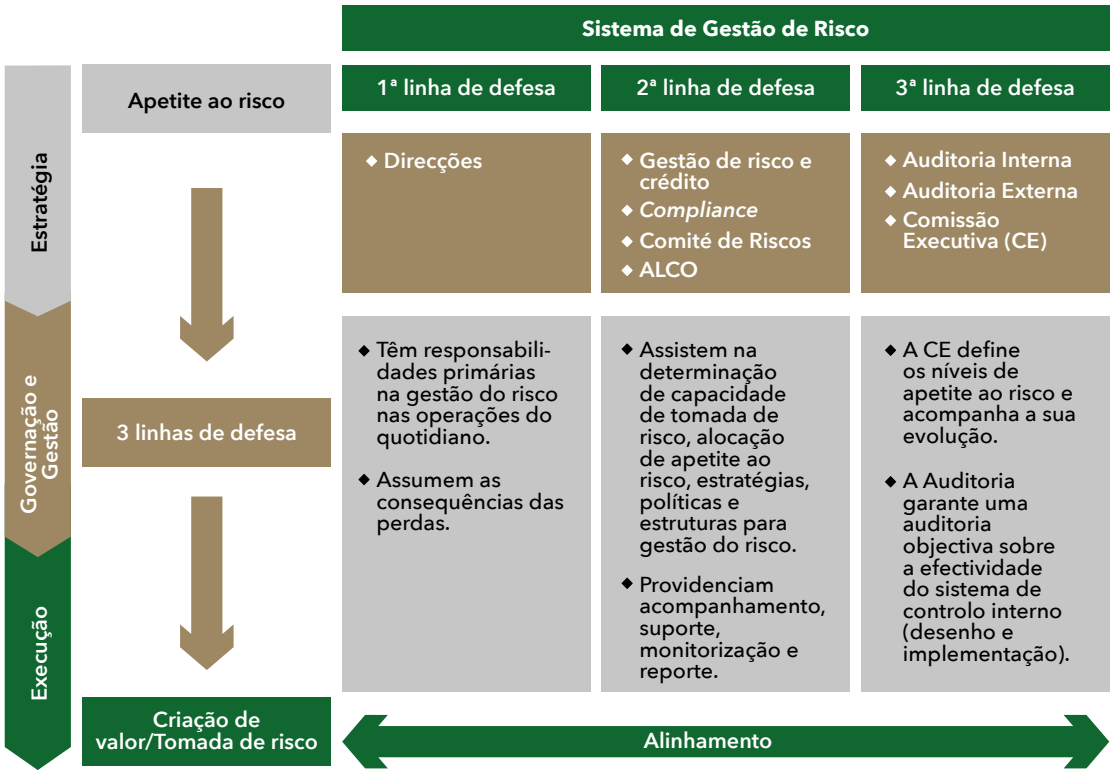


Figura 2

Informação de Gestão de Risco

Risco de Crédito e de contraparte

O risco de crédito é proveniente do incumprimento dos compromissos financeiros estabelecidos contratualmente, por parte de um mutuário ou de contraparte nas operações. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito, linhas de crédito e garantias associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento dos clientes ou contrapartes, nomeadamente nos créditos concedidos às grandes, pequenas e médias empresas, pequenos negócios, particulares e outras instituições financeiras.

O Banco foca na concessão de facilidades de crédito com base em princípios de crédito com retorno apropriado, equilibrando o risco e os rendimentos. A Política geral é encontrar motivação primária no que diz respeito:

- ao mérito do negócio;
- à situação financeira do devedor; e
- à transacção em si (a decisão nunca deve ser tomada apenas com base nas garantias).

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela área operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem os processos que consideram viáveis, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva.

Deve-se manter um equilíbrio entre o risco e um serviço ao cliente de qualidade. Um serviço de qualidade não deve significar atribuição de créditos a entidades que não o mereçam.

Os procedimentos de avaliação de risco de crédito utilizam metodologias qualitativas e quantitativas, de forma a garantir que todos os riscos são endereçados, quer por via de cálculos automatizados, quer por via do estabelecimento de relação com o cliente. O Banco não concederá crédito, de qualquer que seja a natureza, a um cliente que não tenha a capacidade de reembolsar os valores concedidos.

O objectivo do Banco é a concessão de crédito a empresas e/ou particulares com base na sua própria capacidade financeira e não exclusivamente na confiança da empresa-mãe, outros fiadores ou somente na base das garantias prestadas.

A avaliação do perfil financeiro de particulares e empresas varia de sector para sector ou de indivíduo para indivíduo, devendo serem feitos esforços para o uso de estudos comparativos como orientação, onde for possível.

É essencial desenvolver uma confiança mútua através do contacto pessoal com os clientes a quem estamos a conceder os empréstimos. No caso concreto de empresas, devemos visitar as instalações onde elas se localizam, pelo menos uma vez ao ano, preferencialmente no momento em que se fizer a avaliação das facilidades.

No geral, o Banco deverá obter garantias ilimitadas e cessão ou capitalização das contas de

BCA
Banco Comercial Angolano

crédito (excepto as de parcerias) dos directores/ /parceiros/procuradores como garantia das facilidades concedidas a empresas, corporações, parcerias, procuradores e esposas, no caso de particulares. Alguns dos vectores principais da área de risco de crédito, no ano de 2016, foram os seguintes:

- Reforço do rigor dos critérios de admissão e, consequentemente, da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta actuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes, permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objectivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida.

São responsáveis para a concessão de crédito os seguintes órgãos do banco, dentro das competências a si delegadas: Direcção de Crédito; Comité de Crédito a Trabalhadores; Comité de Crédito de Gestão e o Comité de Crédito do Conselho.

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros, corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de "repos", empréstimos de valores mobiliários, instrumentos derivados, e outros valores a receber.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo risco potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia é proveniente de alterações adversas no ambiente de negócios, da incapacidade de resposta a estas alterações e de decisões de gestão estratégica inadequadas.

Informação de Gestão de Risco

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de comprometimento da capacidade financeira do banco, de tal ordem que as operações correntes não podem ser financiadas e os compromissos financeiros não podem ser cumpridos atempadamente. Na sequência do espírito de Basileia III, resultado da crise dos "subprimes", que visa dotar os bancos de fundos próprios suficientes para fazer face a crises de liquidez, o Banco Nacional de Angola, em colaboração com os bancos comerciais, vem desenvolvendo uma série de instrumentos para a avaliação da exposição ao risco de liquidez. Seguindo uma ponderação estabelecida para os activos, passivos e extrapatrimoniais, os valores em moeda nacional e moeda estrangeira serão agrupados nas respectivas bandas temporais. O rácio do total ponderado dos montantes patrimoniais e extrapatrimoniais, relativamente aos fluxos de caixa definidos, deverá sempre exceder o percentual mínimo exigido.

O risco de liquidez comercial refere-se ao risco da incapacidade de cobertura de posições abertas de instrumentos financeiros de forma rápida e em valor suficiente a preços de mercado, por forma a evitar impactos financeiros adversos, resultantes tanto da escassez de liquidez no Mercado ou pelo facto do mercado se encontrar encerrado.

A gestão prudente da liquidez é fulcral para a viabilidade do Banco. A gestão do risco de liquidez inclui uma abordagem geral sobre a estrutura do balanço patrimonial do Banco, que consolida e sintetiza todas as origens e aplicação da liquidez, para além de incluir a análise da liquidez, da rentabilidade e da sensibilidade dos diferentes elementos do activo e passivo relativamente às variações da taxa de juro. A monitorização do risco de liquidez é desenvolvida independente e regularmente pelo Director de Risco e é reportada ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) e à Comissão Executiva.

A gestão de liquidez do Banco, visa atingir os seguintes objectivos principais:

- Satisfazer a procura por dinheiro dos clientes, incluindo levantamentos/pagamentos e financiamento a empréstimos;
- Fazer face às flutuações sazonais entre o nível de depósitos e o nível de levantamentos ou pagamentos a terceiros;
- Fazer face às oscilações cíclicas das condições económicas com impacto na disponibilidade dos fundos e/ou na procura por fundos;
- Minimizar o impacto adverso de potenciais alterações das condições prevalecentes de mercado, susceptíveis de afectar a capacidade do Banco de se auto-financiar; e
- Fazer face às consequências emanadas da perda de confiança do público, que pode induzir a uma corrida aos bancos.

Banco Comercial Angolano

Para a realização eficaz dos objectivos acima ilustrados, são utilizados os seguintes instrumentos/procedimentos para a gestão da liquidez do Banco:

- Reuniões diárias de liquidez, de forma a monitorar e gerir a liquidez do Banco;
- Garantir a qualquer momento, um montante determinado de activos líquidos como protecção contra um movimento imprevisto no cash flow;
- Gestão das características e dos riscos das diferentes fontes de liquidez, adoptando estratégias apropriadas de financiamento (incluindo a constituição de uma carteira de fundos, diversificada e estável), consentâneas com as necessidades de liquidez do Banco;
- Reduzir o risco de liquidez emanado de concentrações indevidas das fontes de financiamento – garantir a diversificação adequada da estrutura de depósitos, examinar o nível de confiança numa determinada fonte específica de financiamento, quer seja ao nível do depositante individual ou ainda por tipo de instrumento;
- Considerar a necessidade de diversificação das fontes de liquidez, estabilidade dos activos e a disponibilidade das fontes alternativas de financiamento à liquidez;
- Manter o nível de "mismatch" dentro dos limites estabelecidos.

Em geral, o risco de liquidez é gerido por via da abordagem sobre o *cash flow*, com o propósito final de assegurar um nível adequado de liquidez mensal (evitando uma concentração indevida de fundos, bem assim como cumprir os limites de *cash flows* expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes) através da optimização da estratégia de financiamento, tomando sempre em consideração a expectativa em relação à taxa de juro e ao crescimento projectado do balanço patrimonial.

O processo de monitorização do risco de liquidez, através de limites quantitativos inclui:

- *Cash flows* mensais expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes; e
- Reservas obrigatórias e outros requisitos regulamentares.

A Direcção de Sala de Mercados (SM) do Banco é responsável pelo cumprimento das normas regulamentares de liquidez, emanadas do Conselho de Administração.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital do Banco, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em cotações de acções, obrigações e preços de mercadorias. O risco de mercado decorre, principalmente, de posições

Informação de Gestão de Risco

de curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

A avaliação do Risco de Mercado considera:

- A volatilidade do preço das posições da carteira, nomeadamente títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados;
- O risco de concentração na carteira de negociação, nomeadamente através da identificação de posições significativas: num mesmo tipo de produto, numa mesma moeda, face a uma mesma contraparte ou a contrapartes ligadas entre si, face a um mesmo colateral ou face a uma mesma contraparte garante;
- Os efeitos de correlação entre posições, ditados por factores de risco comuns;
- O montante de posições em activos com pouca liquidez (reduzido volume de transacção).

O risco de mercado é categorizado pelos seguintes riscos: risco de mercado, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é proveniente de movimentos nas taxas de câmbio resultando das posições cambiais originadas pela existência de instrumentos financeiros denominados em diferentes moedas.

Este risco tem por base alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção), alterações no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão) e alteração da posição competitiva do banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

A avaliação do Risco de Taxa de Câmbio considera:

- Montante global das posições sujeitas a reavaliação pela conversão para a moeda base;
- Volatilidade das taxas de câmbio relevantes;
- Análise da magnitude de impactos nos resultados e no capital face a diferentes cenários de evolução de taxas de câmbio, nomeadamente com recurso a simulações.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juro é proveniente de movimentos nas taxas de juro resultado de desfasamentos no montante, nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro observados nos instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar.

O risco da taxa de juro pode resultar da diferença advinda do *repricing* dos activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais do banco (*repricing mismatch risk*); da alteração no declive da curva de rendimentos (risco da curva de rendimentos – *yield curve risk*); de correlações imperfeitas entre as taxas activas e passivas de instrumentos diferentes com características de alteração semelhantes (risco de base); e de opções relacionadas com taxas de juro (risco de opção).

BCA
Banco Comercial Angolano

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho operacional. O risco empresarial ou de negócio é definido como o montante máximo do desvio negativo dos níveis previstos das margens líquidas de juro activas e passivas (devido ao volume dos activos e passivos, composição e desvios na fixação de preços), honorários, comissões e taxas de serviços prestados, assim como as despesas operacionais geridas pelo Banco.

A avaliação do Risco de Taxa de Juro deve considerar:

- Tendência de evolução das taxas de juro nos diferentes horizontes temporais;
- Análise de "gaps" que evidenciem detalhadamente, por períodos de maturidade ou refixação de taxa, quais as posições líquidas em risco de taxa de juro.

Os limites quantitativos para o risco de taxas de juro são determinados com base no objectivo do Banco de limitar a sua exposição a consequências adversas advindas de alterações nas taxas de juro prevalecentes.

O objectivo primordial do processo de gestão de taxas de juro activas e passivas do Banco é de conter as reduções do rendimento líquido de juros resultantes de alterações substanciais das taxas de juro.

O Banco Comercial Angolano deverá utilizar modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro (projecções) para avaliar a exposição do Banco a alterações nas taxas de juro a curto prazo.

O Conselho de Administração poderá estabelecer e aprovar anualmente limites de sensibilidade do rendimento líquido de juros. No mínimo, o Banco deverá mensurar trimestralmente a sensibilidade dos seus rendimentos líquidos de juro às variações da taxa de juro. Os resultados propiciados pelos modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro ilustram o impacto antecipado, em pelo menos dois cenários diferentes e hipotéticos, de variações nas taxas de juro, para períodos de pelo menos um ano. Um dos cenários reflecte, tanto quanto possível, a melhor estimativa relativamente às condições futuras mais prováveis da taxa de juro. Outro dos cenários reflecte a estimativa da Direcção relativamente a um nível extremamente adverso da taxa de juros e é utilizado para avaliar o comportamento dos rendimentos líquidos de juro em condições de tensão.

Perfís da recompensa do risco com uma taxa de juro a doze meses (com a recompensa definida como a realização ou sobre-realização da variável destino – como sejam receitas líquidas de juros e suas componentes orçamentadas/previstas – e o risco definido como a variação negativa da variável destino), para o rendimento do juro líquido e seus componentes, são quantificados e avaliados através duma abordagem de simulação compreensiva. Esta abordagem de simulação cobre uma variedade de possíveis cenários de taxas de juro. No desenvolvimento de cenários de taxas de juro, são considerados diversos factores como seja o nível e a estrutura prevalecente de taxas de juro, bem assim como os movimentos históricos.

Informação de Gestão de Risco

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o negócio (risco empresarial), do seguinte modo:

- Margem de activos: a margem de activos em risco é o impacto que movimentos adversos no nível de preços, volumes e composição dos activos (tipo de produto, estrutura da base de clientes) originam no valor dos activos do Banco. Quanto à relação entre o preço dos activos e o risco de crédito, as perdas esperadas de crédito constituem um custo intrínseco ao próprio negócio creditício. O risco de crédito é, no entanto, gerido como parte do processo normal de actividades de gestão e monitorização da carteira de crédito do banco, de acordo com a política de risco de crédito em vigor.

- Margem de passivos: a margem dos passivos em risco é o impacto que os movimentos adversos no nível de preços e composição do passivo (tipo de produto, etc.) originam no valor dos passivos do Banco.

- Resultado de Exploração: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de honorários, comissões e taxas de serviços em consequência do risco empresarial resultante da não realização dos objectivos de vendas, redução de preços devido a pressões concorrenciais e a redução do volume das transacções. O risco associado às receitas provenientes de actividades comerciais e de investimento é gerido como parte integrante do risco de mercado, comercial e de investimento.

- Despesas Operacionais: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de despesas operacionais que podem surgir devido à ocorrência de custos não previstos, controlo inadequado de custos e subutilização da capacidade instalada.

Risco Operacional

O BCA define risco operacional como o risco proveniente da inadequação dos processos internos, pessoas ou sistemas, da possibilidade de ocorrência de fraudes, internas e externas, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos.

O risco operacional é caracterizado pelos **Riscos de Compliance, Risco de Sistema de Informação, Risco de Processos** e **Risco de Pessoal**.

- O **Risco de Compliance** resulta de violações ou incumprimentos de leis, regras, regulações, contratos, práticas prescritas ou padrões éticos, bem como, violações das medidas e processos de prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;

- O **Risco de Sistemas de Informação** provem da inadequação das tecnologias de informação no âmbito de processamentos,

integridade, controlo, disponibilidade, e continuidade, derivados de estratégias e utilizações inadequadas;

- O **Risco de Processos** consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de falhas na análise, processamento e liquidação de operações, de fraudes internas e externas, ou de inadequações, inoperacionalidades de infraestruturas.

- O **Risco de Pessoal** é fruto da inadequação em termos quantitativos e qualitativos dos recursos humanos, de processos de recrutamento, dos esquemas de compensação e avaliação, dos programas de formação, da cultura de motivação, das políticas sociais, relativamente às actividades e objectivos da Instituição.

O BCA segue a Abordagem do Indicador Básico (BIA) para a gestão do risco operacional uma vez que considera que existem benefícios financeiros e de reputação consideráveis aos quais uma gestão do risco operacional contribui para:

- Reduzir os eventos de ocorrência do risco operacional e as associadas perdas financeiras;

- Fortalecer a marca BCA e o custo do capital para o risco operacional;

- Satisfazer expectativas do Banco Central;

- Introduzir e avaliar a implementação à letra dos diplomas legais no âmbito da reforma tributária aplicada às operações do Banco;

- Acompanhar uma gestão pró-activa dos grandes eventos de risco operacional e controlos não efectivos, assim como possíveis violações aos limites dos indicadores chave;

- Estabelecer níveis de tolerância ao risco e atribuição de responsabilidades;

- Delegar autoridades;

- Definir a alocação dos riscos operacionais, através de uma cultura de conhecimento e aprofundamento do risco operacional. Nesse sentido, os órgãos de avaliação, cada vez mais, vão incluir o risco operacional como uma componente explícita na sua avaliação do crédito; e

- Outros trabalhos feitos na gestão do risco operacional.

O Conselho de Administração do BCA espera que os riscos operacionais relacionados com as actividades de negócio sejam claramente identificados, avaliados, controlados, comunicados e geridos através do processo interno designado DRACA (Avaliação e Controlo detalhado dos Riscos). Cada uma das unidades de negócio e funções do BCA deve gerir o seu risco operacional em cumprimento deste modelo. É mantido também um registo de perdas resultantes de situações de risco operacional, com vista a criar dados históricos que serão utilizados no futuro para migrar para um modelo próprio de cálculo e gestão do risco operacional, por ser o mais eficiente dos três modelos aceites pelo Basileia II.

Informação de Gestão de Risco

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de reputação é o proveniente da percepção adversa da imagem da instituição por parte de clientes, contrapartes, accionistas, investidores, supervisores e opinião pública em geral.

A avaliação do Risco de Reputação considera:

- O grau de confiança que os clientes depositam na instituição, nomeadamente em termos da sua solidez financeira e da sua honestidade nas relações comerciais, o que pode ser avaliado através de: evolução da base de clientes, nível de rotação de clientes, resultados dos questionários e/ou eventuais estudos de opinião conduzidos pela própria instituição junto dos seus clientes e imagem que resulta das notícias de imprensa;
- A percepção dos clientes, fornecedores e outras contrapartes sobre a atitude da instituição perante o dever de confidencialidade, os princípios éticos, as disposições legais e práticas instituídas, através, nomeadamente, da evolução quantitativa e substantiva das reclamações de contrapartes e dos litígios existentes, da evolução quantitativa e substantiva das reclamações efectuadas ao BNA e das notícias de impresa;
- A percepção dos investidores e analistas relativamente à transparência, suficiência e credibilidade da informação divulgada pela instituição, aos princípios éticos e às disposições legais e práticas instituídas na forma de relatórios de analistas financeiros, da evolução das notações atribuídas e na qualidade da informação constante dos relatórios e contas;
- O grau de satisfação dos colaboradores, expressa nomeadamente através de questionários e/ou eventuais estudos de opinião conduzidos pela própria instituição junto dos seus colaboradores.

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a Instituição, com projecção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à actividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afectação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

A política do risco de cumprimento e reputacional tem por finalidade a gestão dos mesmos, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Praia de Sangano. Província do Bengo.

Visão Macroeconómica

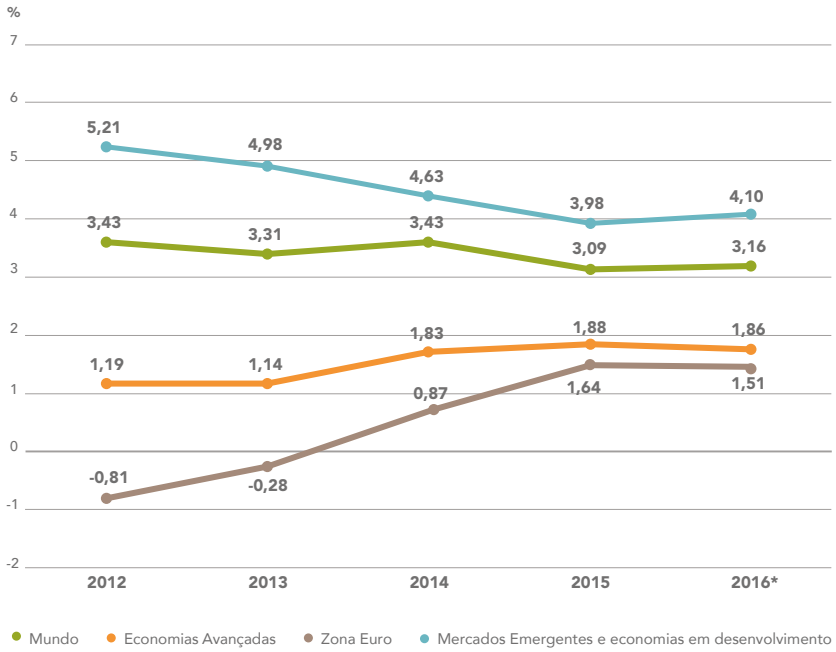
Visão Macroeconómica

Economia global

Em finais de 2015 previa-se que a economia mundial daria continuidade de retoma, embora a passos tímidos. Prognosticou-se um crescimento de 3,6% para o ano de 2016. Mas a verdade é que não se passou de meras previsões pois, o mundo teve que se contentar com um crescimento igual ao de 2015, os 3,1%.

Expectativas de crescimento robusto da maior economia do mundo, contrastadas com o seu fraco nível de actividade económica em relação ao esperado, e as incertezas geradas pelos cenários de políticas marcadamente populistas em algumas economias avançadas, como a do Reino Unido (caso Brexit), frustraram o alcance daquela taxa de crescimento prevista.

Evolução do PIB (em%)



Fonte: FMI

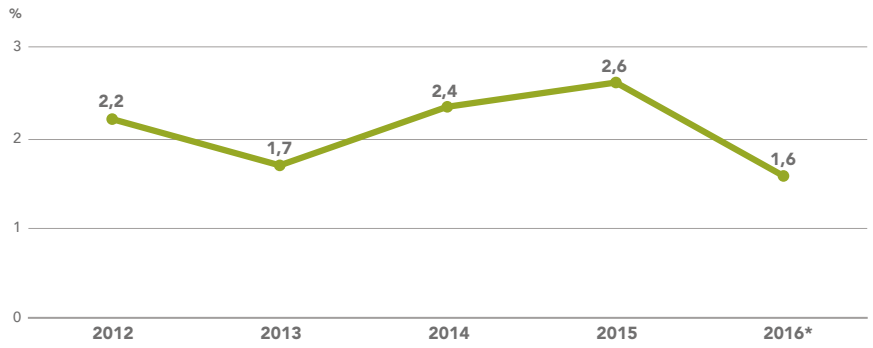
** Os valores de 2016 são projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2016.*

BCA
Banco Comercial Angolano

Estados Unidos da América (EUA)

A actual performance (PIB) da maior economia do mundo baixou para 1,6%. Algumas das razões foram a diminuição da produtividade, da produção para o estoque, e menores investimentos.

Crescimento percentual do PIB – EUA



Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Um ponto muito positivo foi a evolução da taxa de desemprego, que baixou para 4,9%, o que é considerado pleno emprego.

Taxa de desemprego – EUA

País	2012	2013	2014	2015	2016*
EUA	8,1	7,4	6,2	5,3	4,9

Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Visão Macroeconómica

Embora a taxa de desemprego continue a baixar, a inflação só começou a subir no último trimestre. Assim o FED manteve os *fed funds* entre 0,25% e 0,50% durante 2016, e só aumentou a amplitude do intervalo da taxa em Dezembro com 0,25 pontos percentuais.

Inflação fim do período – EUA					
País	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016***
EUA	1,8	1,3	0,6	0,7	1,8

Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Zona Euro

A Zona Euro revelou grandes variações do PIB. A média da Zona foi 1,7%. Uma das grandes economias, a da Alemanha, atingiu esta média. Outras grandes economias da região, tais como a França e a Itália, estiveram bem abaixo da média da zona, e a pior performance pertenceu à Grécia, com um PIB cujo crescimento fora previsto em 0,1%.

Banco Comercial Angolano

Dos países com maior crescimento, destaca-se a Irlanda que reviu o crescimento real da economia para 2015 para 26,3%, e agora com um crescimento à volta de 5% em 2016 – isto devido à inclusão nas contas nacionais das empresas multinacionais que mudaram as suas sedes para Irlanda. Nota-se também que a Espanha teve um crescimento do PIB quase equivalente ao dobro da média.

Crescimento percentual do PIB – Países da Zona Euro

País	2012	2013	2014	2015	2016*
Irlanda	-1,1	1,1	8,5	26,3	4,9
Malta	2,8	4,5	3,5	6,2	4,1
Luxemburgo	-0,8	4,3	4,1	4,8	3,5
Rep. Eslovaca	1,5	1,4	2,5	3,6	3,4
Espanha	-2,6	-1,7	1,4	3,2	3,1
...					
Alemanha	0,7	0,6	1,6	1,5	1,7
...					
França	0,2	0,6	0,6	1,3	1,3
Portugal	-4,0	-1,1	0,9	1,5	1,0
Finlândia	-1,4	-0,8	-0,7	0,2	0,9
Itália	-2,8	-1,7	-0,3	0,8	0,8
Grécia	-7,3	-3,2	0,7	-0,2	0,1
Zona Euro	**-0,9**	**-0,3**	**1,1**	**2,0**	**1,7**

Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Visão Macroeconómica

O crescimento da Espanha ajudou a baixar a sua taxa de desemprego, que durante muitos anos parecia cronicamente alta. A Grécia fica no topo da lista, devido ao fraco desenvolvimento, e a grandes problemas ao nível das finanças públicas. Itália e Portugal têm também problemas estruturais, com uma taxa de desemprego situada bem acima da média da Zona Euro. Por outro lado, a Alemanha teve uma taxa de 4,3% (igual a dos EUA), situação que é considerada de quase pleno emprego.

Taxa de desemprego – Países da Zona Euro

País	2012	2013	2014	2015	2016*
Grécia	24,4	27,5	26,5	25,0	23,3
Espanha	24,8	26,1	24,4	22,1	19,4
Chipre	11,9	15,9	16,2	14,9	13,0
Itália	10,7	12,1	12,6	11,9	11,5
Portugal	15,5	16,2	13,9	12,4	11,2
...					
França	9,8	10,3	10,3	10,4	9,8
...					
Luxemburgo	6,1	6,9	7,1	6,9	6,4
Áustria	4,9	5,4	5,6	5,7	6,2
Estônia	10,0	8,6	7,4	6,1	5,6
Malta	6,3	6,4	5,8	5,4	4,8
Alemanha	5,4	5,2	5,0	4,6	4,3
Zona Euro	**11,4**	**12,0**	**11,6**	**10,9**	**10,0**

Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Banco Comercial Angolano

Um sinal de fraqueza da economia da Zona Euro é a inflação, que em 2014 atingiu valores negativos (deflação). O Banco Central Europeu lançou um grande programa de injecção de liquidez nas economias, mas sem muito efeito, até ao ultimo ano de 2016.

Inflação fim do ano – Países da Zona Euro

País	2012	2013	2014	2015	2016*
Bélgica	2,1	1,2	-0,4	1,5	2,5
Portugal	2,1	0,2	-0,3	0,3	2,4
Luxemburgo	2,5	1,5	-0,9	0,9	1,8
Malta	2,8	1,0	0,4	1,3	1,8
Áustria	2,8	1,9	0,7	1,1	1,2
...					
Alemanha	2,1	1,3	0,0	0,3	1,2
...					
Letónia	1,6	-0,4	0,3	0,4	0,3
Chipre	1,6	-1,1	-0,9	-0,5	0,0
França	1,5	0,8	0,1	0,3	0,0
Grécia	0,3	-1,8	-2,5	0,4	-0,1
Itália	2,6	0,6	0,0	0,1	-0,6
Zona Euro	**2,2**	**0,8**	**-0,2**	**0,2**	**0,6**

Fonte: FMI

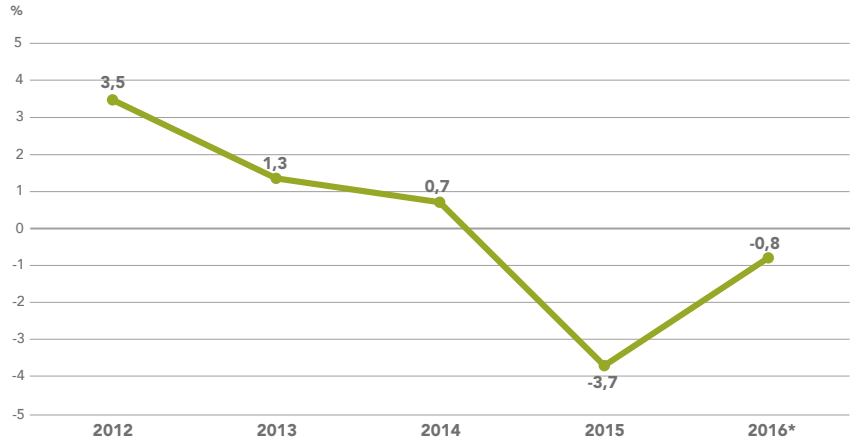
** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Visão Macroeconómica

Rússia

A Rússia está ainda a ressentir-se das consequências das sanções impostas, devido à guerra na Ucrânia e ao baixo preço de petróleo. Assim a economia, pelo segundo ano consecutivo, está em contracção.

Crescimento percentual do PIB – Rússia



Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2016.*

Devido às sanções, a inflação disparou em 2014 e 2015. Com uma política prudente das finanças públicas o país conseguiu controlá-la.

Inflação fim do ano – Rússia

País	2012	2013	2014	2015	2016*
Rússia	6,6	6,5	11,4	12,9	5,9

Fonte: FMI

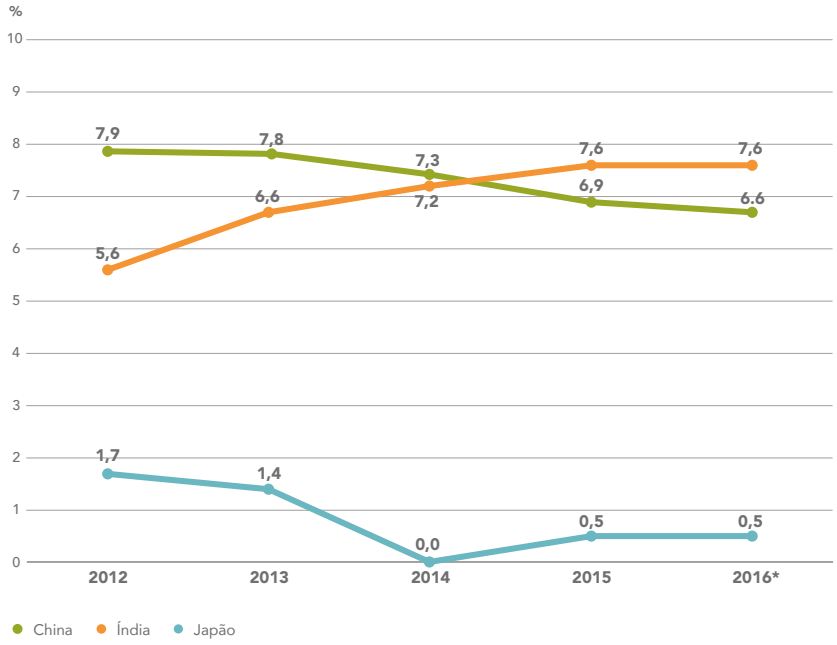
** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

BCA
Banco Comercial Angolano

Economias da Ásia

As economias em desenvolvimento dominantes mantiveram um bom ritmo de crescimento em 2016, embora o Japão, por mais um ano, tenha dificuldades de melhorar a sua economia – apesar de um programa de expansão/estímulos financeiros de grande dimensão.

Crescimento percentual do PIB – Ásia



Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2016.*

Visão Macroeconómica

A China e a Índia controlaram bem a inflação, com valores dentro dos patamares definidos, e ainda abaixo do crescimento económico. O Japão luta com a deflação, o que causa uma espiral negativa em relação ao investimento e consumo.

Inflação fim do ano – Ásia					
País	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016***
China	2,5	2,5	1,5	1,6	2,3
Índia	9,9	8,2	5,3	5,3	5,3
Japão	-0,2	1,5	2,5	0,2	-0,1

Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

América Latina e Caribe

Três países da região representam cerca de 2/3 do PIB da América Latina e Caribe (Brasil, México e Argentina), e os 8 maiores países contam com 90% do PIB (medido em USD).

Vários países têm crescimentos negativos devido às crises políticas, dependência de exportação de petróleo, e outras mercadorias em relação as finanças e rendimento geral e, no caso de Venezuela, o regime quase colapsado impacta profunda e estruturalmente a actividade económica.

Crescimento percentual do PIB – América Latina e Caribe						
País	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016***
Brasil	3,9	1,9	3,0	0,1	-3,8	-3,3
México	4,0	4,0	1,4	2,2	2,5	2,1
Argentina	6,0	-1,0	2,4	-2,5	2,5	-1,8
Venezuela	4,2	5,6	1,3	-3,9	-6,2	-10,0
Colômbia	6,6	4,0	4,9	4,4	3,1	2,2
Chile	5,8	5,5	4,0	1,8	2,3	1,7
Peru	6,5	6,0	5,8	2,4	3,3	3,7
Equador	7,9	5,6	4,6	3,7	0,3	-2,3

Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Banco Comercial Angolano

África Subsaariana

Na África Subsaariana a Nigéria e a África do Sul têm um peso de 50% do PIB, e os 7 países na tabela abaixo contam com ¾ do PIB desta zona.

A queda do PIB em valores nominais (USD) é bem visível desde 2014, e relaciona-se com as desvalorizações das divisas locais durante este período.

PIB Nominal em mil milhões de USD – África Subsaariana					
País	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016***
Nigéria	461	515	568	494	415
África do Sul	396	368	352	315	280
Angola	115	125	127	103	92
Etiópia	43	48	56	62	69
Quénia	50	55	61	63	69
Tanzânia	39	44	48	46	47
Gana	42	48	39	38	43

Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Os países com uma maior dependência do petróleo sofreram mais – a Nigéria com uma taxa de crescimento negativa de 1,7%, e a Angola com uma taxa estimada para 0%.

Cresimento percentual do PIB – África Subsaariana					
País	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016***
Nigéria	4,3	5,4	6,3	2,7	-1,7
África do Sul	2,2	2,3	1,6	1,3	0,1
Angola	5,2	6,8	4,8	3,0	0,0
Etiópia	8,7	9,9	10,3	10,2	6,5
Quénia	4,6	5,7	5,3	5,6	6,0
Tanzânia	5,1	7,3	7,0	7,0	7,2
Gana	9,3	7,3	4,0	3,9	3,3

Fonte: FMI

** Projecções do World Economic Outlook, Outubro de 2016.*

Visão Macroeconómica

A crise das mercadorias também afecta África do Sul, que só devia crescer 0,1%. Os restantes países dominantes da economia da África Subsaariana têm melhores taxas de crescimento devido a maior diversificação das economias.

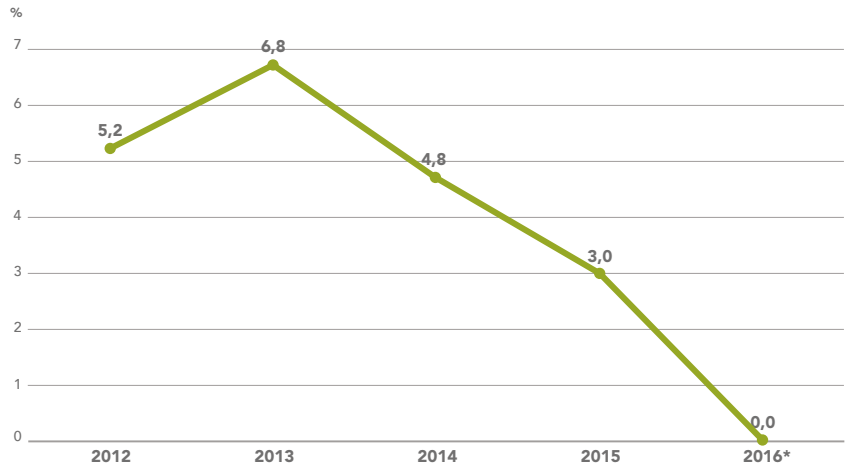
Economia Angolana

Visão Geral do Crescimento Económico

A evolução da economia angolana em 2016 foi muito dependente do preço do petróleo, como é aliás a tradição há décadas. No OGE 2016 foi inicialmente estimado um preço de USD 45,00 por barril, mas mais tarde foi revisto em baixa, para USD 40,90.

As menores receitas deram lugar a restrições na atribuição de divisa para importação por parte do BNA. Os investimentos também foram limitados e o crescimento do PIB inicialmente previsto para vários pontos percentuais foi alterado para um nível de 0.

Crescimento percentual do PIB – Angola



Fonte: FMI

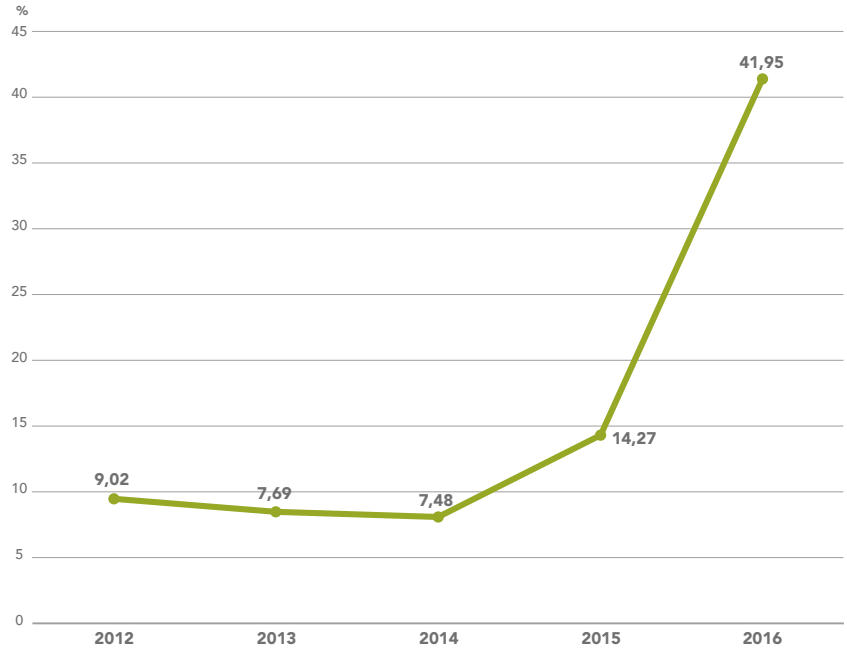
** Projecções do World Economic Outlook de Outubro de 2016.*

BCA
Banco Comercial Angolano

Inflação

Apesar de o BNA ter lutado contra a inflação durante o ano de 2016, as contas fecharam com a mais alta taxa de inflação verificada, que se situou em 42%. As razões da subida da inflação foram as várias desvalorizações do Kwanza que encareceram as importações, a redução da importação que não podia responder à procura, a ineficiência do escoamento de produtos, e uma grande falta de produção interna.

Inflação anual em % (fim de período) – Angola



Fonte: BNA

A subida vertiginosa dos preços dos produtos, especialmente os da cesta básica, levou o Governo a criar uma comissão para controlar os preços deste grupo de produtos que se convencionou chamar de produtos sob o regime de "preços vigiados".

Visão Macroeconómica

O Kwanza foi desvalorizado várias vezes durante 2016. A maior flutuação ocorreu em 1 de janeiro 2016, uma desvalorização de 15%. Estas desvalorizações resultaram da necessidade de diminuir a procura da moeda estrangeira, reduzir a diferença entre o preço oficial e o mercado paralelo e, assim, manter as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) em níveis aceitáveis.

Desvalorização USD/AKZ 2016	
Data	**Percentagem**
1-jan-2016	15,0%
11-fev-2016	1,5%
16-fev-2016	0,7%
18-mar-2016	0,6%
29-mar-2016	0,5%
8-abr-2016	1,4%
15-abr-2016	1,8%

Fonte: BNA

É, provavelmente, por causa das eleições previstas para Agosto 2017 que o Kwanza não foi desvalorizado mais, apesar de ter sido uma recomendação frequente do FMI.

Taxa de câmbio USD/AKZ – Taxa de venda do BNA					
	2012	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
Taxa de câmbio fim do ano	96,072	97,862	102,94	135,988	166,728
Variação em %	0,60%	1,90%	5,19%	32,10%	22,60%
Taxa média de câmbio	95,659	96,808	98,814	121,739	

Fonte: BNA

O montante vendido em 2016 diminuiu drasticamente devido a poucas receitas da venda do petróleo. No início do ano 2016, o BNA começou a vender EUR ao invés de USD – isto devido às dificuldades encontradas pelos bancos angolanos na execução de pagamentos comerciais em USD, decorrentes das restrições a nível de *correspondent banking*.

Montantes de USD vendidos em leilões (milhões de USD)					
	2012	2013	2014	2015	2016
Montantes por ano	18.201	19.282	19.175	17.484	11.181
Aumento em %	22%	6%	-1%	-9%	-36%
Média mensal	1.517	1.607	1.598	1.457	932

Fonte: BNA

A queda das RIL é devida às vendas de moeda estrangeira nos leilões e às vendas directas do BNA.

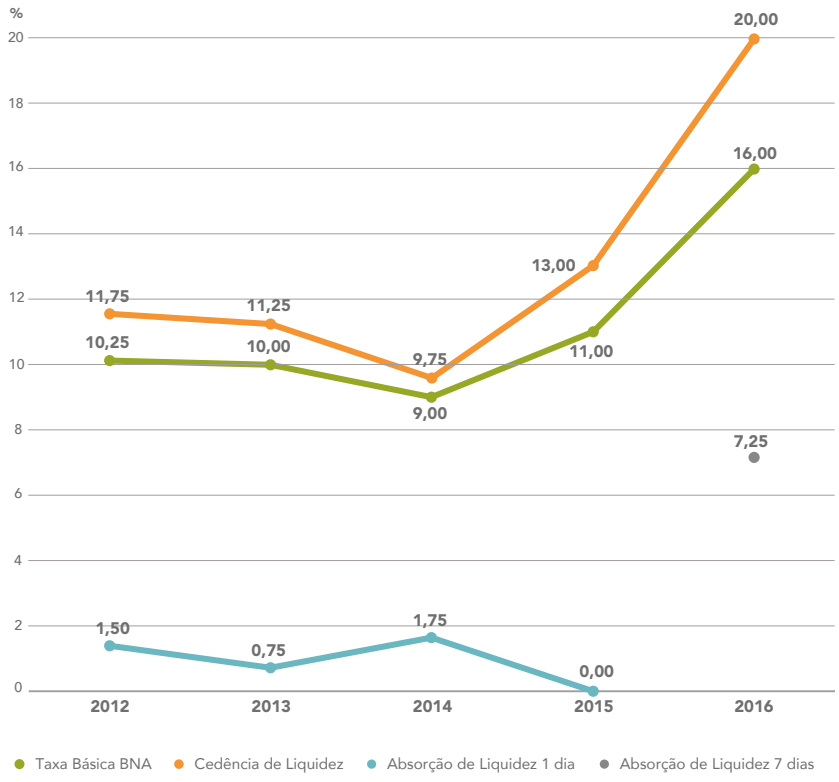
Reservas cambiais (milhões de USD)					
	2012	2013	2014	2015	2016
Reservas cambiais	30.828	31.154	27.101	24.266	21.399
Evolução	17%	1%	-13%	-10%	-12%

Fonte: BNA

Visão Macroeconómica

Visando estancar o disparar da inflação, retirando liquidez do mercado (para diminuir a procura de bens, serviços e moeda estrangeira), o BNA aumentou as suas taxas de juro. Assim a Taxa Básica do BNA passou para 16%.

Taxas do BNA



Fonte: BNA

Banco Comercial Angolano

Embora tenha havido um aumento do agregado monetário M3 no período compreendido entre o fim do ano 2015 e o fim do ano 2016, a verdade é que desde meados de 2016 o M3 foi reduzido na perspectiva de diminuir as disponibilidades das famílias e empresas e, consequentemente, reduzir a procura e a inflação.

Massa monetária em milhões de AKZ

	2012	2013	2014	2015	2016	Variação
M3 AKZ e Moeda Estrangeira	3.883.037	4.396.681	5.110.120	5.711.899	6.519.777	16%
M3 AKZ	2.156.467	2.650.018	3.411.644	3.902.817	4.515.508	18%
M3 ME	1.726.570	1.746.663	1.698.476	1.809.083	2.004.269	11%
Peso de ME em % sobre M3	44%	40%	33%	32%	31%	

Fonte: BNA

O OGE 2016 foi revisto devido ao preço baixo de petróleo verificado logo no início do ano 2016. À semelhança do sucedido no exercício de 2015, o OGE foi muito afectado pelo preço do petróleo. Previu-se uma redução das receitas em 2016, embora a sua qualidade tenha melhorado, com a receita petrolífera a ceder algum terreno à receita não petrolífera.

Orçamento Geral do Estado em (mil Milhões de AKZ)

	2013		2014		2015		2016	
Rendimento do sector petrolífero	3.630	75%	2.970	67%	1.898	56%	1.536	44%
Rendimento de outros sectores	972	20%	1.128	26%	1.158	34%	1.557	45%
Outros rendimentos	247	5%	305	7%	326	10%	393	11%
Total rendimento	4.849		4.403		3.381		3.485	
Despesas	4.816		5.221		3.858		4.485	
Superávit / Défice	32		-819		-477		-1.000	

Fonte: BNA e Síntese do OGE 2015 Revisto

Desde 2014 os OGE têm sido deficitários. Para o ano de 2016 o défice foi estimado em AKZ 1.000 mil milhões, equivalentes a cerca de USD 6 mil milhões. O Governo prevê financiar este défice com emissão de dívida nos mercados nacional e internacional.

Visão Macroeconómica

É possível que o défice seja reduzido se o Estado decidir aumentar os atrasados, ou não regularizar os já existentes com as empresas fornecedoras e outras entidades.

A exportação de petróleo em 2016 ficou ligeiramente abaixo da do ano passado – 632 milhões de barris contra 645, devido, em parte, ao acordo de corte na produção alcançado em Novembro entre os membros da OPEP. O preço médio baixou de USD 52 em 2015 para USD 40 em 2016.

Exportação de Petróleo (em milhões de barris e preço em USD)

	2012	2013	2014	2015	2016
Barris de petróleo exportados	629	629	599	645	632
Barris de petróleo/dia	1,7	1,7	1,6	1,8	1,73
Preço médio	111	107	100	52	40

Fonte: Ministério das Finanças

O pior preço de petróleo significou menores valores de exportação de petróleo. A exportação de diamantes ficou ao mesmo nível.

Balança Comercial (milhões de USD)

	2012	2013	2014	2015	2016
Exportações	71.093	68.247	59.170	33.181	27.139
Petróleo/derivados do petróleo	69.716	66.902	57.642	31.895	25.538
Diamantes	1.160	1.167	1.335	1.066	1.097
Agricultura e outros	217,6	177,4	193	220	503,6
Importações	23.704	26.331	28.580	20.693	11.112
Saldo comercial	47.389	41.916	30.590	12.489	16.027

Fonte: Ministério das Finanças

A melhoria do saldo comercial é, essencialmente, devida à redução das importações, e é somente uma reflexão da limitada importação – decorrente da redução das vendas de divisas por parte do BNA.

Os dados da Balança comercial para o fim de 2016 são estimativas obtidas com base nos últimos dados disponíveis no fim do primeiro semestre de 2016, pois até ao momento não foram publicadas as referidas estatísticas para o final de 2016.

Em relação à dívida pública, previu-se que, em Novembro de 2016 seria discutida na especialidade a proposta de Lei que alteraria o limite do endividamento público, que se pretendia elevar para cerca de 70% do PIB, evitando-se, deste modo, que o Governo agisse à margem da lei, numa altura em que o tecto de 60% estava na iminência de ser ultrapassado.

E como a proposta vem reformular o conceito da dívida pública, introduzindo a ideia de que a dívida pública consolidada compreende apenas a dívida pública directa das entidades do sector público administrativo, excluindo a dívida do sector público empresarial, é razoável pensar-se que o Governo não terá ultrapassado o limite legal, embora esta não seja a recomendação do FMI.

Dívida Pública (mil milhões de USD)					
	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida interna do Governo	12	16	21	22	
Dívida externa do Governo	22	29	29	25	
Dívida das empresas públicas	9	14	10	11	N/D
Dívida pública total	34	45	50	47	
Dívida pública/PIB	30,1%	35,7%	42,5%	45,8%	

Fonte: Unidade de Gestão de Dívida (UGD) e OGE

Canais de Distribuição

Costelas de baleia usadas com suporte para lampadas de iluminação no Flamingo Lodge, Província do Namibe.

1 - Directos:
Agências (41)

LUANDA

Valódia - Sede
Av. Comandante Valódia, 83-A
Tel: (+244) 222 448 842/48/49
Fax: (+244) 222 449 516
E-mail: bca@bca.co.ao
SWIFT: COMLAOLU

Deolinda Rodrigues
Rua Deolinda Rodrigues, 477
Estrada de Catete - Luanda
Tel/Fax: (+244) 222 260 063/2376

N'gola Kiluanji
Rua N'gola Kiluanji, 183
São Paulo - Luanda
Tel: (+244) 222 384 508/40
Fax: (+244) 222 384 570

Rainha Ginga
Rua Rainha Ginga, 8 - B
Coqueiros - Luanda
Tel: (+244) 222 334 160/3289/3678
Fax: (+244) 222 330 189

Major Kanhangulo
Rua Major Kanhangulo, 288
Ingombota - Luanda
Tel: (+244) 222 330 932/1097
Fax: (+244) 222 330 802

Morro Bento
Rua Pedro Castro Van-Dúnem
Estrada Nacional - Talatona
Bairro Morro Bento

Torres da Imporáfrica
Rua Kwame N'Krumah, Edifício
Torres Imporafrica R/C
Bairro Maculusso
Tel/Fax: (+244) 222 208 222/01

Aeroporto Internacional
4 de Fevereiro
Área das Chegadas Internacionais
Bairro do Cassenda
Tel: (+244) 222 204 200/02

Porto de Luanda
Guiché Único das Alfândegas
Rua Padre José Maria Antunes
Tel: (+244) 222 206 000

Missão
Rua da Missão, 42
Tel: (+244) 222 641 313

Banco Comercial Angolano

Funda Coca-Cola
Município de Cacuaco
Comuna da Funda
Fábrica Coca-Cola Bottling, S.A.R.L.

Porto Seco de Viana
Município de Viana
Avenida Deolinda Rodrigues, Km 25
Tel: (+244) 222 641 346

ENDE Sambizanga
Comuna de Ngola Kiluanji;
Avenida Ngola Kiluanji

Colégio Pitruca
Município de Belas
Urbanização Nova Vida
Tel: (+244) 222 641 329

Hospital do Prenda
Distrito do Prenda
Rua Comandante Arguelles
Tel: (+244) 222 641 357

Hipermercado Jumbo
Município da Maianga
Avenida Deolinda Rodrigues
Tel: (+244) 222 641 359

ENDE Viana
Município de Viana
Rua 11 de Fevereiro
Centro de Distribuição ENDE E.P.

Agência do Patriota
Município de Belas
Comuna do Benfica
Bairro Honga
Rua Direita do Patriota

ENDE Patriota
Município de Belas
Comuna do Benfica
Bairro Urbanização "Lar do Patriota"
Rua Direita do Patriota

ENDE Kilamba
Município de Kilamba
Comuna Centralidade de Kilamba
Bairro Nzinga Mbandi - Quarteirão L
Rua Amílcar Cabral, Loja nº 196B
R/C; Prédio 15

CABINDA

Cabinda
Bairro Deolinda Rodrigues
Rua Elias Garcia
Largo Lopes Pim-Pim
Tel: (+244) 231 220 125
Fax: (+244) 231 222 127

Aeroporto Cabinda
Av. Duque de Chiasi
Aeroporto de Cabinda
Tel: (244) 231 223 148
Fax: (+244) 231 223 149

Porto de Cabinda
Rua do Comércio
Empresa Portuária de Cabinda
Tel: (+244) 222 641 364

Massabi
Município de Cacongo
Comuna de Massabi
Posto Fronteiriço de Massabi
Tel: (+244) 222 641 308

BENGUELA

Benguela
Rua Comandante Kassanje, 1
Tel:(+244) 272 23704/42/43/44/71
Fax: (+244) 272 236 640

LOBITO

Lobito
Av. 25 de Abril, Bairro 28
Edifício da ENE
Tel: (+244) 272 226 606/7/8/9/10
Fax: (+244) 272 611

Porto do Lobito
Avenida da Independência

Catumbela
Rua Bernardino Correia RC
Junto ao Centro de Distribuição da ENDE E.P.

Baía Farta
Rua Comandante Jika 2009 RC
Junto ao Centro de Distribuição da ENDE E.P.

CUNENE

Santa Clara
Rua Principal de Santa Clara
Próximo da Alfândega Santa Clara
Tel: (+244) 222 641 361

HUAMBO

Aeroporto do Huambo
Rua Xavier Tramancal
Aeroporto Albano Machado
Tel: (+244) 222 641 354

Huambo
Comuna Sede do Huambo
Av. da Independência
Tel: (+244) 222 641 353

São João
Comuna Comandante Vilinga
Junto à Loja da ENDE E.P.

UÍGE

Comércio Uíge
Convergência da Rua do Comércio, 23-A com a Rua da Ambuila, 20

ENDE Uíge
Rua Comandante Bula
Edifício Rimada
Centro de Distribuição ENDE E.P.
Uíge
Tel: (+244) 222 641 335

MALANGE

Malange
Rua António Dienes
Hotel Gigante
Tel:(+244) 222 641 331

HUILA

ENDE Lubango
Rua 11 de Novembro
Centro de Distribuição ENDE E.P.
Huíla
Tel: (+244) 927 561 111

CUANZA NORTE

Cambambe
Comuna do Dondo; Bairro dos Cahoios; Zona 4
Próximo à Loja de Atendimento ENDE E.P. Dondo

Cambambe
Bairro da SONEF/Cambambe; Zona 9
Centro Recreativo (Club) Vila do "Aproveitamento hidroeléctrico de Cambambe"

CUANZA SUL

Sumbe
Rua do Cabouqueiro, Nº16; Zona 3
R/C do Edifício da Direcção da ENDE E.P.

Porto Amboim
Rua de Moçambique, Nº1120
Edifício dos serviços da ENDE E.P.

2 - Indirectos:
Postos de atendimento
Multicaixas - ATM (58)
Terminais de Pagamentos Automáticos - POS (235)

O Rio Lucala e as Quedas de Calandula/Kalandula (ex Duque de Bragança). Província de Malanje.

BCA
Banco Comercial Angolano

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Balanço em 31 de Dezembro de 2016

	Notas	31-12-2016 Milhares de Kwanzas	31-12-2015 Milhares de Kwanzas	01-01-2015 Milhares de Kwanzas
Activo				
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3	5.164.522	15.513.874	5.185.082
Disponibil. em Outras Instituições de Crédito	4	5.367.258	1.736.886	1.836.285
Aplicações em Bancos Centrais e Outras Instit. Crédito	5	249.007	1.218.003	1.828.578
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	6	11.543.826	13.817.051	11.422.543
Crédito a clientes	7	10.981.602	8.859.695	6.458.217
Outros Activos Tangíveis	8	5.647.718	5.235.291	3.784.843
Activos Intangíveis	8	37.195	19.253	24.326
Activos por Impostos Diferidos	9	59.863	88.769	1.075
Outros Activos	10	4.868.897	381.921	381.332
Total de Activo		**43.919.888**	**46.870.743**	**30.922.281**
Passivo				
Recursos Bancos Centrais/Outras Instituições Crédito	11	2.606.289	369.109	878.755
Recursos de clientes e outros empréstimos				
a) à vista	12	22.029.086	27.346.639	13.293.911
b) a prazo ou com pré aviso	12	6.090.709	9.411.106	9.293.139
Provisões	13	150	76.165	75.882
Passivos Por Impostos Correntes	14	929.924	377.267	140.406
Passivos Por Impostos Diferidos	15	-	100.773	-
Outras obrigações	16	1.860.504	1.890.360	1.386.498
Total de Passivo		**33.516.662**	**39.571.419**	**25.068.591**
Fundos próprios				
Capital Social		2.582.579	2.582.579	2.582.579
- Capital	17	2.500.000	2.500.000	2.500.000
- Reserva Actualiz. Monet. Capital Social	17.1	82.579	82.579	82.579
Reservas de Reavaliação	17.1	(139.678)	(207.127)	(32.674)
Outras Reservas e Resultados Transitados	17.1	4.816.748	3.205.275	2.495.501
Resultado Líquido Individual do exercício	17.1	3.143.577	1.718.597	808.284
Total de Fundos próprios		**10.403.226**	**7.299.324**	**5.853.690**
Total de Passivos e Fundos Próprios		**43.919.888**	**46.870.743**	**30.922.281**
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS				
Garantias e Avales prestados	28	5.126	15.000	971.626
Linhas de crédito não utilizadas	28	10.986.654	-	176.883
Outros Compromissos	28	3.959.856	-	-
Garantias recebidas	28	(22.711.926)	(14.153.455)	(8.832.516)
Guarda de Valores	28	(12.204.396)	-	-

BCA
Banco Comercial Angolano

Balanço em 31 de Dezembro de 2016

	Notas	31-12-2016 Milhares de Dólares	31-12-2015 Milhares de Dólares	01-01-2015 Milhares de Dólares
Activo				
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3	31.130	114.650	50.408
Disponibil. em Outras Instituições de Crédito	4	32.352	12.836	17.852
Aplicações em Bancos Centrais e Outras Instit. Crédito	5	1.501	9.001	17.777
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	6	69.582	102.110	111.046
Crédito a clientes	7	66.193	65.475	62.785
Outros Activos Tangíveis	8	34.042	38.690	36.795
Activos Intangíveis	8	224	142	236
Activos por Impostos Diferidos	9	361	656	10
Outros Activos	10	29.348	2.822	3.707
Total de Activo		**264.733**	**346.382**	**300.616**
Passivo				
Recursos Bancos Centrais/Outras Instituições Crédito	11	15.710	2.728	8.543
Recursos de clientes e outros empréstimos				
a) à vista	12	132.783	202.096	129.239
b) a prazo ou com pré aviso	12	36.713	69.550	90.345
Provisões	13	1	563	738
Passivos Por Impostos Correntes	14	5.670	3.118	1.365
Passivos Por Impostos Diferidos	15	-	832	-
Outras obrigações	16	11.214	13.970	13.479
Total de Passivo		**202.091**	**292.857**	**243.709**
Fundos próprios				
Capital Social	17	27.208	27.208	27.208
Reservas de Reavaliação	17.1	(842)	(1.531)	(318)
Outras Reservas e Resultados Transitados	17.1	29.034	23.687	24.261
Reserva de reexpressão	17.1	(11.923)	(10.041)	(2.449)
Resultado Líquido Individual do exercício	17.1	19.165	14.202	8.205
Total de Fundos próprios		**62.642**	**53.525**	**56.907**
Total de Passivos e Fundos Próprios		**264.733**	**346.382**	**300.616**
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS				
Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuais				
Garantias e Avales prestados	28	31	111	9.446
Linhas de crédito não utilizadas	28	66.225	-	1.720
Outros Compromissos	28	23.869	-	-
Garantias recebidas	28	(136.899)	(104.596)	(85.867)
Guarda de Valores	28	(73.564)	-	-

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Demonstrações de Resultados para o período findo em 31 de Dezembro de 2016

	Notas	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Juros e proveitos equiparados	19	3.972.047	24.217	2.772.646	22.912
Juros e custos equiparados	20	(277.426)	(1.692)	(228.669)	(1.890)
Margem financeira		**3.694.621**	**22.525**	**2.543.977**	**21.022**
Rendimento de Serviços e Comissões	21	1.876.902	11.443	1.085.708	8.972
Encargos com Serviços e Comissões	22	(51.814)	(316)	(30.801)	(255)
Resultados Cambiais	23	1.996.418	12.172	1.636.085	13.520
Outros Resultados de Exploração	24	(132.753)	(809)	(85.425)	(706)
		3.688.753	**22.490**	**2.605.567**	**21.531**
Produto da Actividade Bancária		**7.383.374**	**45.015**	**5.149.544**	**42.553**
Custos com Pessoal	25	(1.510.978)	(9.212)	(1.214.806)	(10.038)
Fornecimentos de terceiros	26	(1.567.443)	(9.556)	(1.082.707)	(8.947)
Depreciações e Amortizações	8	(283.824)	(1.731)	(297.070)	(2.455)
Provisões líquidas de anulações	13	76.015	463	(102.130)	(844)
Imparidade para Crédito a Clientes	7	(23.643)	(144)	(256.194)	(2.117)
		(3.309.873)	**(20.180)**	**(2.952.907)**	**(24.401)**
Resultados Antes de Impostos em Continuação		**4.073.501**	**24.835**	**2.196.637**	**18.152**
Impostos sobre os Resultados					
- Correntes	14	(929.924)	(5.670)	(377.267)	(3.118)
- Diferidos	15	-	-	(100.773)	(832)
Resultado Após Impostos em Continuação		**3.143.577**	**19.165**	**1.718.597**	**14.202**
Resultado de Operações descontinuadas		-	-	-	-
Resultado Líquido Individual do Exercício		**3.143.577**	**19.165**	**1.718.597**	**14.202**
Resultado por Acção (Milhares de Kwanzas)	27				
- Básico		**0,50**		**0,27**	
- Diluído		**0,50**		**0,27**	

BCA
Banco Comercial Angolano

Demonstração de Resultados e de outro rendimento integral para o período findo em 31 de Dezembro de 2016

	Notas	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Resultado Líquido do Exercício	**17.1**	**3.143.577**	**19.165**	**1.718.597**	**14.202**
Outro Rendimento Integral					
Rubricas que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados	-	-	-	-	-
Rubricas poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados					
Variações no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para a Venda	**6**	(199.541)	(1.203)	(295.896)	(2.187)
Impacto Fiscal (30%)	**9**	59.863	361	88.769	656
	17.1	(139.678)	(842)	(207.127)	(1.531)
Resultado não Incluído na Demonstração de Resultados	**17.1**	**(139.678)**	**(842)**	**(207.127)**	**(1.531)**
Rendimento Integral do Exercício		**3.003.899**	**18.323**	**1.511.470**	**12.671**

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Demonstrações de Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Milhares de Kwanzas	Capital e prémios de emissão	Actualização Monetária Capital Social	Reservas de Reavaliação	Outras Rervas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldo a 01-01-2015	**2.500.000**	**82.579**	**(32.674)**	**2.495.501**	**808.284**	**5.853.690**
Apropriação Resultados 2014	-	-	-	709.431	(709.431)	-
Distribuição dos Dividendos de 2014	-	-	-	-	(98.510)	(98.510)
Anulação Reservas de reavaliação 2014	-	-	32.674	-	-	32.674
Reservas de Reavaliação 2015	-	-	(207.127)	-	-	(207.127)
Transferência Resultados Transitados	-	-	-	343	(343)	-
Resultado Líquido 2015	-	-	-	-	1.718.597	1.718.597
Saldo a 31-12-2015	**2.500.000**	**82.579**	**(207.127)**	**3.205.275**	**1.718.597**	**7.299.324**
Apropriação Resultados 2015	-	-	-	1.213.172	(1.213.172)	-
Distribuição dos Dividendos de 2015	-	-	-	-	(270.630)	(270.630)
Anulação Reservas de reavaliação 2015	-	-	207.127	-	-	207.127
Reservas de Reavaliação 2016	-	-	(139.678)	-	-	(139.678)
Transferência Resultados Transitados	-	-	-	398.645	-	398.645
Ajustamento de Transição	-	-	-	(344)	(234.795)	(235.139)
Resultado Líquido 2016	-	-	-	-	3.143.577	3.143.577
Saldo a 31-12-2016	**2.500.000**	**82.579**	**(139.678)**	**4.816.748**	**3.143.577**	**10.403.226**

BCA
Banco Comercial Angolano

Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2016

	Notas	2016 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos		4.073.501	2.196.637
Mais:			
Amortizações	8	283.824	297.070
Imparidade para a Carteira de crédito	7	23.643	256.194
Menos:			
Provisão Responsabilidades potenciais	13	(76.015)	102.130
Dividendo pago	17.1	(270.630)	(98.510)
Impostos pagos	14/16	(458.863)	(134.712)
Fluxos de actividades operacionais		**3.575.460**	**2.618.809**
Flutuação de crédito	7	(1.966.034)	(2.642.192)
Flutuação de outros Activos	10	(4.486.976)	17.529
Recursos bancos centrais/Outras Instit. Crédito	11	2.237.180	(146.833)
Outras obrigações	16	48.276	163.197
		(592.094)	**10.510**
Actividades de investimento			
Compra de Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	8	(731.157)	(1.752.499)
Compra de Títulos e Valores Mobiliários	6	2.273.225	(2.790.303)
Mercado Inter-financeiro	5	968.996	610.575
		2.511.064	**(3.932.227)**
Actividades de financiamento			
Depósitos à ordem	12	(5.317.553)	14.052.728
Depósitos a prazo	12	(3.320.397)	117.067
		(8.637.950)	**14.170.695**
(Redução)/Aumento em disponibilidades		(6.718.980)	10.248.978
Disponibilidades no início	3/4	17.250.760	7.001.782
Disponibilidades no fim	3/4	**10.531.780**	**17.250.760**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Comercial Angolano, S.A. ("BCA" ou "Banco"), com sede em Luanda, Avenida Comandante Valódia, nº 83, é uma sociedade de capitais privados de residentes nacionais.

O Banco foi constituído em 17 de Março de 1997, sendo que, a actividade comercial apenas foi iniciada no dia 23 de Março de 1999. Desenvolve a sua actividade na área de banca universal, retalho e empresas. A actividade do BCA assenta na realização de operações financeiras e na prestação de serviços permitidos aos bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, transacções em moeda estrangeira, concessão de crédito, captação de depósitos, serviços de transferência de moeda estrangeira, venda de seguros entre outros.

No final de 2016, o Banco dispunha de uma rede comercial nacional de 41 balcões/agências, dos quais, 10 abertos no ano de 2016.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do BCA agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

No âmbito do disposto no Aviso 06/2016, de 22 de Junho, a partir de 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro – ("IFRS"), tal como emitidas pela IASB. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pela IASB e as interpretações emitidas pelo "Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco e de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Abril de 2017 e serão submetidas à Assembleia Geral que tem o poder final de as aprovar ou não aprovar. Contudo, é expectativa do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas por este órgão.

BCA
Banco Comercial Angolano

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 2.3.23.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (AKZ), conforme Aviso n.º 15/07, art. 5º do BNA. No entanto, o Conselho de Administração assume o USD como a moeda de referência do Banco, sendo a moeda mais representativa das suas operações internacionais. Como consequência, a informação financeira é apresentada em ambas as moedas nas notas consideradas como mais relevantes pelo Conselho de Administração. As taxas de câmbio AKZ/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.2015	121.015	135.315
31.12.2016	164.021	165.903

As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Histórica – para as rubricas dos Fundos Próprios;
- Vigente no final do ano – para a totalidade dos activos e passivos com a excepção das rubricas acima referidas; e
- Média – para a demonstração de resultados.

Transição para as IAS/IFRS

A entrada em vigor das IFRS, em 1 de Janeiro de 2016, conforme previsto no Aviso n.º 6/16, de 22 de Junho, do Banco Nacional de Angola, tornou necessária a introdução de ajustamentos decorrentes da aplicação dos novos princípios contabilísticos, que determinam alterações aos valores de Balanço, Capital Próprio e dos Resultados Líquidos do exercício de 2015, preparados de acordo com as anteriores normas de contabilidade estabelecidas no Plano de Contas das Instituições Financeiras ("CONTIF").

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2016 e na determinação dos ajustamentos de transição, o Banco adoptou as regras de transição estabelecidas na IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas de Relato Financeiro.

Adicionalmente, o IFRS 1 permite certas excepções à aplicação retrospectiva dos IFRS. De entre as excepções permitidas, o Banco elegeu adoptar as seguintes:

(i) Valorização dos activos fixos tangíveis

Conforme opção permitida pela IFRS 1, o Banco decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, na data da transição (1 de Janeiro de 2015), o seu valor histórico, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual é equiparável numa perspectiva geral ao custo mensurado de acordo com as IAS16.

(ii) Desreconhecimento de activos financeiros

De acordo com a opção permitida pela IFRS 1, o Banco passou a aplicar os requisitos de desreconhecimento da IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2016. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

A análise dos impactos da transição para as IFRS na situação financeira do Banco e nos resultados das suas operações é apresentada na Nota 2.4.

Comparabilidade da informação

Até 31 de Dezembro de 2015, inclusive, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para as Instituições Financeiras ("CONTIF") e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola.

Considerando que até 31 de Dezembro de 2015 o Banco preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com o CONTIF, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório foram preparadas de acordo com as IFRS para efeitos meramente comparativos em cumprimento da IFRS 1.

BCA
Banco Comercial Angolano

2.2. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanza) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de reservas.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

2.3.1. Activos e passivos financeiros

2.3.1.1. Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Banco reconhece contas a receber e a pagar, depósitos, títulos de divida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data da transacção, que é o momento a partir do qual o Banco se torna parte integrante do contracto.

No momento da aquisição ou originação, os activos financeiros são classificados numa das quatro categorias previstas no IAS 39:

- activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados: (i) Detidos para negociação; (ii) Designados ao justo valor através de resultados;
- activos financeiros detidos até à maturidade;
- activos financeiros disponíveis para venda; e
- créditos e outros valores a receber.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um activo ou passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes para que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional e indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Resultados cambiais".

2.3.1.1.1. Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação, são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos ou derivados, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo.

Derivados detidos para negociação

Os derivados de que não sejam considerados numa relação de cobertura são considerados como outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Quando o justo valor dos instrumentos for positivo, são apresentados no activo, quando o seu justo valor for negativo são classificadas no passivo, em ambos os casos na rubrica de derivados detidos para negociação.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são separados contabilisticamente sempre que: (i) os riscos e benefícios económicos do derivado não estejam relacionados com os do instrumento principal (contracto hospedeiro), e (ii) o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados.

Os derivados embutidos são apresentados na rubrica derivados de negociação, registados ao justo valor com as variações reflectidas em resultados do período.

Activos designados ao justo valor através de resultados

A designação de activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos ou passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o mismatch contabilístico das transacções; ou
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contractos originais (contracto hospedeiro).

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2.3.1.1.2. Activos financeiros detidos até à maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tenha intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente o montante da

perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

2.3.1.1.3. Activos financeiros disponíveis para venda

São activos financeiros não derivados os que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas. Esta categoria pode incluir títulos de dívida ou de capital.

Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Instrumentos de capital que não sejam cotados e cujo justo valor não é possível ser calculado com fiabilidade são registados ao custo.

Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados. Para os instrumentos de capital, por se tratarem de activos não monetários, a flutuação cambial é reconhecida na Reserva de justo valor (Capitais próprios), como uma componente integrante do respectivo justo valor.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.1.4. Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação a ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não garantias e compromissos, mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva ou ao justo valor através de resultados.

2.3.1.2. Custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas usando o método da taxa de juro efectiva, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.1.3. Identificação e mensuração de imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tenham impacto nos fluxos de caixa futuros do activo que possam ser estimados com fiabilidade.

Em conformidade com as IFRS, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contracto. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.1.4. Transferência entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Banco Comercial Angolano

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para crédito a clientes – crédito titulado – são permitidas se existir a intenção e capacidade de o manter no futuro previsível ou até à maturidade.

2.3.1.5. Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando (i) expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os risco e benefícios.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.1.6. Compensação de instrumentos financeiros

O Banco procede à compensação de activos e passivos financeiros, apresentando um valor liquido no balanço quando, e apenas quando, o Banco tem o direito irrevogável de os compensar numa base líquida e tem a intenção de os liquidar numa base líquida ou de receber o valor do activo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da actividade do Banco, assim como em caso de default, falência ou insolvência do Banco ou da contraparte.

2.3.2. Crédito a clientes

A rubrica de crédito a clientes inclui os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor acrescidos de custos de transacção. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. Os juros, comissões e outros custos

e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 90 dias após o seu vencimento. Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O BCA procede ao abate de crédito ao activo (write-offs) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões e imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate.

Imparidade

Anualmente, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (loss event) após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

A IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objectiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; tornar-se provável que o mutuário vá entrar em falência, etc.), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional.

A existência de evidência objectiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras.

A avaliação da imparidade é efectuada em base individual para créditos de montante significativo e em base individual ou colectiva para as operações que não sejam de montante significativo.

Banco Comercial Angolano

Para efeitos de determinação de imparidade, a carteira de crédito do Banco Comercial Angolano encontra-se segmentada da seguinte forma:

- Protocolos Empresas
- Crédito a trabalhadores
- Crédito Consumo Geral
- Crédito Automóvel
- Crédito pré-aprovado
- Crédito a empresas
- Descobertos/Adiantamentos
- Cartões de Crédito

As perdas por imparidade associadas a exposições individualmente significativas, em qualquer um dos grupos homogéneos, são apuradas através de uma análise individual. São consideradas exposições individualmente significativas, as exposições iguais ou acima de 0,35% dos Fundos Próprios Regulamentares. Em caso de existência de indícios objectivos de imparidade nas operações de crédito, este limite de materialidade é reduzido para 0,1% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

As operações de crédito incluídas nos grupos homogéneos que não sejam individualmente significativas são sujeitas à análise colectiva de imparidade.

Exposições individualmente significativas, analisadas individualmente, em que não foram identificados indícios objectivos de imparidade, mantém a imparidade mínima apurada pelos critérios de análise colectiva.

Activos de crédito que são avaliados individualmente para imparidade e para os quais uma perda por imparidade é ou continua a ser reconhecida não são incluídos na avaliação colectiva de imparidade;

Critérios de Análise individual

São analisados individualmente os clientes ou grupos económicos cuja exposição creditícia seja individualmente significativa, tendo como base o modelo de análise individual desenvolvido pelo banco, conforme recomendações da IAS 39. O modelo de análise do BCA leva em consideração, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Análise económico-financeira do cliente

   • Obtenção de demonstrações financeiras do mês anterior ao período de análise;

   • Obtenção do relatório de contas completo.

2. Aspectos Contratuais

   • Incumprimento das condições contratuais;

   • Descobertos pontuais;

   • Cheques devolvidos;

   • Reestruturações de crédito por dificuldades financeiras.

3. Garantias

   • Natureza da garantia;

   • Grau de cobertura da exposição por garantias reais.

4. Outros

   • Insolvência;

   • Processos judiciais;

   • Dívida ao Estado e à Segurança Social.

Nestas situações, o montante das perdas identificadas é calculado com base na diferença entre o valor de balanço e a estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, actualizado à taxa de juro efectiva durante um período correspondente à diferença entre a data de cálculo da imparidade e a data prevista para a recuperação.

De salientar que o valor expectável de recuperação do crédito reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não tenham sido apuradas perdas por imparidade são incluídos num grupo de activos com características de risco de crédito semelhantes, e a existência de imparidade é avaliada colectivamente.

A determinação da imparidade para estes grupos de activos é efectuada nos termos descritos no ponto seguinte - Análise colectiva.

Os activos para os quais são apuradas perdas por imparidade na análise individual não são sujeitos ao registo de perdes por imparidade na análise colectiva.

Análise colectiva

Os Fluxos de caixa futuros para uma carteira de activos financeiros avaliados colectivamente para imparidade devem ser estimados com base no histórico de perdas efectivas para os activos do mesmo grupo.

Entretanto, o Application Guidance 89 (AG89) da IAS 39 prevê que as entidades que não tenham informações específica sobre as suas perdas históricas nem experiência suficiente para o cálculo das perdas históricas específicas, usem como base a experiência de "grupos de pares" (peer groups) para grupos comparáveis de activos financeiros.

Uma vez que o BCA não tem ainda o histórico com significância estatística que permita aferir as perdas históricas efectivas nestes grupos, decidiu adoptar como indicador de perda para os grupos homogéneos os indicadores divulgados pelo BNA no instrutivo 09/2015, como expectativa de perda associada a cada classe de risco de crédito.

É nossa conclusão de que os estudos efectuados pelo BNA para aplicação das provisões prudenciais por classes de risco, representam a melhor e mais fiável estimativa de perdas históricas em grupos homogéneos e podem ser utilizados em substituição da experiência dos grupos pares.

Neste contexto, para análise colectiva de imparidade na carteira de crédito, o BCA adopta os pressupostos do modelo padrão do BNA para cálculo de provisões de crédito. Os cash flows futuros de grupos de crédito sujeitos a análise colectiva de imparidade são estimados com base na experiência histórica de perdas para activos com características de risco de crédito semelhante.

Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos de cobertura e, consequentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que for definida a necessidade de obter uma garantia por parte do cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, deverá ser solicitado um pedido de avaliação da garantia à Direcção de Análise de Crédito ou à Área Comercial, como forma de esta contactar e despoletar o processo junto de avaliadores externos independentes.

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que a Direcção de Crédito será responsável pela identificação das garantias que devem ser sujeitas a reavaliação e a despoletar o respectivo processo junto de avaliadores externos independentes.

Sempre que for relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, a Direcção de Crédito pode solicitar a reavaliação das garantias associadas às operações sob sua gestão.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação e o montante máximo de Hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

Os imóveis são objecto de reavaliação de dois em dois anos sempre que a posição em risco represente: (i) um montante igual ou superior a 1% do total da carteira de crédito da instituição ou igual ou superior a AKZ 100.000.000; ou (ii) situações de crédito vencido há mais de 90 dias e/ou outros indícios materiais de imparidade desde que a última data de avaliação seja superior a 6 meses; ou (iii) situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais, que emite avisos sobre as datas para reavaliação.

(ii) Penhor de depósitos a prazo

O valor da garantia será o valor nominal do depósito, bem com os respectivos juros (se aplicável).

(iii) Outras garantias e outros activos financeiros

Por prudência, e com a excepção dos títulos do estado Angolano, as restantes garantias não são consideradas como mitigadoras de risco de crédito para efeitos da análise de imparidade.

BCA
Banco Comercial Angolano

2.3.3. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

Garantias financeiras são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos são acordos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas operações estão sujeitas a testes de imparidade.

2.3.4. Activos cedidos e empréstimo de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3.1.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.3.5. Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

2.3.6. Contabilidade de cobertura

O Banco designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial, resultantes do seu negócio. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado. Uma relação de cobertura existe quando: (i) à data de início da relação existe documentação formal da cobertura; (ii) se espera que a cobertura seja altamente efectiva; (iii) a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada; (iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e (v) em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

2.3.6.1. Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é

descontinuada posteriormente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

2.3.6.2. Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios – reservas de fluxos de caixa – na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do período nos períodos em que o item coberto afecta os resultados.

Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser: (i) diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou (ii) reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o Banco não tinha operações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor ou de fluxos de caixa.

2.3.7. Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas: (i) representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente; (ii) participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições; (iii) transacções materiais entre o Banco e a participada; (iv) intercâmbio de pessoal de gestão; e (v) fornecimento de informação técnica essencial.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.3.8. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos substancialmente para o locatário. Todas as restantes operações de locações são classificadas como locações operacionais.

Banco Comercial Angolano

2.3.8.1. Locações financeiras

Na óptica do locatário os contractos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.3.8.2. Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.3.9. Outros activos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição do qual, são deduzidas as respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as IAS/IFRS, o Banco elegeu considerar como custo o valor de aquisição dos seus activos fixos tangíveis, conforme determinado nas anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as IFRS. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens. Neste estão inclusos os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

Os custos subsequentes com os activos fixos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	3-25
Equipamento informático	3
Viaturas	3
Outros activos fixos tangíveis	2-10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Quando existe algum indício de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como sendo o valor mais elevado entre o justo valor de um activo deduzidos o custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.3.10. Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercuta para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.3.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados são tratados à luz da IAS 19 e podem ser classificados como:

BCA
Banco Comercial Angolano

2.3.11.1. Benefícios de curto prazo

Constituídos, essencialmente por ordenados, salários e contribuições para a segurança social, licença anual paga e baixa por doença paga, participação nos lucros e bónus (que são liquidados integralmente até doze meses após o final do período do relato anual) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para os empregados correntes; benefícios pós-emprego; benefícios de longo prazo.

Actualmente o Banco dispõe para os seus colaboradores apenas benefícios de curto prazo, ou seja, aqueles em que os empregados prestem serviço.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

2.3.11.2. Benefícios pós-emprego

Estes benefícios podem ser: pensões, outros benefícios de reforma, seguro de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

Actualmente o Banco não dispõe de nenhum plano específico de benefícios pós-emprego para os seus colaboradores, sendo estes sujeitos apenas ao plano de reforma legalmente instituído, através do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Até ao exercício de 2015, o Banco constituía uma provisão destinada à compensação para a reforma dos seus trabalhadores, que era constituída à luz da antiga Lei Geral de Trabalho Lei nº 02/00 de 11 de Fevereiro de 2000. Com a entrada em vigor da nova Lei Geral de Trabalho, a Lei nº 07/2015 de 15 de Junho de 2015, que anulou a obrigatoriedade de sua constituição, o Banco optou por anulá-la.

2.3.11.3. Outros benefícios a longo prazo de empregados

Incluem-se nesta categoria licenças por anos de serviço ou licenças sabáticas, jubileus ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez a longo prazo e, se não forem pagáveis na totalidade num período de doze meses após o final do período, participação nos lucros, bónus e remuneração diferida.

2.3.11.4. Benefícios de cessação de emprego

Compreende benefícios provenientes da extinção do vínculo laboral com um empregado antes da sua idade normal de reforma, por decisão do BCA, ou por decisão do empregado em contrapartida dos mesmos.

2.3.12. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor desta obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37, no que respeita à melhor estimativa do custo espectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, são descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

2.3.13. Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais são registados por contrapartida de resultados, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado de acordo com a IAS 18, no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade de sua recuperação; e
- os juros com mais de 90 dias de atraso, não são reconhecidos em resultados, sendo os mesmos apenas registados quando recebidos, por se considerar, no âmbito da IAS 18, se ocorrer alguma recuperação.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de Fair Value Option, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares, ou em juros e encargos similares (margem financeira).

2.3.14. Reconhecimento de proveitos resultantes de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os proveitos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados ao longo da vigência do acto significativo em questão;
- Os proveitos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os proveitos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.3.15. Impostos sobre os lucros

O Banco BCA está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto Industrial em vigor no território Angolano.

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 30% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor. Fiscalmente, o Banco é considerado um contribuinte do Grupo A.

Com a publicação da Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de tributação em sede de Imposto Industrial, de acordo com o previsto da alínea c) do número 1 do Artigo 23º do respectivo Código, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública Angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2012 a 2016. Não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios atrás referidos venha a ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

O Banco está ainda sujeito ao pagamento de IPU, à taxa de 0,5% sobre o valor patrimonial dos imóveis que se destinem ao normal funcionamento da sua actividade, conforme definido na Lei nº 18/11 de 21 de Abril.

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto de Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

Imposto de Aplicação de Capitais

O Decreto Legislativo Presidencial nº 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência da Reforma Tributária actualmente em curso.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações, operações de cedência de liquidez e juros de Títulos do Banco Central.

A taxa genérica é de 10%, mas poderá ser aplicada uma taxa reduzida de 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou uma taxa de 15%. Este imposto tem, face à redacção actual do Código do Imposto Industrial, a natureza de pagamento por conta, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada nos termos da alínea a) do número 81º do Código do Imposto Industrial.

2.3.16. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a noventa dias a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.3.17. Propriedades de investimento

O Banco classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Banco venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.3.18. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o menor do seu justo valor deduzido dos custos de venda ou valor contabilístico (se aplicável).

O Banco classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

BCA
Banco Comercial Angolano

2.3.18.1. Método de mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

2.3.18.2. Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

2.3.18.3. Método de custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: valor do solo urbano e o valor da urbanidade; valor da construção; e valor de custos indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

2.3.19. Reconhecimento de dividendos

Os dividendos (rendimento de instrumentos de capital) são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento. Os dividendos são apresentados nos resultados de operações financeiras, resultados líquidos de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados ou outros rendimentos, dependendo da classificação do instrumento que lhe está subjacente.

2.3.20. Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

2.3.21. Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras.

Estes resultados incluem igualmente as valias nas vendas de activos financeiros disponíveis para venda, e de activos financeiros detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

2.3.22. Resultado por Acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo próprio Banco e detidas como acções próprias. Actualmente o Banco não é detentor de nenhuma acção própria.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em consequência de uma emissão a prémio ou desconto, ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias, ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo de resultado por acção para os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.3.23. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm a intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Banco Comercial Angolano

2.3.23.1. Imparidade dos activos disponíveis para a venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para a venda quando ocorre uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Banco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital e 50% nos títulos de dívida é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor do custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercados ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

2.3.23.2. Perdas por Imparidade para a carteira de créditos a clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 2.3.2.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associados a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

2.3.23.3. Justo Valor de Instrumentos Financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade em conformidade com os princípios da IFRS 13 – Justo Valor. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

2.3.23.4. Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

2.4. AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO EFECTUADOS

Eis os ajustamentos de transição efectuados:

Milhares de Kwanzas	Capitais Próprios 01-01-2015	Resultado Líquido de 31-12-2015	Capitais Próprios 31-12-2015
Saldo de acordo com o CONTIF	**5.856.197**	**1.483.802**	**7.343.237**
- Ajustamento Imparidade Carteira Crédito	(3.582)	(60.227)	(63.809)
- Ajustamento Reavaliações Ots TX	2.850	395.795	398.645
Impacto em Resultados	**(732)**	**335.568**	**334.836**
Impacto do Imposto Diferido	1.075	(100.773)	(100.451)
Impacto em Capitais Próprios das Reavaliações OTs TX	(2.850)		(278.298)
Saldos de acordo com as IAS/IFRS	**5.853.690**	**1.718.597**	**7.299.324**

BCA
Banco Comercial Angolano

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Caixa				
- Notas e moedas nacionais	1.190.007	7.173	1.620.302	11.974
- Notas e moedas estrangeiras	1.093.879	6.594	593.166	4.384
	2.283.886	**13.767**	**2.213.468**	**16.358**
Depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA)				
- Em moeda nacional	2.659.156	16.028	13.087.285	96.717
- Em moeda estrangeira	221.480	1.335	213.121	1.575
	2.880.636	**17.363**	**13.300.406**	**98.292**
	5.164.522	**31.130**	**15.513.874**	**114.650**

A rubrica depósitos no BNA é composta por depósitos (em moeda nacional e em moeda estrangeira) destinados ao cumprimento das reservas obrigatórias e reservas livres.

O Instrutivo nº 04/16, de 13 de Maio, que revogou o Instrutivo nº 2/16, de 11 de Abril, veio estabelecer para o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional em 30%, mantendo a ponderação do cumprimento das Reservas Obrigatórias em obrigações do Tesouro, tanto para a moeda nacional, como para a moeda estrangeira. O dado novo introduzido pelo Instrutivo nº 04/2016 é a possibilidade de dedução da exigibilidade em moeda nacional, até ao montante de 80% dos activos representativos do valor dos desembolsos de crédito concedido a empresas e projectos nos sectores de agricultura, pesca, água, energia, silvicultura, entre outros. O coeficiente de reservas obrigatórias em moeda estrangeira foi mantido em 15% para os saldos dos depósitos dos clientes, e de 100% para os saldos dos depósitos do Governo Central e Local, assim como as Administrações Municipais. A exigibilidade das reservas é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos finais diários. Estes depósitos não são remunerados.

O saldo de Depósitos no Banco Central em 31 de Dezembro de 2016, tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, visam satisfazer as exigências de reservas obrigatórias, sendo utilizáveis ainda para as compras semanais de divisas estrangeiras.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Cheques a cobrar	458	3	183	1
Depósitos à ordem no estrangeiro	5.257.354	31.689	1.736.174	12.831
Crédito no Sistema de Pagamento	109.446	660	529	4
	5.367.258	**32.352**	**1.736.886**	**12.836**

Os mAKZ 109.446 registados em Crédito no Sistema de Pagamento referem-se aos valores afectos ao sistema de compensação local de valores, gerido pela EMIS.

5. APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Aplicações no Estrangeiro				
Capital	248.854	1.500	1.217.835	9.000
Juros a receber	153	1	168	1
	249.007	**1.501**	**1.218.003**	**9.001**

As aplicações por prazo de cedência em 31 de Dezembro de 2016, e em 31 de Dezembro de 2015, têm a seguinte decomposição:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Até 30 dias	-	-	135.317	1.000
De 31 a 60 dias	249.007	1.501	1.082.686	8.001
	249.007	**1.501**	**1.218.003**	**9.001**

As maturidades residuais, em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, tem a seguinte decomposição:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Até 3 dias	249.007	1.501	-	-
De 4 a 15 dias	-	-	676.707	5.001
De 16 a 30 dias	-	-	541.296	4.000
	249.007	**1.501**	**1.218.003**	**9.001**

Em 31 de Dezembro de 2016, as aplicações vencem juros às seguintes taxas médias ponderadas:

- USD – 0,54%

Ao passo que, em 31 de Dezembro de 2015, venciam juros às seguintes taxas médias ponderadas:

- USD – 0,36%

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, na rúbrica de "Activos Financeiros Disponíveis para a Venda" encontram-se classificados os instrumentos financeiros em carteira, de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.3.1.1.3., podendo ser analisada como se segue:

	2016						
Milhares de Kwanzas	Custo de Aquisição	Reaval. Cambiais de Capital	Actualiz. Valor Nominal	Actualiz. Justo Valor	Proveitos a Receber	Imparidade	Valor de Balanço
Bilhetes Tesouro	859.609	-	-	-	120.938	-	980.547
Obrigações do tesouro em moeda nacional:							
- Indexadas ao USD	6.126.609	1.263.650	-	(75.323)	82.646	-	7.397.582
- Não reajustáveis	200.000	-	(28)	(7.147)	2.462	-	195.287
- MINFIN	1.100.000	-	(33.842)	(44.085)	3.687	-	1.025.760
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:							
- OT USD	1.765.204	-	-	(78.105)	12.451	-	1.699.550
- Obrig. Subordinadas	165.902	-	-	5.119	4.867	(1.659)	174.229
Acções na EMIS (AKZ)							
- Capital	26.253	-	-	-	-	-	26.253
- Prestações Suplementares	44.980	-	-	-	-	(362)	44.618
	10.288.557	**1.263.650**	**(33.870)**	**(199.541)**	**227.051**	**(2.021)**	**11.543.826**

	2016						
Milhares de Doláres	Custo de Aquisição	Potenciais Ganhos de Capital	Actualiz. Valor Nominal	Actualiz. Justo Valor	Proveitos a Receber	Imparidade	Valor de Balanço
Bilhetes Tesouro	5.181		-	-	729	-	5.910
Obrigações do tesouro em moeda nacional:							
- Indexadas ao USD	36.930	7.617	-	(454)	498	-	44.591
- Não reajustáveis	1.206		-	(43)	15	-	1.178
- MINFIN	6.630		(204)	(266)	22	-	6.182
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:							
- OT USD	10.640		-	(471)	75	-	10.244
- Obrig. Subordinadas	1.000		-	31	29	(10)	1.050
Acções na EMIS (AKZ)							
- Capital	158		-	-	-	-	158
- Prestações Suplementares	271		-	-	-	(2)	269
	62.016	**7.617**	**(204)**	**(1.203)**	**1.368**	**(12)**	**69.582**

	2015						
Milhares de Kwanzas	Custo de Aquisição	Reaval. Cambiais de Capital	Actualiz. Valor Nominal	Actualiz. Justo Valor	Proveitos a Receber	Imparidade	Valor de Balanço
Bilhetes Tesouro	1.488.735	-	-	-	82.987	-	1.571.722
Obrigações do tesouro em moeda nacional:							
- Indexadas ao USD	3.253.618	398.645	-	(24.096)	17.750	-	3.645.917
- Não reajustáveis	6.063.200	-	(4.164)	(108.408)	96.227	-	6.046.855
- MINFIN	1.100.000	-	(43.981)	(23.419)	3.666	-	1.036.266
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:							
- OT USD	1.439.752	-	-	(141.121)	7.792	-	1.306.423
- Obrig. Subordinadas	135.315	-	-	1.148	3.887	(1.353)	138.997
Acções na EMIS (AKZ)							
- Capital	26.253	-	-	-	-	-	26.253
- Prestações Suplementares	44.980	-	-	-	-	(362)	44.618
	13.551.853	**398.645**	**(48.145)**	**(295.896)**	**212.309**	**(1.715)**	**13.817.051**

	2015						
Milhares de Doláres	Custo de Aquisição	Potenciais Ganhos de Capital	Actualiz. Valor Nominal	Actualiz. Justo Valor	Proveitos a Receber	Imparidade	Valor de Balanço
Bilhetes Tesouro	11.002		-	-	613	-	11.615
Obrigações do tesouro em moeda nacional:							
- Indexadas ao USD	24.046	2.946	-	(178)	131	-	26.945
- Não reajustáveis	44.808		(31)	(801)	711	-	44.687
- MINFIN	8.129		(325)	(173)	27	-	7.658
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:							
- OT USD	10.640		-	(1.043)	58	-	9.655
- Obrig. Subordinadas	1.000		-	8	29	(10)	1.027
Acções na EMIS (AKZ)							
- Capital	194		-	-	-	-	194
- Prestações Suplementares	332		-	-	-	(3)	329
	100.151	**2.946**	**(356)**	**(2.187)**	**1.569**	**(13)**	**102.110**

O escalonamento dos activos disponíveis para a venda em análise, por tipo de valorização é como segue:

	2016				
Milhares de Kwanzas	Valorizados ao Justo Valor	Valorizados ao Custo Amortizado	Valorizados ao Custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Bilhetes Tesouro	980.547	-	-	-	980.547
Obrigações do tesouro em moeda nacional:					
- Indexadas ao USD	7.397.582	-	-	-	7.397.582
- Não reajustáveis	195.287	-	-	-	195.287
- MINFIN	1.025.760	-	-	-	1.025.760
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:					
- OT USD	1.699.550	-	-	-	1.699.550
- Obrig. Subordinadas	175.888	-	-	(1.659)	174.229
Acções na EMIS (AKZ)					
- Capital	-	-	26.253	-	26.253
- Prestações Suplementares	-	-	44.980	(362)	44.618
	11.474.614	**-**	**71.233**	**(2.021)**	**11.543.826**

	2016				
Milhares de Doláres	Valorizados ao Justo Valor	Valorizados ao Custo Amortizado	Valorizados ao Custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Bilhetes Tesouro	5.910	-	-	-	5.910
Obrigações do tesouro em moeda nacional:					
- Indexadas ao USD	44.591	-	-	-	44.591
- Não reajustáveis	1.178	-	-	-	1.178
- MINFIN	6.182	-	-	-	6.182
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:					
- OT USD	10.244	-	-	-	10.244
- Obrig. Subordinadas	1.060	-	-	(10)	1.050
Acções na EMIS (AKZ)					
- Capital	-	-	158	-	158
- Prestações Suplementares	-	-	271	(2)	269
	69.165	**-**	**429**	**(12)**	**69.582**

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

	2015				
Milhares de Kwanzas	Valorizados ao Justo Valor	Valorizados ao Custo Amortizado	Valorizados ao Custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Bilhetes Tesouro	1.571.722	-	-	-	1.571.722
Obrigações do tesouro em moeda nacional:					
- Indexadas ao USD	3.645.917	-	-	-	3.645.917
- Não reajustáveis	6.046.855	-	-	-	6.046.855
- MINFIN	1.036.266	-	-	-	1.036.266
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:					
- OT USD	1.306.423	-	-	-	1.306.423
- Obrig. Subordinadas	140.350	-	-	(1.353)	138.997
Acções na EMIS (AKZ)					
- Capital	-	-	26.253	-	26.253
- Prestações Suplementares	-	-	44.980	(362)	44.618
	13.747.533	**-**	**71.233**	**(1.715)**	**13.817.051**

	2015				
Milhares de Doláres	Valorizados ao Justo Valor	Valorizados ao Custo Amortizado	Valorizados ao Custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Bilhetes Tesouro	11.615	-	-	-	11.615
Obrigações do tesouro em moeda nacional:					
- Indexadas ao USD	26.945	-	-	-	26.945
- Não reajustáveis	44.687	-	-	-	44.687
- MINFIN	7.658	-	-	-	7.658
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira:					
- OT USD	9.655	-	-	-	9.655
- Obrig. Subordinadas	1.037	-	-	(10)	1.027
Acções na EMIS (AKZ)					
- Capital	-	-	194	-	194
- Prestações Suplementares	-	-	332	(3)	329
	101.597	**-**	**526**	**(13)**	**102.110**

Banco Comercial Angolano

Das obrigações denominadas em USD, existem mUSD 5.640 (mAkz 935.691) adquiridas no âmbito do cumprimento das Reservas Obrigatórias semanais em moeda estrangeira, a luz do Instrutivo nº 04/2016 de 13 de Maio.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rúbrica de bilhetes do tesouro encontra-se registada pelo respectivo valor de aquisição, de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.3.1.1.3.

Os títulos e valores mobiliários adquiridos do Estado Angolano encontram-se classificados com o nível de risco A, enquanto que o montante em obrigações subordinadas está sujeito a um nível de risco B.

A hierarquia de valorização do justo valor pode ser considerada do nível 2, que é a obtida a partir de dados observáveis de mercado.

Pressupostos da mensuração da Carteira de títulos ao Justo Valor

A mensuração pelo justo valor é efectuada de acordo com a IFRS 13. Eis os pressupostos seguidos pelo Banco para o seu cálculo:

1. Obrigações do Tesouro em AKZ – A curva de Rendimento para a avaliação das Obrigações do Estado foi construída com base na LUIBOR, nas Taxas de Repo's, dos Bilhetes de Tesouro, das Obrigações do Tesouro indexadas à Taxa de Câmbio, das Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis e das taxas aplicadas para as obrigações do Ministério das Finanças. Todas as taxas referidas no parágrafo anterior, à excepção das do MINFIN, são taxas publicadas pelo BNA a 30 de Dezembro de 2016, último dia útil do ano.

   As taxas para as Obrigações do MINFIN foram obtidas assumindo a ideia de que em média tiveram um comportamento semelhante à LUIBOR, às taxas de Repo's e às dos Bilhetes do Tesouro se comparadas com as do período homólogo.

   Em média, a LUIBOR, as taxas de Repo's e as de Bilhetes do Tesouro aumentaram para 48% de 2015 a 2016. Assim, as taxas das Obrigações do Tesouro do MINFIN para 31 de Dezembro de 2016 refletem este aumento médio.

2. Obrigações do Tesouro em USD – A curva de rendimento para a actualização dos fluxos de caixa das obrigações do Estado em dólares norte americanos foi obtida com base na LIBOR e Interest Rate Swap (IRS) acrescido do Credit Default Swap (CDS). O CDS do Estado angolano não é explicitamente decifrável. Mas informações claramente disponíveis ajudam-nos a determinar a sua curva. O Estado angolano tem o rating B e a curva default de CDS com rating B está disponível

com um prémio de risco entre 1,39% e 5,17% de meio ano até 10 anos, respectivamente. Em comparação com CDS da região da África subsariana obteve-se um spread de 3,945%, enquadrado dentro do intervalo referido acima.

3. Obrigações do Banco KEVE USD – A curva de rendimento para a actualização dos fluxos de caixa das obrigações do Banco KEVE em dólares norte americanos foi obtida com base nos pressupostos do ponto anterior. O prémio de risco entre os activos sem risco e a dívida corporativa, neste caso a do KEVE, foi obtido pela diferença entre a taxa "prime", a aplicada para o melhor/maior cliente do Banco, e a remuneração dos Bilhetes do Tesouro de 6 meses e de 1 ano, o que resulta num spread médio de 5,21%.

As Perdas e os ganhos associados à variação no Justo valor dos activos disponíveis para a venda, não reconhecidos em resultados, assim como os outros ganhos e perdas reconhecidos em resultados ou em outro rendimento integral, eram:

	2016				
	Perdas/(Ganhos) Associados ao Justo Valor não reconhecidos em Resultados			Outros Ganhos/(Perdas) reconhecidos em	
Milhares de Kwanzas	Variação Justo Valor	Imposto Diferido (30%)	Líquido reconhecido em Outro Rendimento Integral	Resultados	Outro Rendimento Integral
Obrigações em AKZ					
-Indexadas ao USD	(75.323)	22.597	(52.726)	-	-
-Não reajustáveis	(7.147)	2.144	(5.003)	-	-
MINFIN	(44.085)	13.226	(30.859)	-	-
Obrigações em USD					
- Obrigações do Tesouro	(78.105)	23.432	(54.673)	-	-
- Obrigações Subordinadas	5.119	(1.536)	3.583	-	-
Total	**(199.541)**	**59.863**	**(139.678)**	**-**	**-**

	2015				
	Perdas/(Ganhos) Associados ao Justo Valor não reconhecidos em Resultados			Outros Ganhos/(Perdas) reconhecidos em	
Milhares de Kwanzas	Variação Justo Valor	Imposto Diferido (30%)	Líquido reconhecido em Outro Rendimento Integral	Resultados	Outro Rendimento Integral
Obrigações em AKZ					
-Indexadas ao USD	(24.096)	7.229	(16.867)	-	-
-Não reajustáveis	(108.408)	32.522	(75.886)	-	-
MINFIN	(23.419)	7.026	(16.393)	-	-
Obrigações em USD					
- Obrigações do Tesouro	(141.121)	42.336	(98.785)	-	-
- Obrigações Subordinadas	1.148	(344)	804	-	-
Total	**(295.896)**	**88.769**	**(207.127)**	**-**	**-**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o escalonamento dos títulos e participações em outras instituições, por maturidade residual é como se segue:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Bilhetes do Tesouro				
Até 6 meses	980.547	5.910	-	-
De 6 meses a um ano	-	-	1.571.722	11.615
	980.547	**5.910**	**1.571.722**	**11.615**
Obrigações do Tesouro				
Até 6 meses	1.352.023	8.150	-	-
Até um ano	-	-	-	-
Acima de um ano	9.140.385	55.095	12.174.458	89.972
	10.492.408	**63.245**	**12.174.458**	**89.972**
Acções na EMIS:				
Prazo indeterminado	70.871	427	70.871	523
	70.871	**427**	**70.871**	**523**
	11.543.826	**69.582**	**13.817.051**	**102.110**

As taxas de juros médias dos Títulos são apresentadas abaixo:

	2016 %	2015 %
Bilhetes do Tesouro	16,63	7,49
Obrigações do Tesouro indexadas	7,26	7,51
Obrigações do Tesouro não reajustáveis	7,00	7,00
Obrigações do Tesouro – Ministério das Finanças	7,63	7,63
Obrigações do Tesouro denominadas em USD	6,72	6,64

As participações financeiras (Acções na EMIS) encontram-se valorizadas de acordo com o constante da nota 2.3.7. As prestações suplementares são remuneradas à taxa Libor a 6 meses acrescido de um spread de 325 pontos de base.

O Banco adopta uma política de investimento em títulos e valores mobiliários à luz da realidade do mercado angolano, tendo em conta a estreita observância dos controlos de risco, essencialmente o de liquidez e de mercado.

Quanto à concentração geográfica dos instrumentos financeiros em análise, foram todos emitidos por residentes em território Angolano.

7. CRÉDITO A CLIENTES

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Crédito interno				
- Empréstimos	2.933.455	17.682	3.980.647	29.418
- Descobertos	3.778.578	22.776	4.592.813	33.941
- Outros créditos	4.165.590	25.108	331.585	2.451
Crédito e juros vencidos	354.163	2.135	332.297	2.456
Juros a receber				
- Descobertos	2.922	18	77.621	574
- Empréstimos e Outros créditos	79.833	481	29.962	221
	11.314.541	68.200	9.344.925	69.061
Imparidade	(332.939)	(2.007)	(485.230)	(3.586)
	10.981.602	**66.193**	**8.859.695**	**65.475**

BCA
Banco Comercial Angolano

A imparidade para a carteira de crédito foi calculada em conformidade com o ponto 2.3.2. das políticas contabilísticas.

Os princípios básicos das políticas de concessão de crédito e aprovisionamento das perdas com créditos de liquidação duvidosa adoptados pelo Banco podem ser resumidos como segue:

- A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola;
- No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados, pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou país) e cliente (estabilidade económica e financeira e, colateralização);
- Com vista a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas advindas de Risco de Crédito, o Conselho de Administração tem vindo a reforçar o ambiente de controlo, conforme evidenciado pela constituição de um comité de recuperação de crédito que tem o objectivo de gerir os créditos vencidos e vincendos que apresentam um risco de crédito acrescido.

Os activos creditícios têm um forte enfoque em termos de monitorização. A dimensão e tipologia das suas operações propiciam a existência de níveis de concentração expressivos, que merecem especial atenção ao nível da gestão do risco de forma transversal.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o maior cliente do Banco representava 31,63% e 39,60% do total da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representavam, naquelas datas, aproximadamente, 78,76% e 59,16% da carteira de crédito, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o crédito concedido a accionistas do Banco ou a sociedades por eles controladas ascendia a mAKZ 197.511 e mAKZ 225.250, respectivamente. A nota 29 analisa em detalhe as transações com as partes relacionadas.

Em 31 de Dezembro de 2016, o crédito concedido a clientes, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 18,52% (2015: 15,42%) para o crédito em moeda nacional e de 9,61% (2015: 8,84%) para o crédito concedido em moeda estrangeira.

Os créditos concedidos em moeda estrangeira, foram desembolsados pelo Banco em anos anteriores. Não existem novos créditos concedidos em moeda estrangeira, desde a entrada em vigor do Aviso 3/2012, que proibia a concessão de crédito em moeda estrangeira, mas permitia que fosse concedido a

empresas com rendimentos originados nessas moedas (Artº 2 nº 4), e posteriormente, o Aviso 11/2014, que revogou o aviso 3/2012 e impede totalmente a concessão do crédito em moeda estrangeira, com excepção para o estado e os exportadores (Artº 8 nº 2 e nº 3).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, a distribuição do crédito, por faixa de vencimento, é apresentada abaixo:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Crédito Interno em moeda estrangeira:				
Até 1 ano	9.622	58	57.942	428
De 1 a 5 anos	183.295	1.105	229.128	1.694
Mais de 5 anos	525.413	3.167	557.763	4.122
	718.330	4.330	844.833	6.244
Crédito Interno em moeda nacional:				
Até 1 ano	4.422.565	26.658	820.661	6.105
De 1 a 5 anos	2.387.190	14.389	2.993.298	22.082
Mais de 5 anos	7.879	47	15.699	116
Adiantamento a depositantes	3.778.577	22.776	4.670.434	34.514
	10.596.211	63.870	8.500.092	62.817
	11.314.541	**68.200**	**9.344.925**	**69.061**

O Crédito interno em moeda estrangeira, com mais de 5 anos é essencialmente constituído por créditos à habitação, alguns dos quais, cedidos a colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foram abatidos do Activo por utilização da imparidade reconhecida, créditos que se encontravam classificados no nível de risco G nos montantes de mAKZ 157.063 e mAKZ 58.880, respectivamente.

BCA
Banco Comercial Angolano

A composição do Crédito a Clientes em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é como segue:

2016							
Crédito a Clientes			Crédito em Incumprimento				
Milhares de Kwanzas	Vincendo Extrapatrimonial	Vincendo Patrimonial	Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 1 Ano	De 1 Ano a 5 Anos	Total
Sem Imparidade	**10.991.780**	**10.960.378**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.952.158**
Com Imparidade analisada em Base Individual	**-**	**-**	**-**	**6.865**	**3.471**	**-**	**10.336**
- Crédito e Juros	-	-	-	9.453	46.431	201.281	257.165
- Imparidade	-	-	-	(2.588)	(42.960)	(201.281)	(246.829)
Com Imparidade analisada em Base Colectiva	**-**	**-**	**-**	**10.888**	**-**	**-**	**10.888**
- Crédito e Juros	-	-	-	24.213	18.179	54.606	96.998
- Imparidade	-	-	-	(13.325)	(18.179)	(54.606)	(86.110)
Total	**10.991.780**	**10.960.378**	**-**	**17.753**	**3.471**	**-**	**21.973.382**

2015							
Crédito a Clientes			Crédito em Incumprimento				
Milhares de Kwanzas	Vincendo Extrapatrimonial	Vincendo Patrimonial	Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 1 Ano	De 1 Ano a 5 Anos	Total
Sem Imparidade	**15.000**	**4.599.944**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.614.944**
Com Imparidade analisada em Base Individual	**-**	**2.119.625**	**-**	**31.329**	**12.166**	**-**	**2.163.120**
- Crédito e Juros	-	2.198.867	-	40.826	30.345	120.153	2.390.191
- Imparidade	-	(79.242)	-	(9.497)	(18.179)	(120.153)	(227.071)
Com Imparidade analisada em Base Colectiva	**-**	**2.018.028**	**62.045**	**14.171**	**2.387**	**-**	**2.096.631**
- Crédito e Juros	-	2.213.817	75.640	15.040	5.315	44.978	2.354.790
- Imparidade	-	(195.789)	(13.595)	(869)	(2.928)	(44.978)	(258.159)
Total	**15.000**	**4.137.653**	**62.045**	**45.500**	**14.553**	**-**	**8.974.695**

Os "outros compromissos", registados em extrapatrimoniais, têm um colateral de 100% (ver outros valores no Balanço), pelo que, não constituem risco de crédito e, consequentemente, foram excluídos deste quadro.

A composição de Crédito vincendo sem indício de imparidade, a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é como segue:

2016					
Crédito a Clientes	**Prazos de Créditos Vincendos**				
Milhares de Kwanzas	**Até 30 Dias**	**Entre 30 e 90 Dias**	**Entre 90 e 180 Dias**	**Mais de 180 Dias**	**Total**
Crédito e Juros vincendos					
Sem indícios de imparidade em análise individual	6.129.639	1.907.613	-	402.706	8.439.958
Sem indícios de imparidade em análise colectiva	199.276	98.233	115.737	2.107.174	2.520.420
Total	**6.328.915**	**2.005.846**	**115.737**	**2.509.880**	**10.960.378**

2015					
Crédito a Clientes	**Prazos de Créditos Vincendos**				
Milhares de Kwanzas	**Até 30 Dias**	**Entre 30 e 90 Dias**	**Entre 90 e 180 Dias**	**Mais de 180 Dias**	**Total**
Crédito e Juros vincendos					
Sem indícios de imparidade em análise individual	606.162	1.631.612	990.345	557.911	2.286.030
Sem indícios de imparidade em análise colectiva	3.812.076	8.656	10.421	1.395.445	6.726.598
Total	**4.418.238**	**1.640.268**	**1.000.766**	**1.953.356**	**9.012.628**

A composição de crédito vencido com indício de imparidade, a 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é como segue:

2016					
Crédito a Clientes	**Classe de Incumprimento – Crédito Vencido**				
Milhares de Kwanzas	**Até 30 Dias**	**Entre 30 e 90 Dias**	**Entre 90 e 180 Dias**	**Mais de 180 Dias**	**Total**
Crédito e Juros vencindos					
Sem imparidade atribuída com base em análise individual	-	9.453	46.431	201.281	257.165
Sem imparidade atribuída com base em análise colectiva	-	24.213	18.179	54.606	96.998
Total	**-**	**33.666**	**64.610**	**255.887**	**354.163**

2015					
Crédito a Clientes	**Classe de Incumprimento – Crédito Vencido**				
Milhares de Kwanzas	**Até 30 Dias**	**Entre 30 e 90 Dias**	**Entre 90 e 180 Dias**	**Mais de 180 Dias**	**Total**
Crédito e Juros vencindos					
Sem imparidade atribuída com base em análise individual	-	40.826	30.345	120.153	191.324
Sem imparidade atribuída com base em análise colectiva	75.640	15.040	5.315	44.978	140.973
Total	**75.640**	**55.866**	**35.660**	**165.131**	**332.297**

Análise das Exposições de Crédito concedido e respectiva imparidade constituída, por segmento

	Exposição Crédito 2016			Imparidade Ano 2016		
Segmento	Total	em cumprimento	em incumprimento	Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Crédito Automóvel	17.853	12.042	5.811	3.454	125	3.329
Crédito Consumo Geral	164.682	91.666	73.016	22.882	1.662	21.220
Crédito Pré-Aprovado	2.886	-	2.886	2.868	-	2.868
Crédito Trabalhadores	630.572	622.504	8.068	12.085	6.486	5.599
Protocolo Empresas	1.938.624	1.897.369	41.255	29.647	17.000	12.647
Descobertos / Adiantamento	5.983	2.405	3.578	4.207	623	3.584
Análise Individual	8.439.958	8.231.234	208.724	246.829	48.520	198.309
Crédito Empresas	113.983	103.158	10.825	10.967	1.042	9.925
Total	**11.314.541**	**10.960.378**	**354.163**	**332.939**	**75.458**	**257.481**

	Exposição 2015			Imparidade Ano 2015		
Segmento	Total	em cumprimento	em incumprimento	Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Crédito Automóvel	27.373	23.685	3.688	997	711	286
Crédito Consumo Geral	211.524	109.468	102.056	49.321	4.335	44.986
Crédito Pré-Aprovado	4.870	3.885	985	1.292	457	835
Crédito Trabalhadores	535.472	535.472	-	5.355	5.355	-
Protocolo Empresas	1.638.552	1.634.838	3.714	51.648	51.151	497
Descobertos / Adiantamento	4.599.944	4.524.075	75.869	148.434	72.565	75.869
Individual	2.286.030	2.147.086	138.944	227.071	25.537	201.534
Crédito Empresas	41.160	34.119	7.041	1.112	341	771
Total	**9.344.925**	**9.012.628**	**332.297**	**485.230**	**160.452**	**324.778**

Obs.: Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foi executada nenhuma operação de cura, nem de restruturação de Crédito.

Banco Comercial Angolano

Exposições por segmento e por intervalo de dias de atraso – Exercício de 2016

Exposição Ano de 2016					
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso	Dias de
Segmento	Exposição Total	Sem indícios	Com indícios	< = 90	atraso > 90
Crédito Automóvel	17.853	12.042	-	2.460	3.351
Crédito Consumo Geral	164.682	91.666	-	52.760	20.256
Crédito Pré-Aprovado	2.886	-	-	-	2.886
Crédito Trabalhadores	630.572	622.504	-	2.616	5.452
Protocolo Empresas	1.938.624	1.897.369	-	26.024	15.231
Descobertos / Adiantamento	5.983	2.405	-	-	3.578
Análise Individual	8.439.958	8.179.193	52.041	24.112	184.612
Crédito Empresas	113.983	103.158	-	10.825	-
Total	**11.314.541**	**10.908.337**	**52.041**	**118.797**	**235.366**

Imparidade constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso – Exercício de 2016

Imparidade para a Carteira de Crédito Ano de 2016					
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso	Dias de
Segmento	Exposição Total	Sem indícios	Com indícios	< = 90	atraso > 90
Crédito Automóvel	3.454	125	-	631	2.698
Crédito Consumo Geral	22.882	1.662	-	7.906	13.314
Crédito Pré-Aprovado	2.868	-	-	-	2.868
Crédito Trabalhadores	12.085	6.486	-	354	5.245
Protocolo Empresas	29.647	17.000	-	473	12.174
Descobertos / Adiantamento	4.207	623	-	-	3.584
Análise Individual	246.829	45.932	2.588	756	197.553
Crédito Empresas	10.967	1.042	-	9.925	-
Total	**332.939**	**72.870**	**2.588**	**20.045**	**237.436**

Exposições por segmento e por intervalo de dias de atraso – Exercício de 2015

Exposição Ano de 2015					
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso	Dias de
Segmento	Exposição Total	Sem indícios	Com indícios	< = 90	atraso > 90
Crédito Automóvel	27.373	23.685	-	3.688	-
Crédito Consumo Geral	211.524	109.468	-	43.362	58.694
Crédito Pré-Aprovado	4.870	3.885	-	529	456
Crédito Trabalhadores	535.472	535.472	-	-	-
Protocolo Empresas	1.638.552	1.634.838	-	1.573	2.141
Descobertos / Adiantamento	4.599.944	4.524.075	-	-	75.869
Individual	2.286.030	1.839.501	307.585	-	138.944
Crédito Empresas	41.160	34.119	-	-	7.041
Total	**9.344.925**	**8.705.043**	**307.585**	**49.152**	**283.145**

Imparidade constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso – Exercício de 2015

Imparidade para a Carteira de Crédito Ano de 2015					
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30		Dias de atraso	Dias de
Segmento	Exposição Total	Sem indícios	Com indícios	< = 90	atraso > 90
Crédito Automóvel	996	710	-	286	-
Crédito Consumo Geral	49.321	4.335	-	15.221	29.765
Crédito Pré-Aprovado	1.292	457	-	379	456
Crédito Trabalhadores	5.355	5.355	-	-	-
Protocolo Empresas	51.648	51.151	-	181	316
Descobertos / Adiantamento	148.434	72.565	-	-	75.869
Individual	227.071	18.530	7.007	-	201.534
Crédito Empresas	1.113	342	-	-	771
Total	**485.230**	**153.445**	**7.007**	**16.067**	**308.711**

A carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações (créditos concedidos), durante os últimos anos, é como segue:

Crédito Automóvel			
Ano de concessão	Número de operações	Montante (Em Milhares de AKZ)	Imparidade constituída (Em Milhares de AKZ)
2011 e Anos anteriores	1	1.247	1.247
2012	2	774	12
2013	4	1.685	17
2014	7	8.280	2.120
2015	4	4.633	46
2016	1	1.234	12
Total	**19**	**17.853**	**3.454**

Crédito Consumo Geral			
Ano de concessão	Número de operações	Montante (Em Milhares de AKZ)	Imparidade constituída (Em Milhares de AKZ)
2011 e Anos anteriores	8	101.738	14.379
2012	2	34.424	7.319
2013	6	2.859	87
2014	4	2.583	23
2015	8	8.647	590
2016	4	14.431	484
Total	**32**	**164.682**	**22.882**

Crédito Pré-aprovado			
Ano de concessão	Número de operações	Montante (Em Milhares de AKZ)	Imparidade constituída (Em Milhares de AKZ)
2011 e Anos anteriores	-	-	-
2012	1	215	215
2013	1	143	143
2014	7	2.466	2.466
2015	1	62	44
2016	-	-	-
Total	**10**	**2.886**	**2.868**

Crédito Trabalhadores			
Ano de concessão	Número de operações	Montante (Em Milhares de AKZ)	Imparidade constituída (Em Milhares de AKZ)
2011 e Anos anteriores	48	367.697	3.990
2012	14	1.398	30
2013	44	21.284	3.253
2014	51	67.030	2.510
2015	41	69.551	696
2016	44	103.612	1.606
Total	**242**	**630.572**	**12.085**

Protocolo Empresas			
Ano de concessão	Número de operações	Montante (Em Milhares de AKZ)	Imparidade constituída (Em Milhares de AKZ)
2011 e Anos anteriores	119	85.956	4.137
2012	-	-	-
2013	4	608	472
2014	201	221.869	1.704
2015	409	748.554	15.450
2016	421	881.637	7.884
Total	**1.154**	**1.938.624**	**29.647**

Descobertos/Adiantamento			
Ano de concessão	Número de operações	Montante (Em Milhares de AKZ)	Imparidade constituída (Em Milhares de AKZ)
2011 e Anos anteriores	-	-	-
2012	-	-	-
2013	-	-	-
2014	-	-	-
2015	-	-	-
2016	1.454	5.983	4.207
Total	**1.454**	**5.983**	**4.207**

Crédito Empresas			
Ano de concessão	Número de operações	Montante (Em Milhares de AKZ)	Imparidade constituída (Em Milhares de AKZ)
2011 e Anos anteriores	-	-	-
2012	-	-	-
2013	-	-	-
2014	-	-	-
2015	4	85.167	8.194
2016	2	28.816	2.773
Total	**6**	**113.983**	**10.967**

Análise Individual			
Ano de concessão	Número de operações	Montante (Em Milhares de AKZ)	Imparidade constituída (Em Milhares de AKZ)
2011 e Anos anteriores	34	436.290	173.273
2012	1	52.131	521
2013	4	15.763	5.443
2014	6	121.063	15.622
2015	10	4.878.028	31.260
2016	3	2.936.683	20.710
Total	**58**	**8.439.958**	**246.829**

Detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por segmento.

a) em 31 de Dezembro de 2016:

Ano de 2016	Crédito Automóvel		Crédito Consumo Geral	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	294.809	92.391
Imparidade colectiva	17.853	3.454	164.682	22.882
Total	**17.853**	**3.454**	**459.491**	**115.273**

Ano de 2016	Crédito Pré-Aprovado		Crédito Trabalhadores	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	2.886	2.868	630.572	12.085
Total	**2.886**	**2.868**	**630.572**	**12.085**

Ano de 2016	Protocolo Empresas		Descobertos/Adiantamento	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	1.938.624	29.647	5.983	4.207
Total	**1.938 624**	**29.647**	**5.983**	**4.207**

Ano de 2016	Crédito Empresas		Total	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	8.145.149	154.438	8.439.958	246.829
Imparidade colectiva	113.983	10.967	2.874.583	86.110
Total	**8.259.132**	**165.405**	**11.314.541**	**332.939**

b) em 31 de Dezembro de 2015:

Ano de 2015	Crédito Automóvel		Crédito Consumo Geral	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	113.323	837
Imparidade colectiva	27.373	997	211.524	49.321
Total	**27.373**	**997**	**324.847**	**50.158**

Ano de 2015	Crédito Pré-Aprovado		Crédito Trabalhadores	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	4.870	1.292	535.472	5.355
Total	**4.870**	**1.292**	**535.472**	**5.355**

Ano de 2015	Protocolo Empresas		Descobertos/Adiantamento	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	1.638.552	51.648	4.599.944	148.434
Total	**1.638.552**	**51.648**	**4.599.944**	**148.434**

Ano de 2015	Crédito Empresas		Total	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	2.172.707	226.234	2.286.030	227.071
Imparidade colectiva	41.160	1.112	7.058.895	258.159
Total	**2.213.867**	**227.346**	**9.344.925**	**485.230**

Detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por sector de actividade.

a) em 31 de Dezembro de 2016:

Ano de 2016	Comércio		Construção	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	222.833	81.942	-	-
Imparidade colectiva	362.738	2.806	18.220	157
Total	**585.571**	**84.748**	**18.220**	**157**

Ano de 2016	Energia		Inst. Sem Fins Lucrativos	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	7.982.282	-	-	-
Imparidade colectiva	419.266	6.784	18	18
Total	**8.401.548**	**6.784**	**18**	**18**

Ano de 2016	Particulares		Serviços	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	202.064	133.391	-	-
Imparidade colectiva	1.917.856	74.833	156.485	1.512
Total	**2.119.920**	**208.224**	**156.485**	**1.512**

Ano de 2016	Transporte		Total	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	32.779	31.496	8.439.958	246.829
Imparidade colectiva	-	-	2.874.583	86.110
Total	**32.779**	**31.496**	**11.314.541**	**332.939**

b) em 31 de Dezembro de 2015:

Ano de 2015	Agricultura		Comércio	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	443.208	76.678
Imparidade colectiva	69	69	18.578	3.147
Total	**69**	**69**	**461.786**	**79.825**

Ano de 2015	Construção		Educação	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	19.796	352	37	37
Total	**19.796**	**352**	**37**	**37**

Ano de 2015	Energia		Inst. Financeira	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	1.130.863	-	-	-
Imparidade colectiva	4.934.627	8	20	20
Total	**6.065.490**	**8**	**20**	**20**

Ano de 2015	Hotelaria		Imobiliária	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	34	34	213	190
Total	**34**	**34**	**213**	**190**

Ano de 2015	Indústria		Inst. Sem Fins Lucrativos	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	94	88	168	152
Total	**94**	**88**	**168**	**152**

Ano de 2015	Particulares		Sector Público	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	382.914	96.948	-	-
Imparidade colectiva	2.084.985	253.952	3	3
Total	**2.467.899**	**350.900**	**3**	**3**

Ano de 2015	Telecomunicações		Serviços	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	13.796	13.796	315.249	39.649
Imparidade colectiva	-	-	224	60
Total	**13.796**	**13.796**	**315.473**	**39.709**

Ano de 2015	Pescas		Mineiro	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	13	13	10	10
Total	**13**	**13**	**10**	**10**

Ano de 2015	Transporte		Saúde	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	-	-
Imparidade colectiva	13	13	11	11
Total	**13**	**13**	**11**	**11**

Ano de 2015	Aviação		Total	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	2.286.030	227.071
Imparidade colectiva	-	-	7.058.895	258.159
Total	**-**	**-**	**9.344.925**	**485.230**

Detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por localização geográfica:

Ano de 2016	Angola		Total	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	8.439.958	246.829	8.439.958	246.829
Imparidade colectiva	2.874.583	124.215	2.874.583	86.110
Total	**11.314.541**	**332.939**	**11.314.541**	**332.939**

Ano de 2015	Angola		Total	
Milhares de AKZ	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	2.286.030	227.071	2.286.030	227.071
Imparidade colectiva	7.058.895	258.159	7.058.895	258.159
Total	**9.344.925**	**485.230**	**9.344.925**	**485.380**

Eis o detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito, dos segmentos de empresas e habitação:

2016								
Justo valor	Empresas				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias	
Milhares de Kwanzas	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50	-	-	-	-	-	-	-	-
> = 50 e < 100	2	59.712	-	-	-	-	-	-
> = 100 e > 500	-	-	-	-	26	231.088	119	230.750
> = 500 e > 1000	-	-	-	-	-	-	-	-
> = 1000 e > 2000	-	-	-	-	-	-	-	-
> = 2000 e > 5000	-	-	-	-	-	-	-	-
> = 5000			4	11.666.027	-	-	-	-
Total	**2**	**59.712**	**4**	**11.666.027**	**26**	**231.088**	**119**	**230.750**

2015								
Justo valor	Empresas				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias	
Milhares de Kwanzas	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50	-	-	-	-	-	-	-	-
> = 50 e < 100	2	59.712	-	-	-	-	-	-
> = 100 e > 500	-	-	-	-	34	249.054	160	218.346
> = 500 e > 1000	-	-	-	-	-	-	-	-
> = 1000 e > 2000	-	-	-	-	-	-	-	-
> = 2000 e > 5000	-	-	-	-	-	-	-	-
> = 5000			3	9.000.000	-	-	-	-
Total	**2**	**59.712**	**3**	**9.000.000**	**34**	**249.054**	**160**	**218.346**

Banco Comercial Angolano

Os quadros abaixo apresentam valores dos financiamentos por rácio de financiamento a 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

2016					
Segmento/Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
			Milhares de AKZ	Milhares de AKZ	Milhares de AKZ
Empresas:	**2**	**3**	**7.663.064**	**7.581**	**1.277**
Sem garantia associada	n.a	n.a	-	-	-
< 50%	-	-	-	-	-
> = 50% e <75%	-	-	-	-	-
> = 75% e <100%	-	-	-	-	-
> = 100%	2	3	7.663.064	7.581	1.277
Habitação:	**26**	**119**	**440.340**	**79.126**	**26.878**
Sem garantia associada	n.a	n.a	-	-	-
< 50%	-	-	-	-	-
> = 50% e <75%	26	-	363.525	69.985	22.741
> = 75% e <100%	-	-	-	-	-
> = 100%	-	119	76.815	9.141	4.137
Total	**28**	**122**	**8.103.404**	**86.707**	**28.155**

2015					
Segmento/Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
			Milhares de AKZ	Milhares de AKZ	Milhares de AKZ
Empresas:	**2**	**4**	**5.947.605**	**-**	**129**
Sem garantia associada	n.a	n.a	-	-	-
< 50%	2	-	142.334	-	129
> = 50% e <75%	-	-	-	-	-
> = 75% e <100%	-	-	-	-	-
> = 100%	-	4	5.805.271	-	-
Habitação:	**34**	**160**	**484.881**	**3.848**	**6.290**
Sem garantia associada	n.a	n.a	-	-	-
< 50%	-	-	-	-	-
> = 50% e <75%	34	-	362.562	1.068	4.380
> = 75% e <100%	-	-	-	-	-
> = 100%	-	160	122.319	2.780	1.910
Total	**36**	**164**	**6.432.486**	**3.848**	**6.419**

A distribuição da carteira de crédito, medida por graus de risco internos, em 31 de Dezembro de 2016, era como segue:

	2016			
Segmento		**Grau de Risco Baixo**		
Níveis de Risco BNA	**aaa/1**	**aa+/2**	**aa/3**	
Milhares de AKZ	**A**	**B**	**C**	**Subtotal**
Crédito Automóvel	-	11.937	237	12.174
Crédito Consumo Geral	-	85.804	24.053	109.857
Crédito Pré-aprovado	-	4	-	4
Crédito Trabalhadores	-	622.255	969	623.224
Protocolo Empresas	-	1.903.134	11.202	1.914.336
Descobertos/ Adiantamento	-	1.394	201	1.595
Análise Individual	7.416.163	748.248	-	8.164.411
Crédito Empresas	-	113.983	-	113.983
Total	**7.416.163**	**3.486.759**	**36.662**	**10.939.584**

	2016			
Segmento		**Grau de Risco Médio**		
Níveis de Risco BNA	**bbb+/6**	**bbb/7**	**bbb-/8**	
Milhares de AKZ	**D**	**D**	**D**	**Subtotal**
Crédito Automóvel	2.359	-	-	14.533
Crédito Consumo Geral	34.329	-	-	144.186
Crédito Pré-aprovado	-	-	-	4
Crédito Trabalhadores	1.896	-	-	625.120
Protocolo Empresas	6.489	-	-	1.920.825
Descobertos/ Adiantamento	-	-	-	1.595
Análise Individual	7.581	-	-	8.171.992
Crédito Empresas	-	-	-	113.983
Total	**52.654**	**-**	**-**	**10.992.238**

	2016			
Segmento	**Grau de Risco Elevado**			
Níveis de Risco BNA	**ccc+/10**	**ccc/11**	**ccc-/12**	
Milhares de AKZ	**E**	**F**	**G**	**Total Geral**
Crédito Automóvel	-	2.073	1.247	17.853
Crédito Consumo Geral	-	17.751	2.745	164.682
Crédito Pré-aprovado	-	60	2.822	2.886
Crédito Trabalhadores	-	693	4.759	630.572
Protocolo Empresas	7.373	1.826	8.600	1.938.624
Descobertos/ Adiantamento	372	198	3.818	5.983
Análise Individual	11.798	43.420	212.748	8.439.958
Crédito Empresas	-	-	-	113.983
Total	**19.543**	**66.021**	**236.739**	**11.314.541**

A distribuição da carteira de crédito, medida por graus de risco internos, em 31 de Dezembro de 2015, era como segue:

	2015			
Segmento	**Grau de Risco Baixo**			
Níveis de Risco BNA	**aaa/1**	**aa+/2**	**aa/3**	
Milhares de AKZ	**A**	**B**	**C**	**Subtotal**
Crédito Automóvel	-	-	26.954	26.954
Crédito Consumo Geral	-	-	194.452	194.452
Crédito Fácil	-	-	-	-
Crédito Trabalhadores	-	535.472	-	535.472
Protocolo Empresas	-	1.628.883	6.302	1.635.185
Descobertos/ Adiantamento	-	4.518.638	5.383	4.524.021
Análise Individual	949.738	845.872	184.445	1.980.055
Crédito Empresas	-	39.619	-	39.619
Total	**949.738**	**7.568.484**	**417.536**	**8.935.758**

	2015			
Segmento	**Grau de Risco Médio**			
Níveis de Risco BNA	**bbb+/6**	**bbb/7**	**bbb-/8**	
Milhares de AKZ	**D**	**D**	**D**	**Subtotal**
Crédito Automóvel	-	-	-	26.954
Crédito Consumo Geral	-	-	-	194.452
Crédito Fácil	-	-	-	-
Crédito Trabalhadores	-	-	-	535.472
Protocolo Empresas	1.548	-	-	1.636.733
Descobertos/ Adiantamento	-	-	-	4.524.021
Análise Individual	27.745	-	-	2.007.800
Crédito Empresas	-	-	-	39.619
Total	**29.293**	**-**	**-**	**8.965.051**

	2015			
Segmento	**Grau de Risco Elevado**			
Níveis de Risco BNA	**ccc+/10**	**ccc/11**	**ccc-/12**	
Milhares de AKZ	**E**	**F**	**G**	**Total Geral**
Crédito Automóvel	-	-	419	27.373
Crédito Consumo Geral	1.854	1.353	13.865	211.524
Crédito Fácil	42		4.828	4.870
Crédito Trabalhadores	-	-	-	535.472
Protocolo Empresas	684	-	1.135	1.638.552
Descobertos/ Adiantamento	328	40	75.555	4.599.944
Análise Individual	107.479	3.544	167.207	2.286.030
Crédito Empresas	1.541	-	-	41.160
Total	**111.928**	**4.937**	**263.009**	**9.344.925**

O movimento de imparidade para a carteira de crédito durante o ano 2016 é apresentado abaixo:

Milhares de Kwanzas	2016	2015
Saldo Inicial	485.230	238.130
Reforços	195.447	521.137
Reposições	(171.804)	(264.943)
Provisões do Exercício	23.643	256.194
Utilizações	(175.934)	(9.094)
Saldo Final	**332.939**	**485.230**

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

	2016 Activos Intangíveis					
Milhares de Kwanzas	Saldo inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Ajusta. de Transição	Saldo Final
Valor Bruto						
Sist.Trat. Aut. Dados "Software"	122.147	777	-	-	(50.829)	72.095
Gastos de Org. e Expansão	1.060	-	-	-	(1.060)	-
Outras Imobil. Incorpóreas	19.493	-	30.365	-	(322)	49.536
	142.700	**777**	**30.365**	**-**	**(52.211)**	**121.631**
Amortização						
Sist.Trat. Aut. Dados "Software"	(108.427)	(8.704)	-	-	49.757	(67.374)
Gastos de Org. e Expansão	(1.000)	-	-	-	1.000	-
Outras Imobil. Incorpóreas	(14.020)	(3.366)	-	-	324	(17.062)
	(123.447)	**(12.070)**	**-**	**-**	**51.081**	**(84.436)**
Valor Liquido						
Sist.Trat. Aut. Dados "Software"	13.720	(7.927)	-	-	(1.072)	4.721
Gastos de Org. e Expansão	60	-	-	-	(60)	-
Outras Imobil. Incorpóreas	5.473	(3.366)	30.365	-	2	32.474
	19.253	**(11.293)**	**30.365**	**-**	**(1.130)**	**37.195**

2015 Activos Intangíveis						
Milhares de Kwanzas	Saldo inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Ajusta. de Transição	Saldo Final
Valor Bruto						
Sist.Trat. Aut. Dados "Software"	116.970	5.177	-	-	-	122.147
Gastos de Org. e Expansão	1.060	-	-	-	-	1.060
Benfeitorias Imov. de Terceiros	1.073.745	4.388	(1.078.133)	-	-	-
Outras Imobil. Incorpóreas	14.462	5.031	-	-	-	19.493
	1.206.237	**14.596**	**(1.078.133)**	**-**	**-**	**142.700**
Amortização						
Sist.Trat. Aut. Dados "Software"	(97.828)	(10.599)	-	-	-	(108.427)
Gastos de Org. e Expansão	(647)	(353)	-	-	-	(1.000)
Benfeitorias Imov. de Terceiros	(352.235)	(67.170)	419.405	-	-	-
Outras Imobil. Incorpóreas	(9.691)	(4.329)	-	-	-	(14.020)
	(460.401)	**(82.451)**	**419.405**	**-**	**-**	**(123.447)**
Valor Liquido						
Sist.Trat. Aut. Dados "Software"	19.142	(5.422)	-	-	-	13.720
Gastos de Org. e Expansão	413	(353)	-	-	-	60
Benfeitorias Imov. de Terceiros	721.510	(62.782)	(658.728)	-	-	-
Outras Imobil. Incorpóreas	4.771	702	-	-	-	5.473
	745.836	**(67.855)**	**(658.728)**	**-**	**-**	**19.253**

Banco Comercial Angolano

2016 Outros Activos Tangíveis						
Milhares de Kwanzas	Saldo inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Ajusta. de Transição	Saldo Final
Valor Bruto						
Imóveis de Uso Próprio	2.067.346	-	633.263	-	(38)	2.700.571
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	1.529.328	45.304	318.681	(1.467)	(186.062)	1.705.784
Benfeitorias Imov. de Terceiros	918.131	4.583	459.879	-	(2.808)	1.379.785
Imobilizado em Curso	2.409.704	680.493	(1.446.464)	-	-	1.643.733
	6.924.509	**730.380**	**(34.641)**	**(1.467)**	**(188.908)**	**7.429.873**
Amortização						
Imóveis de Uso Próprio	(231.610)	(80.601)	-	-	23	(312.188)
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	(1.062.126)	(124.810)	-	-	177.588	(1.009.348)
Benfeitorias Imov. de Terceiros	(395.482)	(66.343)	-	-	1.206	(460.619)
Imobilizado em Curso	-	-	-	-	-	-
	(1.689.218)	**(271.754)**	**-**	**-**	**178.817**	**(1.782.155)**
Valor Liquido						
Imóveis de Uso Próprio	1.835.736	(80.601)	633.263	-	(15)	2.388.383
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	467.202	(79.506)	318.681	(1.467)	(8.474)	696.436
Benfeitorias Imov. de Terceiros	522.649	(61.760)	459.879	-	(1.602)	919.166
Imobilizado em Curso	2.409.704	680.493	(1.446.464)	-	-	1.643.733
	5.235.291	**458.626**	**(34.641)**	**(1.467)**	**(10.091)**	**5.647.718**

2015 Outros Activos Tangíveis						
Milhares de Kwanzas	Saldo inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Ajusta. de Transição	Saldo Final
Valor Bruto						
Imóveis de Uso Próprio	1.879.192	5.306	182.848	-	-	2.067.346
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	1.443.574	65.804	19.950	-	-	1.529.328
Benfeitorias Imov. de Terceiros	-	-	918.131	-	-	918.131
Imobilizado em Curso	798.095	1.666.793	(42.796)	(12.388)	-	2.409.704
	4.120.861	**1.737.903**	**1.078.133**	**(12.388)**	**-**	**6.924.509**
Amortização						
Imóveis de Uso Próprio	(129.467)	(78.220)	(23.923)	-	-	(231.610)
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	(926.594)	(136.399)	-	867	-	(1.062.126)
Benfeitorias Imov. de Terceiros	-	-	(395.482)	-	-	(395.482)
Imobilizado em Curso	-	-	-	-	-	-
	(1.056.061)	**(214.619)**	**(419.405)**	**867**	**-**	**(1.689.218)**
Valor Liquido						
Imóveis de Uso Próprio	1.749.725	(72.914)	158.925	-	-	1.835.736
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	516.980	(70.595)	19.950	867	-	467.202
Benfeitorias Imov. de Terceiros	-	-	522.649	-	-	522.649
Imobilizado em Curso	798.095	1.666.793	(42.796)	(12.388)	-	2.409.704
	3.064.800	**1.523.284**	**658.728**	**(11.521)**	**-**	**5.235.291**

9. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Variação no Justo Valor de Activos disponíveis para a renda	199.541	1.203	295.896	2.187
Taxa de Imposto aplicada	30%	30%	30%	30%
Activos por Imposto Diferido	**59.863**	**361**	**88.769**	**656**

BCA
Banco Comercial Angolano

10. OUTROS ACTIVOS

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Operações Cambiais	3.959.645	23.867	-	-
Cartões VISA	463.446	2.794	-	-
Compensação Electrónica de Valores	-	-	2.698	20
EMIS	8.839	53	8.839	65
Arrecadação Receitas Alfândegas	10.252	62	9.658	71
Impostos a recuperar	29.282	177	27.170	201
Bolsa de Valores	-	-	-	-
- Investimento	-	-	33.829	250
- Imparidade	-	-	(33.829)	(250)
Escola Internacional	-	-	-	-
- Investimento	290.832	1.753	240.559	1.778
- Imparidade	(290.832)	(1.753)	(240.559)	(1.778)
Adiantamentos a fornecedores	19.087	115	19.087	141
Economato	59.802	361	120.297	889
Despesas com custos diferidos	114.861	692	75.233	556
- De seguros	79.435	479	40.207	297
- Rendas e alugueres	30.036	181	29.869	221
- Outros	5.390	32	5.157	38
Participação – sede ABANC	19.321	116	20.529	152
Selos de Circulação	13.178	79	22.973	170
Fundo de Maneio	47.461	286	68.618	507
Património artístico	1.467	9	-	-
Outros	122.256	737	6.819	50
TOTAL OUTROS ACTIVOS	**4.868.897**	**29.348**	**381.921**	**2.822**

Os valores registados em operações cambiais correspondem aos montantes em moeda nacional destinados às compras de divisas para os clientes junto do BNA.

A sub-rubrica "Cartões VISA" refere-se ao Projecto de Cartões Pré-pagos e de Crédito VISA, implementado a partir de 2016. Deste montante constam EUR 2,50 milhões constituídos como colateral para o BAI, que é o banco principal do BCA junto da VISA.

A sub-rubrica arrecadação de receitas alfândegas contém os valores das comissões a receber das Alfândegas, na prestação de serviço de arrecadação de receitas a esta Instituição.

Os impostos a recuperar resultam do imposto industrial provisório referente ao exercício de 2016, pago em Agosto de 2015, à luz da Lei 19/14.

Os valores a receber da Bolsa de Valores até 2015, que tinham sido cedidos como participação do BCA nesta Instituição financeira, foram convertidos em 199 obrigações do tesouro indexadas à taxa de câmbio USD/AKZ, com o ISIN AOTNOI703M16, no valor de AKZ 39.468 milhares.

A escola Internacional é um projecto de construção de uma escola com os padrões internacionais, na área do Lar do Patriota (Benfica – Luanda), cujo estudo de viabilidade terminou em 2014. Dela consta o valor cedido ao Shopping Rudimba, pela aquisição da porção de terreno anexado ao projecto. No exercício de 2015, foi decidido pelo Conselho de Administração o reconhecimento da imparidade sobre a totalidade do montante.

Os valores do economato referem-se ao material de consumo corrente existente em "sede" para uso dos serviços centrais e algumas agências localizadas em Luanda, à data em análise.

A participação do BCA na aquisição da sede da ABANC é amortizável em 20 (vinte) anos, tendo-se iniciado este período de amortização em 2013.

Em 31 de Dezembro de 2016, na qualidade de agente autorizado pela Direcção Nacional de Impostos, o Banco detinha o montante de mAKZ 13.178 em selos de circulação, sendo de 11% (2015: 11%) a comissão cobrada pela prestação deste serviço.

A 31 de Dezembro de 2016, o fundo de maneio é constituído pelos montantes adiantados às agências para a aquisição de material de consumo corrente.

O património artístico constante desta rubrica em 2016, resulta da reclassificação do activos fixos tangíveis, na sequência do ajustamento para as IAS/IFRS.

Na sub-rubrica "Outros", constam os valores não reconciliados por não constarem do extracto da conta junto do correspondente, no montante de AKZ 114.359 milhares, reconciliados em Janeiro de 2017.

BCA
Banco Comercial Angolano

11. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
No País				
- Captações de Bancos	2.315.000	13.954	-	-
- Juros a pagar a Bancos	3.771	23	-	-
- Cheques visados	57.442	346	246.401	1.821
- Cheques e ordem a pagar	117	1	3.163	23
- Retenções Imposto Industrial	1.834	11	5.348	40
- Retenções Imposto Predial Urbano	139	1	5.504	41
- Sobras de caixa	1.265	8	1.103	8
- Outros passivos a regularizar	226.721	1.366	107.590	795
Soma Recursos captados no País	2.606.289	15.710	369.109	2.728
No Estrangeiro				
- Captações	-	-	-	-
Soma Rec. captados Estrangeiro	-	-	-	-
Total	**2.606.289**	**15.710**	**369.109**	**2.728**

As captações de Bancos no País, são constituídas pelas captações de liquidez, angariadas do Banco Prestígio (mAKZ 900.000), Banco Valor (mAKZ 715.000), e FINIBANCO (mAKZ 700.000).

Os outros passivos a regularizar contêm os valores de cheques a pagar, não reclamados, com uma antiguidade acima de 2 anos (mAKZ 124.764), do sistema de transferência a crédito (mAKZ 11.877), os montantes do sistema de compensação de valores – EMIS (mAKZ 29.116), os valores destinados a uma transferência de clientes, pendentes de documentação em falta (mAKZ 45.101), entre outros.

12. RECURSOS DE CLIENTES

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
À vista				
- Em moeda nacional	17.083.896	102.975	24.788.540	183.191
- Em moeda estrangeira	4.945.190	29.808	2.558.099	18.905
	22.029.086	**132.783**	**27.346.639**	**202.096**
A prazo				
- Em moeda nacional	4.159.227	25.071	7.795.757	57.612
- Em moeda estrangeira	1.931.482	11.642	1.615.349	11.938
	6.090.709	**36.713**	**9.411.106**	**69.550**
	28.119.795	**169.496**	**36.757.745**	**271.646**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o maior depositante do Banco representava 16,93% e 27,83% do total de depósitos, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores depositantes do banco representavam naquelas datas, aproximadamente 64,45% e 72,54% do total de depósitos, respectivamente.

A análise à maturidade residual é apresentada na abordagem sobre os instrumentos financeiros, na nota 18.

13. PROVISÕES

	2016 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Kwanzas
Saldo Inicial	76.165	75.882
Provisões do Exercício	(76.015)	-
- Anulações	(76.015)	-
Variação Reexpressão AKZ	-	963
Utlizações	-	(680)
Saldo Final	**150**	**76.165**

BCA
Banco Comercial Angolano

As provisões para responsabilidades potenciais representavam a compensação pela reforma de trabalhadores, que eram anualmente reforçadas, à luz da antiga Lei Geral de Trabalho nº 02/00 de 11 de Fevereiro de 2000, foi anulada na sequência da entrada em vigor da nova Lei nº 07/2015 de 15 de Junho de 2015, que não obriga à constituição desta provisão.

14. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

	2016 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	4.073.501	1.861.069
Variações Patrim. Positivas em Cap. Próprios	398.965	-
Custos não dedutíveis	127.117	400.062
Deduções à Matéria Colectável	(1.499.837)	(1.003.576)
Lucro tributável	3.099.746	1.257.555
Taxa nominal	30%	30%
Imposto Corrente a Pagar - Líquido	**929.924**	**377.267**
Taxa efectiva	23%	20%

O imposto industrial foi calculado com base no novo código do imposto industrial (Lei 19/14), que entrou em vigor em Janeiro de 2015. As deduções à matéria colectável são compostas pelos juros dos títulos públicos e de obrigações do Banco Keve, emitidos antes de 01 de Janeiro de 2013, e pelas cedências tributadas em sede do Imposto de Aplicação de Capital (IAC).

15. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Total Reavaliações OTs TX ajustado	-	-	398.645	2.946
Imparidade Carteira Crédito ajustado	-	-	(62.734)	(173)
Soma	-	-	335.911	2.773
Impostos Diferidos (30%)	**-**	**-**	**100.773**	**832**

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Fornecedores	917.998	5.533	1.176.585	8.695
Provisões e Outros	586.067	3.532	395.575	2.923
Pessoal	89.845	542	94.236	696
Obrigações Fiscais	42.741	258	24.321	181
Recursos Vinculados a Operações Cambiais	121.345	731	123.326	911
Dividendos a pagar	102.508	618	76.317	564
	1.860.504	**11.214**	**1.890.360**	**13.970**

Constam da rubrica Provisões e Outros, os custos dos serviços clínicos (mAKZ 121.784), rendas (mAKZ 57.537), e outros, cujas facturas, até ao fim do ano, não tinham sido recebidas.

A rubrica do Pessoal é composta pelo valor a pagar em Janeiro de 2017, como subsídio de férias aos colaboradores do Banco.

A rubrica de Obrigações Fiscais refere-se, essencialmente, a Imposto Industrial retido na fonte, ao IRT, Imposto de Selo, descontos para Segurança Social e Imposto de Aplicação de Capitais, Contribuições Especiais sobre Operações Bancárias (CEOB), liquidados até 31 de Janeiro de 2017.

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo da rúbrica de Recursos vinculados a Operações Cambiais representava os valores que se destinavam essencialmente para cartas de crédito documentário de clientes do banco que se encontram por regularizar.

A rubrica de Dividendos a pagar é composta pelo montante de dividendos a pagar a accionistas do Banco falecidos. Eles foram registados nesta rubrica aguardando por decisão judicial a respeito dos herdeiros legais.

BCA
Banco Comercial Angolano

17. CAPITAL

O capital social actual do Banco é de 2.500.000 milhares de Kwanzas, representado por 6.250.000 acções com o valor nominal de AKZ 400 cada e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a estrutura accionista do banco é a mesma, tendo a seguinte composição:

	Número de acções	% do Capital
SADINO, Lda	817.528	13,08
Salomão José Luheto Xirimbimbi	690.587	11,05
GEFI	609.104	9,75
Fundo de Pensões	583.330	9,33
José Francisco Luís António	576.338	9,22
Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse"	437.500	7,00
Mateus Filipe Martins	383.242	6,13
Afonso D. Van-Dúnem "Mbinda" (Herdeiros)	312.501	5,00
Casa Smart	237.552	3,80
Fernando José de Franca Van-Dunen	195.765	3,13
José Jaime Agostinho de S. Freitas	195.765	3,13
Visgosol	166.667	2,67
Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento	130.962	2,10
Abel Fernandes da Silva	113.851	1,82
António Mosquito Mbakassy	113.851	1,82
Pedro de Castro Van-Dunem (Herdeiros)	112.552	1,80
João Manuel de Oliveira Barradas	92.754	1,49
Augusto da Silva Tomás	90.042	1,44
Marcolino José Carlos Moco	90.042	1,44
Dumilde das Chagas Rangel	54.023	0,86
IMPORAFRICA-IMOBILIÁRIA Lda.	54.023	0,86
Valentim Amões (Herdeiros)	47.008	0,75
Generoso Hermenegildo G. de Almeida	45.020	0,72
Benvindo Rafael Pitra (Herdeiros)	33.333	0,53
Estevão Pitra	16.665	0,27
Isaac Francisco Mário dos Anjos	16.665	0,27
José Amaro Tati	16.665	0,27
Santos Matoso Júnior	16.665	0,27
Total	**6.250.000**	**100**

As acções do BCA, emitidas ao par na sua totalidade, foram inteiramente pagas. Não se registou nenhum movimento nas acções, tanto no decurso do exercício em análise, como no ano comparativo, pelo que, a quantidade de acções em circulação permanece inalterável.

17.1. CAPITAL E MOVIMENTO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Milhares de Kwanzas	Capital e prémios de emissão	Actualização Monetária Capital Social	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 01-01-2015	**2.500.000**	**82.579**	**(32.674)**	**2.495.501**	**808.284**	**5.853.690**
Apropriação Resultados 2014	-	-	-	709.431	(709.431)	-
Distribuição dos Dividendos de 2014	-	-	-	-	(98.510)	(98.510)
Anulação Reservas de reavaliação 2014	-	-	32.674	-	-	32.674
Reservas de Reavaliação 2015	-	-	(207.127)	-	-	(207.127)
Transferência Resultados Transitados	-	-	-	343	(343)	-
Resultado Líquido 2015	-	-	-	-	1.718.597	1.718.597
Saldo a 31-12-2015	**2.500.000**	**82.579**	**(207.127)**	**3.205.275**	**1.718.597**	**7.299.324**
Apropriação Resultados 2015	-	-	-	1.213.172	(1.213.172)	-
Distribuição dos Dividendos de 2015	-	-	-	-	(270.630)	(270.630)
Anulação Reservas de reavaliação 2015	-	-	207.127	-	-	207.127
Reservas de Reavaliação 2016	-	-	(139.678)	-	-	(139.678)
Transferência Resultados Transitados	-	-	-	398.645	-	398.645
Ajustamento de Transição	-	-	-	(344)	(234.795)	(235.139)
Resultado Líquido 2016	-	-	-	-	3.143.577	3.143.577
Saldo a 31-12-2016	**2.500.000**	**82.579**	**(139.678)**	**4.816.748**	**3.143.577**	**10.403.226**

Os montantes registados nas rubricas de Reserva Legal e Outras Reservas foram constituídos nos termos da legislação aplicável e corresponde à aplicação do Resultado Líquido em Kwanzas referente ao exercício anterior.

Do valor total de Reservas, apenas estão disponíveis para distribuição, os valores relativos a Outras Reservas.

Banco Comercial Angolano

Os resultados potenciais derivados da reavaliação das obrigações do tesouro indexados à taxa de câmbio USD/AKZ, que ascendiam a 398.645 milhares de Kwanzas em 31/12/2015, mais os 865.005 milhares de Kwanzas das reavaliações decorridas durante o exercício de 2016 sobre os mesmos instrumentos financeiros, em decorrência da adopção das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), passaram a constituir ganhos cambiais, sendo, consequentemente reconhecidos em resultados cambiais dos respectivos exercícios, e constituindo o maior ajustamento de transição, conforme espelhado na Nota 2.4.

18. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Eis o Valor Contabilístico dos Instrumentos Financeiros, em 31 de Dezembro de 2016:

	2016				
Milhares de Kwanzas	Valorizados ao Justo Valor	Valorizados ao Custo Amortizado	Valorizados ao Custo Histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos	**11.474.614**	**19.562.435**	**4.279.885**	**(334.960)**	**34.981.974**
- Disponibil. no Banco Central	-	2.880.636	-	-	2.880.636
- Disponibil. em Outras Instit. de Crédito	-	5.367.258	-	-	5.367.258
- Aplicações em BC e OIC	-	-	249.007	-	249.007
- Activos Fin. Disponíveis para a venda	11.474.614	-	71.233	(2.021)	11.543.826
- Crédito a Clientes	-	11.314.541	-	(332.939)	10.981.602
- Outros Activos	-	-	3.959.645	-	3.959.645
Passivos	**-**	**(30.847.429)**	**-**	**-**	**(30.847.429)**
- Recursos de BC e OIC	-	(2.606.289)	-	-	(2.606.289)
- Recursos de Clientes à ordem	-	(22.029.086)	-	-	(22.029.086)
- Recursos de Clientes a prazo	-	(6.090.709)	-	-	(6.090.709)
- Recursos vinculados a Op. Cambiais	-	(121.345)	-	-	(121.345)
Total	**11.474.614**	**(11.284.994)**	**4.279.885**	**(334.960)**	**4.134.545**

Eis o Valor Contabilístico dos Instrumentos Financeiros, em 31 de Dezembro de 2015:

	2015				
Milhares de Kwanzas	Valorizados ao Justo Valor	Valorizados ao Custo Amortizado	Valorizados ao Custo Histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos	**13.747.533**	**24.382.217**	**1.323.065**	**(520.774)**	**38.932.041**
- Disponibil. no Banco Central	-	13.300.406	-	-	13.300.406
- Disponibil. em Outras Instit. de Crédito	-	1.736.886	-	-	1.736.886
- Aplicações em BC e OIC	-	-	1.218.003	-	1.218.003
- Activos Fin. Disponíveis para a venda	13.747.533	-	71.233	(1.715)	13.817.051
- Crédito a Clientes	-	9.344.925	-	(485.230)	8.859.695
- Outros Activos	-	-	33.829	(33.829)	-
Passivos	**-**	**(37.250.180)**	**-**	**-**	**(37.250.180)**
- Recursos de BC e OIC	-	(369.109)	-	-	(369.109)
- Recursos de Clientes à ordem	-	(27.346.639)	-	-	(27.346.639)
- Recursos de Clientes a prazo	-	(9.411.106)	-	-	(9.411.106)
- Recursos vinculados a Op. Cambiais	-	(123.326)	-	-	(123.326)
Total	**13.747.533**	**(12.867.963)**	**1.323.065**	**(520.774)**	**1.681.861**

Com a excepção dos Activos Disponíveis para a venda registados ao seu Justo Valor e Custo Histórico (conforme ilustrado na nota 6), os restantes instrumentos financeiros estão contabilizados ao Custo Amortizado sendo que o seu Justo Valor é, igual ao valor do Custo Amortizado.

O Justo Valor é em todos os instrumentos financeiros determinado em função de dados observáveis de mercado, ou seja, eles são do nível 2.

A exposição Máxima dos instrumentos financeiros, ao risco de crédito era:

	2016		
Milhares de AKZ	Valor Contabilístico bruto	Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais	**35.316.934**	**(334.960)**	**34.981.974**
- Disponibil. no Banco Central	2.880.636	-	2.880.636
- Disponibil. em Outras instit. de Crédito	5.367.258	-	5.367.258
- Aplicações em BCs e OICs	249.007	-	249.007
- Activos Fin. Disponíveis para a venda	11.545.847	(2.021)	11.543.826
- Crédito a Clientes	11.314.541	(332.939)	10.981.602
- Outros valores	3.959.645	-	3.959.645
Extrapatrimoniais	**10.991.780**	**(150)**	**10.991.630**
- Garantias Prestadas	5.126	(150)	4.976
- Linhas de Crédito não utilizadas	10.986.654	-	10.986.654
Total	**46.308.714**	**(335.110)**	**45.973.604**

	2015		
Milhares de AKZ	Valor Contabilístico bruto	Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais	**39.452.815**	**(520.774)**	**38.932.041**
- Disponibil. no Banco Central	13.300.406	-	13.300.406
- Disponibil. em Outras instit. de Crédito	1.736.886	-	1.736.886
- Aplicações em BCs e OICs	1.218.003	-	1.218.003
- Activos Fin. Disponíveis para a venda	13.818.766	(1.715)	13.817.051
- Crédito a Clientes	9.344.925	(485.230)	8.859.695
- Outros valores	33.829	(33.829)	-
Extrapatrimoniais	**15.000**	**(150)**	**14.850**
- Garantias Prestadas	15.000	(150)	14.850
- Linhas de Crédito não utilizadas	-	-	-
Total	**39.467.815**	**(520.924)**	**38.946.891**

Os "outros compromissos", registados em extrapatrimoniais, têm um colateral de 100% (ver outros valores no Balanço), pelo que, não constituem risco de crédito e, consequentemente, foram excluídos deste quadro.

A Qualidade de Crédito dos activos financeiros era:

		2016		
Milhares de AKZ	Nível de rating	Exposição Bruta	Imparidade	Exposição Líquida
Patrimoniais		**35.316.934**	**(332.939)**	**34.981.974**
- Disponibil. no Banco Central	Baixo	2.880.636	-	2.880.636
- Disponibil. em Outras Instit. de Crédito	Baixo	5.367.258	-	5.367.258
- Aplicações em BCs e OICs	Baixo	249.007	-	249.007
- Crédito a Clientes		11.314.451	(332.939)	10.981.602
	Baixo	10.939.582	(71.481)	10.868.101
	Médio	52.655	(20.045)	32.610
	Elevado	322.304	(241.413)	80.891
- Activos Fin. Disponíveis para a venda	Baixo	11.545.847	(2.021)	11.543.826
- Outros Valores	Baixo	3.959.645	-	3.959.645
Extrapatrimoniais		**10.991.780**	**(150)**	**10.991.630**
- Garantias Prestadas	Baixo	5.126	(150)	4.976
- Linhas de Crédito não utilizadas	Baixo	10.986.654	-	10.986.654
Total		**46.308.714**	**(33.089)**	**45.973.604**

	2015			
Milhares de AKZ	**Nível de rating**	**Exposição Bruta**	**Imparidade**	**Exposição Líquida**
Patrimoniais		**39.452.815**	**(520.774)**	**38.932.041**
- Disponibil. no Banco Central	Baixo	13.300.406	-	13.300.406
- Disponibil. em Outras Instit. de Crédito	Baixo	1.736.886	-	1.736.886
- Aplicações em BCs e OICs	Baixo	1.218.003	-	1.218.003
- Crédito a Clientes		9.344.925	(485.230)	8.859.695
	Baixo	8.935.759	(160.451)	8.775.308
	Médio	29.293	(16.067)	13.226
	Elevado	379.873	(308.712)	71.161
- Activos Fin. Disponíveis para a venda	Baixo	13.818.766	(1.715)	13.817.051
- Outros Valores	Baixo	33.829	(33.829)	-
Extrapatrimoniais		**15.000**	**(150)**	**14.850**
- Garantias Prestadas	Baixo	15.000	(150)	14.850
- Linhas de Crédito não utilizadas	Baixo	-	-	-
Total		**39.467.815**	**(520.924)**	**38.946.891**

Obs: Os níveis de rating expressos nos quadros acima são de origem interna;
Os "outros compromissos", registados em extrapatrimoniais, têm um colateral de 100% (ver outros valores no Balanço), pelo que, não constituem risco de crédito e, consequentemente, foram excluídos deste quadro.

No âmbito de Risco de Liquidez, eis a Totalidade dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros, em 31 de Dezembro de 2016:

	2016									
	Prazos Residuais Contratuais									
Milhares de AKZ	À Vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterm.	Total
Activos	**16.400.464**	**147.079**	**1.518.465**	**1.781.461**	**675.182**	**3.864.840**	**6.409.640**	**1.681.968**	**3.959.645**	**36.438.744**
Disp. no Banco Central	2.880.636	-	-	-	-	-	-	-	-	2.880.636
Disp. em OIC	5.367.258	-	-	-	-	-	-	-	-	5.367.258
Aplic. de Liquidez	-	-	249.007	-	-	-	-	-	-	249.007
- Em Insti. Fin. Nac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Em Insti. Fin Estrang.	-	-	249.007	-	-	-	-	-	-	249.007
Activos Fin. Disp. para a Venda	-	-	1.000.000	1.408.621	-	2.195.645	5.856.714	1.160.386	-	11.621.366
- Bilhetes do Tesouro	-	-	1.000.000	-	-	-	-	-	-	1.000.000
- Obrig. do Tesouro	-	-	-	1.408.621	-	2.195.645	5.856.714	1.160.386	-	10.621.366
- Partici. EMIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Clientes	8.152.570	147.079	269.458	372.840	675.182	1.669.195	552.926	521.582	-	12.360.832
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	-	-	3.959.645	3.959.645
Passivos	**(24.364.618)**	**(1.333.342)**	**(1.316.063)**	**(2.327.515)**	**(1.151.643)**	**(4.917)**	**-**	**-**	**(349.331)**	**(30.847.429)**
Recursos de BC e OIC	(2.318.771)	(59.532)	-	-	-	-	-	-	(227.986)	(2.606.289)
Recursos de Clientes	(22.045.847)	(1.273.810)	(1.316.063)	(2.327.515)	(1.151.643)	(4.917)	-	-	-	(28.119.795)
- À ordem	(22.029.086)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.029.086)
- A prazo	(16.761)	(1.273.810)	(1.316.063)	(2.327.515)	(1.151.643)	(4.917)	-	-	-	(6.090.709)
Outras Obrig.	-	-	-	-	-	-	-	-	(121.345)	(121.345)
Gap Liquidez	**(7.964.154)**	**(1.86.263)**	**202.402**	**(546.054)**	**(476.461)**	**3.859.923**	**6.409.640**	**1.681.968**	**3.610.314**	**5.591.315**
Gap Acumulado	**(7.964.154)**	**(9.150.417)**	**(8.948.015)**	**(9.494.069)**	**(9.970.530)**	**(6.110.607)**	**(299.033)**	**1.981.001**	**5.591.315**	**5.591.315**

BCA
Banco Comercial Angolano

No âmbito de Risco de Liquidez, eis a Totalidade dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros, em 31 de Dezembro de 2015:

2015										
Prazos Residuais Contratuais										
Milhares de AKZ	À Vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterm.	Total
Activos	**19.817.606**	**671.652**	**5.503.128**	**3.631.671**	**732.646**	**3.568.566**	**3.435.766**	**1.831.070**	**-**	**39.192.105**
Disp. no Banco Central	13.300.406	-	-	-	-	-	-	-	-	13.300.406
Disp. em OIC	1.736.886	-	-	-	-	-	-	-	-	1.736.886
Aplic. de Liquidez	-	135.317	1.082.686	-	-	-	-	-	-	1.218.003
- Em Insti. Fin. Nac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Em Insti. Fin Estrang.	-	135.317	1.082.686	-	-	-	-	-	-	1.218.003
Activos Fin. Disp. para a Venda	-	232.200	3.994.900	3.236.100	-	2.057.743	2.940.965	1.129.977	-	13.591.885
- Bilhetes do Tesouro	-	-	900.000	700.000	-	-	-	-	-	1.600.000
- Obrig. do Tesouro	-	232.200	3.094.900	2.536.100	-	2.057.743	2.940.965	1.129.977	-	11.991.885
- Partici. EMIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Clientes	4.780.314	304.135	425.542	395.571	732.646	1.510.823	494.801	701.093	-	9.344.925
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos	**(27.425.744)**	**(1.671.579)**	**(3.839.921)**	**(3.359.695)**	**(721.222)**	**-**	**-**	**-**	**(232.019)**	**(37.250.180)**
Recursos de BC e OIC	-	(260.416)	-	-	-	-	-	-	(108.693)	(369.109)
Recursos de Clientes	(27.425.744)	(1.411.163)	(3.839.921)	(3.359.695)	(721.222)	-	-	-	-	(36.757.745)
- À ordem	(27.346.639)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.346.639)
- A prazo	(79.105)	(1.411.163)	(3.839.921)	(3.359.695)	(721.222)	-	-	-	-	(9.411.106)
Outras Obrig.	-	-	-	-	-	-	-	-	(123.326)	(123.326)
Gap Liquidez	**(7.608.138)**	**(999.927)**	**1.663.207**	**271.976**	**11.424**	**3.568.566**	**3.435.766**	**1.831.070**	**(232.019)**	**1.941.925**
Gap Acumulado	**(7.608.138)**	**(8.608.065)**	**(6.944.858)**	**(6.672.882)**	**(6.661.458)**	**(3.092.892)**	**342.874**	**2.173.944**	**1.941.925**	**1.941.925**

Os Fluxos de caixa contratuais respeitantes a capital, em 31 de Dezembro de 2016, eram:

	2016									
	Prazos Residuais Contratuais									
Milhares de AKZ	À Vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterm.	Total
Activos	**16.054.173**	**147.079**	**1.377.921**	**1.713.866**	**675.182**	**3.076.201**	**6.480.190**	**1.566.452**	**3.959.645**	**35.050.709**
Disp. no Banco Central	2.880.636	-	-	-	-	-	-	-	-	2.880.636
Disp. em OIC	5.367.258	-	-	-	-	-	-	-	-	5.367.258
Aplic. de Liquidez	-	-	248.854	-	-	-	-	-	-	248.854
- Em Insti. Fin. Nac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Em Insti. Fin Estrang.	-	-	248.854	-	-	-	-	-	-	248.854
Activos Fin. Disp. para a Venda	-	-	859.609	1.341.026	-	2.107.006	5.927.264	1.044.870	-	11.279.775
- Bilhetes do Tesouro	-	-	859.609	-	-	-	-	-	-	859.609
- Obrig. do Tesouro	-	-	-	1.341.026	-	2.107.006	5.927.264	1.044.870	-	10.420.166
- Partici. EMIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Clientes	7.806.279	147.079	269.458	372.840	675.182	969.195	552.926	521.582	-	11.314.541
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	-	-	3.959.645	3.959.645
Passivos	**(24.360.794)**	**(1.305.773)**	**(1.305.439)**	**(2.324.105)**	**(1.144.148)**	**(4.917)**	**-**	**-**	**(349.331)**	**(30.794.507)**
Recursos de BC e OIC	(2.315.000)	(59.532)	-	-	-	-	-	-	(227.986)	(2.602.518)
Recursos de Clientes	(22.045.794)	(1.246.241)	(1.305.439)	(2.324.105)	(1.144.148)	(4.917)	-	-	-	(28.070.644)
- À ordem	(22.029.086)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.029.086)
- A prazo	(16.708)	(1.246.241)	(1.395.439)	(2.324.105)	(1.144.148)	(4.917)	-	-	-	(6.041.558)
Outras Obrig.	-	-	-	-	-	-	-	-	(121.345)	(121.345)
Gap Liquidez	**(8.306.621)**	**(1.158.694)**	**72.482**	**(610.239)**	**(468.966)**	**3.071.284**	**6.480.190**	**1.566.452**	**3.610.314**	**4.256.202**
Gap Acumulado	**(8.306.621)**	**(9.465.315)**	**(9.392.833)**	**(10.003.072)**	**(10.472.038)**	**(7.400.754)**	**(920.564)**	**645.888**	**4.256.202**	**4.256.202**

Banco Comercial Angolano

Os Fluxos de caixa contratuais respeitantes a capital, em 31 de Dezembro de 2015, eram:

	2015									
	Prazos Residuais Contratuais									
Milhares de AKZ	À Vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterm.	Total
Activos	**19.753.439**	**666.652**	**5.488.928**	**3.628.170**	**734.055**	**3.564.500**	**3.433.290**	**1.819.070**	**-**	**39.088.104**
Disp. no Banco Central	13.300.406	-	-	-	-	-	-	-	-	13.300.406
Disp. em OIC	1.736.886	-	-	-	-	-	-	-	-	1.736.886
Aplic. de Liquidez	-	135.317	1.082.686	-	-	-	-	-	-	1.218.003
- Em Insti. Fin. Nac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Em Insti. Fin Estrang.	-	135.317	1.082.686	-	-	-	-	-	-	1.218.003
Activos Fin. Disp. para a Venda	-	232.200	3.994.900	3.236.100	-	2.057.743	2.940.965	1.129.977	-	13.591.885
- Bilhetes do Tesouro	-	-	900.000	700.000	-	-	-	-	-	1.600.000
- Obrig. do Tesouro	-	232.200	3.094.900	2,536.100	-	2.057.743	2.940.965	1.129.977	-	11.991.885
- Partici. EMIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Clientes	4.716.147	299.135	411.342	392.070	734.055	1.506.757	492.325	689.093	-	9.240.924
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos	**(27.425.478)**	**(1.656.598)**	**(3.810.892)**	**(3.352.903)**	**(719.006)**	**-**	**-**	**-**	**(232.019)**	**(37.196.896)**
Recursos de BC e OIC	-	(260.416)	-	-	-	-	-	-	(108.693)	(369.109)
Recursos de Clientes	(27.425.478)	(1.396.182)	(3.810.892)	(3.352.903)	(719.006)	-	-	-	-	(36.704.461)
- À ordem	(27.346.639)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.346.639)
- A prazo	(78.839)	(1.396.182)	(3.810.892)	(3.352.903)	(719.006)	-	-	-	-	(9.357.822)
Outras Obrig.	-	-	-	-	-	-	-	-	(123.326)	(123.326)
Gap Liquidez	**(7.672.039)**	**(989.946)**	**1.678.036**	**275.267**	**15.049**	**3.564.500**	**3.433.290**	**1.819.070**	**(232.019)**	**1.891.208**
Gap Acumulado	**(7.672.039)**	**(8.661.985)**	**(6.983.949)**	**(6.708.682)**	**(6.693.633)**	**(3.129.133)**	**304.157**	**2.123.227**	**1.891.208**	**1.891.208**

O Detalhe dos instrumentos financeiros, em função da exposição ao risco de taxa de juro era:

	2016				
	Exposição a		Não Sujeito ao Risco		
Milhares de AKZ	Taxa Fixa	Taxa Variável	Taxa de Juro	Derivados	Total
Activos	**21.935.162**	**839.273**	**12.207.539**	**-**	**34.981.974**
Disp. no Banco Central	-	-	2.880.636	-	2.880.636
Disp. em OIC	-	-	5.367.258	-	5.367.258
Aplic. de Liquidez	249.007	-	-	-	249.007
- Em Insti. Fin. Nac.	-	-	-	-	-
- Em Insti. Fin Estrang.	249.007	-	-	-	249.007
Activos Fin. Disp. para a Venda	10.704.553	839.273	-	-	11.543.826
Crédito a Clientes	10.981.602	-	-	-	10.981.602
Outros Valores	-	-	3.959.645	-	3.959.645
Passivos	**(8.409.480)**	**-**	**(22.437.949)**	**-**	**(30.847.429)**
Recursos de BC e OIC	(2.318.771)	-	(287.518)	-	(2.606.289)
Recursos de Clientes	(6.090.709)	-	(22.029.086)	-	(28.119.795)
- À ordem	-	-	(22.029.086)	-	(22.029.086)
- A prazo	(6.090.709)	-	-	-	(6.090.709)
Outras Obrigações	-	-	(121.345)	-	(121.345)
TOTAL	**13.525.682**	**839.273**	**(10.230.410)**	**-**	**4.134.545**

BCA
Banco Comercial Angolano

	2015				
	Exposição a		Não Sujeito ao Risco		
Milhares de AKZ	Taxa Fixa	Taxa Variável	Taxa de Juro	Derivados	Total
Activos	**23.212.577**	**682.172**	**15.037.292**	**-**	**38.932.041**
Disp. no Banco Central	-	-	13.300.406	-	13.300.406
Disp. em OIC	-	-	1.736.886	-	1.736.886
Aplic. de Liquidez	1.218.003	-	-	-	1.218.003
- Em Insti. Fin. Nac.	-	-	-	-	-
- Em Insti. Fin Estrang.	1.218.003	-	-	-	1.218.003
Activos Fin. Disp. para a Venda	13.134.879	682.172	-	-	13.817.051
Crédito a Clientes	8.859.695	-	-	-	8.859.695
Outros Valores	-	-	-	-	-
Passivos	**(9.411.106)**	**-**	**(27.839.074)**	**-**	**(37.250.180)**
Recursos de BC e OIC	-	-	(369.109)	-	(369.109)
Recursos de Clientes	(9.411.106)	-	(27.346.639)	-	(36.757.745)
- À ordem	-	-	(27.346.639)	-	(27.346.639
- A prazo	(9.411.106)	-	-	-	(9.411.106)
Outras Obrigações	-	-	(123.326)	-	(123.326)
TOTAL	**13.801.471**	**682.172**	**(12.801.782)**	**-**	**1.681.861**

Eis o detalhe dos instrumentos financeiros, com exposição ao risco da taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação:

	2016									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
Milhares de AKZ	À Vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterm.	Total
Activos	**15.970.010**	**168.303**	**518.312**	**1.259.960**	**675.182**	**1.805.043**	**9.203.403**	**1.351.095**	**4.030.515**	**34.981.823**
Disp. no Banco Central	2.880.636	-	-	-	-	-	-	-	-	2.880.636
Disp. em OIC	5.367.258	-	-	-	-	-	-	-	-	5.367.258
Aplic. de Liquidez	-	-	248.854	-	-	-	-	-	-	248.854
- Em Insti. Fin. Nac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Em Insti. Fin Estrang.	-	-	248.854	-	-	-	-	-	-	248.854
Activos Fin. Disp. para a Venda	-	-	-	887.120	-	1.105.848	8.650.477	829.513	70.870	11.543.828
Crédito a Clientes	7.722.116	168.303	269.458	372.840	675.182	699.195	552.926	521.582	-	10.981.602
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	-	-	3.959.645	3.959.645
Passivos	**(24.360.794)**	**(1.354.924)**	**(1.305.439)**	**(2.324.105)**	**(1.144.148)**	**(4.917)**	**-**	**-**	**(349.331)**	**(30.843.658)**
Recursos de BC e OIC	(2.315.000)	(59.532)	-	-	-	-	-	-	(227.986)	(2.602.518)
Recursos de Clientes	(22.045.794)	(1.295.392)	(1.305.439)	(2.324.105)	(1.144.148)	(4.917)	-	-	-	(28.119.795)
- À ordem	(22.029.086)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.029.086)
- A prazo	(16.708)	(1.295.392)	(1.305.439)	(2.324.105)	(1.144.148)	(4.917)	-	-	-	(6.090.709)
Outras Obrig.	-	-	-	-	-	-	-	-	(121.345)	(121.345)
Exposição Líquida	**(8.390.784)**	**(1.186.621)**	**(787.127)**	**(1.064.145)**	**(468.966)**	**1.800.126**	**9.203.403**	**1.351.095**	**3.681.184**	**4.138.165**

BCA
Banco Comercial Angolano

2015										
Datas de Refixação/Datas de Maturidade										
Milhares de AKZ	À Vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterm.	Total
Activos	**19.753.439**	**434.452**	**1.623.351**	**392.070**	**2.141.707**	**7.234.220**	**4.502.971**	**2.778.961**	**70.870**	**38.932.041**
Disp. no Banco Central	13.300.406	-	-	-	-	-	-	-	-	13.300.406
Disp. em OIC	1.736.886	-	-	-	-	-	-	-	-	1.736.886
Aplic. de Liquidez	-	135.317	1.082.686	-	-	-	-	-	-	1.218.003
- Em Insti. Fin. Nac.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Em Insti. Fin Estrang.	-	135.317	1.082.686	-	-	-	-	-	-	1.218.003
Activos Fin. Disp. para a Venda	-	-	129.323	-	1.407.652	6.108.692	4.010.646	2.089.868	70.870	13.817.051
Crédito a Clientes	4.716.147	299.135	411.342	392.070	734.055	1.125.528	492.325	689.093	-	8.859.695
Outros Valores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos	**(27.425.478)**	**(1.656.598)**	**(3.810.892)**	**(3.406.187)**	**(719.006)**	**-**	**-**	**-**	**(232.019)**	**(37.250.180)**
Recursos de BC e OIC	-	(260.416)	-	-	-	-	-	-	(108.693)	(396.109)
Recursos de Clientes	(27.425.478)	(1.396.182)	(3.810.892)	(3.406.187)	(719.006)	-	-	-	-	(36.757.745)
- À ordem	(27.346.639)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.346.639)
- A prazo	(78.839)	(1.396.182)	(3.810.892)	(3.406.187)	(719.006)	-	-	-	-	(9.411.106)
Outras Obrig.	-	-	-	-	-	-	-	-	(123.326)	(123.326)
Exposição Líquida	**(7.672.039)**	**(1.222.146)**	**(2.187.541)**	**(3.014.117)**	**1.422.701**	**7.234.220**	**4.502.971**	**2.778.961**	**(161.149)**	**1.681.861**

A decomposição dos Instrumentos Financeiros, por Moeda, era:

	2016				
Milhares de AKZ	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras Moedas	Total
Activos	**26.670.863**	**4.550.063**	**3.716.054**	**53.833**	**34.990.813**
- Disponibil. no Banco Central	2.659.156	221.480	-	-	2.880.636
- Disponibil. em OIC	109.904	1.487.471	3.716.050	53.833	5.367.258
- Aplicações em BC e OIC	-	249.007	-	-	249.007
- Activos Fin. Disponíveis para a venda	9.670.047	1.873.779	-	-	11.543.826
- Crédito a Clientes	10.263.272	718.326	4	-	10.981.602
- Outros Activos	3.968.484	-	-	-	3.968.484
Passivos	**(23.797.624)**	**(4.220.011)**	**(2.759.909)**	**(69.885)**	**(30.847.429)**
- Recursos de BC e OIC	(2.554.501)	(48.695)	(2.940)	(153)	(2.606.289)
- Recursos de Clientes à ordem	(17.083.895)	(2.326.174)	(2.549.285)	(69.732)	(22.029.086)
- Recursos de Clientes a prazo	(4.159.228)	(1.723.797)	(207.684)	-	(6.090.709)
- Recursos vinculados a Op. Cambiais	-	(121.345)	-	-	(121.345)
Total	**2.873.239**	**330.052**	**956.145**	**(16.052)**	**4.143.384**

Banco Comercial Angolano

	2015				
Milhares de AKZ	Kwanzas	Dólares dos EUA	Euros	Outras Moedas	Total
Activos	**33.474.490**	**5.270.730**	**135.735**	**51.086**	**38.932.041**
- Disponibil. no Banco Central	13.087.285	213.121	-	-	13.300.406
- Disponibil. em OIC	712	1.554.872	135.688	45.614	1.736.886
- Aplicações em BC e OIC	-	1.218.003	-	-	1.218.003
- Activos Fin. Disponíveis para a venda	12.371.631	1.445.420	-	-	13.817.051
- Crédito a Clientes	8.014.862	839.314	47	5.472	8.859.695
- Outros Activos	-	-	-	-	-
Passivos	**(32.910.798)**	**(2.675.439)**	**(1.634.675)**	**(29.268)**	**(37.250.180)**
- Recursos de BC e OIC	(326.501)	(3.575)	(39.033)		(369.109)
- Recursos de Clientes à ordem	(24.788.540)	(2.378.322)	(150.509)	(29.268)	(27.346.639)
- Recursos de Clientes a prazo	(7.795.757)	(170.216)	(1.445.133)	-	(9.411.106)
- Recursos vinculados a Op. Cambiais	-	(123.326)	-	-	(123.326)
Total	**563.692**	**2.595.291**	**(1.498.940)**	**21.818**	**1.681.861**

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros, a variações das taxas de câmbio era:

	2016					
Milhares de AKZ	**-20%**	**-10%**	**-5%**	**+5%**	**+10%**	**+20%**
Moeda						
Dólares dos EUA	82.159	36.515	17.297	(15.649)	(29.876)	(54.773)
Euros	344.336	153.038	72.492	(65.588)	(125.213)	(229.557)
Outras Moedas	6.276	2.789	1.321	(1.195)	(2.282)	(4.184)
Total	**432.771**	**192.342**	**91.110**	**(82.432)**	**(157.371)**	**(288.514)**

	2015					
Milhares de AKZ	**-20%**	**-10%**	**-5%**	**+5%**	**+10%**	**+20%**
Moeda						
Dólares dos EUA	321.229	142.768	67.627	(61.186)	(116.811)	(214.153)
Euros	(47.079)	(20.924)	(9.911)	8.967	17.120	31.386
Outras Moedas	3.812	1.694	803	(726)	(1.386)	(2.542)
Total	**277.962**	**123.539**	**58.519**	**(52.945)**	**(101.077)**	**(185.309)**

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de juro era como segue:

	2016					
Milhares de AKZ	**-200 bp**	**-100 bp**	**-50 bp**	**+50 bp**	**+100 bp**	**+ 200 bp**
Activos						
Créditos	652.176	326.036	163.018	(163.018)	(326.036)	(652.176)
Títulos	499.779	249.823	124.912	(124.912)	(249.823)	(499.779)
Aplicações de Liquidez	312	153	76	(76)	(153)	(312)
Soma Activos	**1.152.267**	**576.012**	**288.006**	**(288.006)**	**(576.012)**	**(1.152.267)**
Passivos						
Depósitos	(38.507)	(19.138)	(9.569)	9.569	19.138	38.507
Soma Passivos	**(38.507)**	**(19.138)**	**(9.569)**	**9.569**	**19.138**	**38.507**
Impacto Líquido	**1.190.774**	**595.150**	**297.575**	**(297.575)**	**(595.150)**	**(1.190.774)**

	2015					
Milhares de AKZ	**-200 bp**	**-100 bp**	**-50 bp**	**+50 bp**	**+100 bp**	**+ 200 bp**
Activos						
Créditos	188.641	94.266	47.133	(47.133)	(94.266)	(188.641)
Títulos	429.709	218.137	109.069	(109.069)	(218.137)	(429.709)
Aplicações de Liquidez	325	159	79	(79)	(159)	(325)
Soma Activos	**618.675**	**312.562**	**156.281**	**(156.281)**	**(312.562)**	**(618.675)**
Passivos						
Depósitos	(48.067)	(23.803)	(11.901)	11.901	23.803	48.067
Soma Passivos	**(48.067)**	**(23.803)**	**(11.901)**	**11.901**	**23.803**	**48.067**
Impacto Líquido	**666.742**	**336.365**	**168.182**	**(168.182)**	**(336.365)**	**(666.742)**

19. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Crédito Interno	2.460.773	15.003	1.496.695	12.369
Juros Aplic. em I.C. no Estrang.	5.990	37	1.406	12
Juros Aplic. em I.C. no País	229.185	1.397	295.337	2.440
Juros Devedores Outras Aplicações	69.700	425	89.315	738
Títulos	1.206.399	7.355	889.259	7.348
	3.972.047	**24.217**	**2.772.012**	**22.907**

20. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Depósitos	222.152	1.355	224.552	1.856
Recursos de Instituições de Crédito no País	55.274	337	4.117	34
	277.426	**1.692**	**228.669**	**1.890**

Tanto os juros e proveitos equiparados, como os juros e custos equiparados, foram calculados com base na política contabilística expressa no ponto 2.3.13.

BCA
Banco Comercial Angolano

21. RENDIMENTO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Comissões Recebidas p/ Levantamento	68.254	416	38.585	319
Por Serviços Bancários Prestados	1.808.319	11.025	1.045.859	8.643
Por Garantias Prestadas	329	2	1.264	10
	1.876.902	**11.443**	**1.085.708**	**8.972**

As comissões por serviços bancários correspondem aos proveitos obtidos com a intermediação das operações de importação, transferências Moneygram, ordens de pagamentos de clientes, seguros entre outros.

22. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Comissões pela Compensação Electrónica	(37.210)	(227)	(21.556)	(178)
Comissões Cobradas por Bancos Correspondentes	(14.604)	(89)	(9.245)	(77)
	(51.814)	**(316)**	**(30.801)**	**(255)**

Tanto os rendimentos, como os encargos de serviços e comissões, foram calculados com base na nota 2.3.14.

23. RESULTADOS CAMBIAIS

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Lucros em Operações Cambiais	1.418.685	8.650	1.361.639	11.252
Prejuízos em Operações Cambiais	(287.272)	(1.751)	(121.349)	(1.003)
Reavaliação Cambial Obrigações do Tesouro	865.005	5.273	395.645	3.295
	1.996.418	**12.172**	**1.635.935**	**13.544**

As reavaliações cambiais de obrigações do tesouro constituem os potenciais ganhos cambiais, não realizados, que com a adopção das normas internacionais de contabilidade – IAS/IFRS, passaram para diferenças cambiais favoráveis associados aos instrumentos financeiros títulos e valores mobiliários (derivados embutidos), reconhecidos como ganhos cambiais em resultados do exercício. Estas constituem o maior impacto da adopção das normas internacionais.

24. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Impostos e Taxas	(113.757)	(693)	(94.429)	(781)
Penalidades	(1.042)	(6)	(326)	(3)
Outros	(17.954)	(110)	9.964	83
	(132.753)	**(809)**	**(84.791)**	**(701)**

Constam da subrubrica "Impostos e Taxas", os custos dos impostos sobre os juros e comissões do Banco retidos nas fontes por outras instituições, o imposto de selo em sede da verba 23.3, as Contribuições Especiais sobre Operações Bancárias (CEOB) suportadas pelo BCA, as taxas pagas pelo Banco pelo serviço SPTR prestado pelo Banco Nacional de Angola.

BCA
Banco Comercial Angolano

25. CUSTOS COM PESSOAL

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Remunerações Órgãos Sociais	85.975	524	77.843	643
Remuneração dos Empregados	1.250.828	7.626	1.054.234	8.711
Seguros Saúde, Acidente Trabalho	107.618	656	78.667	650
Outros	66.557	406	4.062	34
	1.510.978	**9.212**	**1.214.806**	**10.038**

A remuneração dos órgãos sociais tem em vista a compensação das actividades que desenvolvem no Banco directamente, e toda e qualquer função desempenhada em órgãos para os quais tenham sido nomeados por indicação da Assembleia Geral. Ela é unicamente composta pela remuneração fixa, tendo sido deduzidos os respectivos impostos associados (Impostos sobre o rendimento de Trabalho), e suportados pelo Banco os custos associados às contribuições sociais inerentes, na proporção de 8%, e pagas ao Instituto Nacional de Segurança Social.

Todos os custos com o pessoal constituem benefícios dos empregados de curto prazo, conforme a nota 2.3.11.1. O número de empregados ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2016 foi de 269 (em 31 de Dezembro de 2015 era de 252).

26. FORNECIMENTO DE TERCEIROS

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Comunicações	199.358	1.215	148.126	1.224
Material de Expediente/Consumíveis	306.712	1.871	137.733	1.138
Eletricidade e Água	20.818	127	10.531	87
Conservação e Reparação	44.563	272	29.627	245
Combustíveis e Lubrificantes	20.578	125	10.999	91
Custos c/ trabalho Independente	152.468	929	88.510	731
Deslocações	52.947	323	32.175	266
Publicidade	89.227	544	79.930	660
Rendas e Alugueres	224.629	1.369	183.809	1.519
Seguros	9.997	61	12.831	106
Serviços de Informática	112.904	688	81.711	675
Serviços de Segurança	146.290	892	129.886	1.073
Transportes de Pessoal e de Valores	42.026	256	48.876	404
Encargos c/ formação do Pessoal	21.743	133	15.106	125
Serviços eventuais de Limpeza	45.489	277	31.280	259
Outros	77.694	474	41.577	344
	1.567.443	**9.556**	**1.082.707**	**8.947**

Os custos com o trabalho independente foram incorridos na contratação de serviços de consultoria para a implementação do Decreto Presidencial referente a Contribuição Especial sobre Operações Bancárias (CEOB), a implementação do BCP/FT e do FATCA, os serviços de consultorias fiscal, para a adopção das Normas Internacionais de contabilidade, os trabalhos de auditoria externa, entre outros.

As Rendas e alugueres referem-se às rendas pagas aos senhorios pela ocupação e uso das suas instalações pelo Banco. Estas transações constituem operações de locações operacionais, sendo o Banco o locatário, à luz da IAS 17. Os Pagamentos mínimos Futuros das locações operacionais não canceláveis inerentes a estas transações, são como seguem:

Rendas	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Até 1 ano	224.629	1.354	183.809	1.359
Entre 1 a 5 anos	1.127.448	6.796	919.045	6.792
Mais de 5 anos	-	-	-	-
Total	**1.352.077**	**8.150**	**1.102.854**	**8.151**

27. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por Acção são calculados da seguinte forma:

Milhares de Kwanzas	2016	2015
Resultado Líquido do Exercício	3.143.577	1.721.447
Resultado Líquido Ajustado	3.143.577	1.721.447
Nº Médio de Acções	6.250.000	6.250.000
Resultado por Acção Básico	0,50	0,28
Resultado por Acção Diluído	0,50	0,28

28. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	5.126	31	15.000	111
Linhas de crédito não utilizadas	10.986.654	66.225	-	-
Soma	**10.991.780**	**66.266**	**15.000**	**111**
Compromissos assumidos	3.959.856	23.869	-	-
TOTAL	**14.951.636**	**90.125**	**15.000**	**111**
Responsabilidades por prestação de serviços				
Garantias recebidas	**22.711.926**	**136.899**	**14.153.455**	**104.596**
Guarda de Valores				
Bilhetes de Tesouro detidos por Clientes	265.298	1.599	-	-
Títulos do Tesouro detidos por Clientes	11.939.098	71.965	-	-
	12.204.396	**73.564**	**-**	**-**

O Banco presta serviços de custódia, gestão e guarda de títulos de clientes (Bilhetes de Tesouro e Obrigações de Tesouro indexados à taxa de câmbio do dólar), que em 31 de Dezembro de 2016 ascendiam a mAKZ 12.204.396.

As garantias recebidas são constituídas pelas garantias reais e não reais, ao passo que, na nota 7 estão espelhadas apenas as garantias reais.

BCA
Banco Comercial Angolano

29. TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as entidades relacionadas limitam-se aos accionistas do Banco. Os principais saldos e transacções mantidos com estas analisam-se como se segue:

Eis o Balanço das transações com as partes relacionadas:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Activo				
Crédito	197.511	1.191	225.250	1.665
	197.511	**1.191**	**225.250**	**1.665**
Passivos				
Depósitos	794.218	4.787	692.937	5.121
	794.218	**4.787**	**692.937**	**5.121**

A Demonstração de Resultados referente às transações mantidas com as partes relacionadas, durante os exercícios de 2016 e de 2015, eram:

	2016 Milhares de Kwanzas	2016 Milhares de Dólares	2015 Milhares de Kwanzas	2015 Milhares de Dólares
Juros de Crédito	11.263	69	25.497	211
Juros Depósitos a Prazo	(12.721)	(78)	(10.636)	(88)
Margem Financeira	(1.458)	(9)	14.861	123
Margem Complementar	-	-	-	-
Produto da Actividade Bancária	**(1.458)**	**(9)**	**14.861**	**123**
Resultados antes de Impostos em Continuação	**(1.458)**	**(9)**	**14.861**	**123**
- Impacto Fiscal	437	3	(4.458)	(37)
Resultados após Impostos em Continuação	**(1.021)**	**(6)**	**10.403**	**86**
Resultado de Operações descontinuadas	-	-	-	-
Resultado Líquido Individual do Exercício	**(1.021)**	**(6)**	**10.403**	**86**

Em 31 de Dezembro de 2016, as taxas de juro das transacções entre entidades relacionadas eram de 26% para o crédito em moeda nacional e de 10% para o crédito concedido em moeda estrangeira. As taxas praticadas nos depósitos em moeda nacional eram de 2,38% e de 1,31% para os depósitos em moeda estrangeira.

30. BALANÇOS POR MOEDA

	2016 Moeda Nacional (Expressa em AKZ)	2016 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	2016 Total
Activo			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3.849.163	1.315.359	5.164.522
Disponibil. em Outras Instituições de Crédito	109.904	5.257.354	5.367.258
Aplicações em Bancos Centrais e Outras Instit. Crédito	-	249.007	249.007
Activos Financeiros Disp.para Venda	9.670.047	1.873.779	11.543.826
Crédito a Clientes	10.263.272	718.330	10.981.602
Outros Activos Tangíveis	5.647.718	-	5.647.718
Activos Intangíveis	37.195	-	37.195
Activos por Impostos Diferidos	59.863	-	59.863
Outros Activos	4.246.376	622.521	4.868.897
	33.883.538	**10.036.350**	**43.919.888**
Passivo			
Recursos Bancos Centrais/Outras Instituições Crédito	2.554.501	51.788	2.606.289
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.243.123	6.876.672	28.119.795
Provisões	150	-	150
Passivos por Impostos Correntes	929.924	-	929.924
Passivos por Impostos Diferidos	-	-	-
Outras Obrigações	1.579.385	281.119	1.860.504
	26.307.083	**7.209.579**	**33.516.662**
Fundos Próprios			**10.403.226**

Banco Comercial Angolano

Do total de títulos em moeda nacional, constam mAKZ 7.397.582 das obrigações indexadas ao dólar.

	2015 Moeda Nacional (Expressa em AKZ)	2015 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	2015 Total
Activo			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	14.707.770	806.104	15.513.874
Disponibil. em Outras Instituições de Crédito	712	1.736.174	1.736.886
Aplicações em Bancos Centrais e Outras Instit. Crédito	-	1.218.003	1.218.003
Activos Financeiros Disp.para Venda	12.371.631	1.445.420	13.817.051
Crédito a Clientes	8.014.862	844.833	8.859.695
Outros Activos Tangíveis	4.712.642	-	4.712.642
Activos Intangíveis	541.902	-	541.902
Outros Activos	400.478	70.212	470.690
	40.749.997	**6.120.746**	**46.870.743**
Passivo			
Recursos Bancos Centrais/Outras Instituições Crédito	326.501	42.608	369.109
Recursos de clientes e outros empréstimos	32.584.297	4.173.448	36.757.745
Provisões	150	76.015	76.165
Passivos por Impostos Correntes	377.267	-	377.267
Passivos por Impostos Diferidos	100.773	-	100.773
Outras Obrigações	1.206.934	683.426	1.890.360
	34.595.922	**4.975.497**	**39.571.419**
Fundos Próprios			**7.299.324**

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de Dezembro de 2016 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.

Mokoro (canoa) na lagoa da nascente do rio Cuanavale. Província do Moxico.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

De acordo com as disposições legais e regulamentares angolanas, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeira do Banco Comercial Angolano (BCA) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade dos registos contabilísticos, como da respectiva documentação. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, nos termos que apraz registar.

As contas foram objecto de uma auditoria completa levada a cabo pelos Auditores Externos do Banco, cuja opinião é que as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BCA em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Tendo ponderado o relatório do Auditor Externo, é parecer do Conselho Fiscal que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2016.

Luanda, 28 de Abril de 2017.

O Conselho Fiscal,

Paul de Sousa
Presidente do Conselho Fiscal

Domingos Filipe
Vogal

Esperança Cahango
Vogal

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do Banco Comercial Angolano, S.A.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do banco Comercial Angolano, S.A, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 43.919,888 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 10.403,226 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 3.143,577 milhares de Kwanzas, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Resultados Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data a correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro, n.º 3, 1º andar – sala 137, Luanda- República de Angola
T: +244 227 286 109, www.pwc.com/ao

interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demosntrações financeiras.

5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Angolano, S.A. em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

19 de Abril de 2017

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010

Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista Nº 20120086

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro, n.º 3, 1º andar – sala 137, Luanda- República de Angola
T: +244 227 286 109, www.pwc.com/ao

Banco Comercial Angolano

Av. Comandante Valódia, 83-A
Tel: (+244) 222 448 842 / 48 / 49
Fax: (+244) 222 449 516
E-mail: bca@bca.co.ao

www.bca.co.ao

Edição:

Banco Comercial Angolano, S.A.

Design:

Futuro Publicidade, Lda.

Fotos:

Kostadin Luchansky

Impressão:

Futuro, Lda.

Julho 2017